As Praças de Cultura no governo Djalma Maranhão (1960-1964)

ISA PAULA ZACARIAS RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

AS PRAÇAS DE CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960-1964)

ISA PAULA ZACARIAS RIBEIRO

NATAL, SETEMBRO DE 2008.

ISA PAULA ZACARIAS RIBEIRO

AS PRAÇAS DE CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa "Cultura, Poder e Representações Espaciais", da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Drª. Flávia de Sá Pedreira.

NATAL, SETEMBRO DE 2008.

Catalogação da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).
NNBSE-CCHLA.

Ribeiro, Isa Paula Zacarias.
As praças de cultura no governo Djalma Maranhão / Isa Paula Zacarias Ribeiro. - Natal, RN, 2008.
121 f.

Orientadora: Profª Drª. Flávia de Sá Pedreira.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa II : Cultura, Poder e Representações Espaciais".

1. Natal (RN) – História (1956-1964) – Dissertação. 2. Cultura popular - Dissertação. 3. Praça de cultura – Dissertação. 4. Natal (RN) – Política, 1956 – 1964 – Dissertação. I. Pedreira, Flávia de Sá. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA CDU 94(813.2) "1956-1964"

ISA PAULA ZACARIAS RIBEIRO

AS PRAÇAS DE CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960-1964)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

_____
Profa. Dra. Flávia de Sá Pedreira
(Orientadora)

_____
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro
(Examinador Externo)

_____
Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha
(Examinador Interno)

_____
Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno
(Suplente)

Natal, _____de setembro de 2008.

Agradecimentos

Este trabalho representa um esforço imenso de perseverança frente a muitos obstáculos. Representa o amor que tenho pela vida por mais atropelada que ela me apresente. Representa um trabalho ao mesmo tempo pessoal e coletivo. Pessoal pela escolha em estudar história e coletivo, porque desde a graduação muitas pessoas estiveram comigo, alimentando esse amor pela vida, me ajudando, me incentivando, compartilhando momentos da minha vida pessoal e acadêmica.

Agradeço primeiramente a minha família, meus pais, irmãos e cunhadas que estão dedicados a me fazer feliz.

A Paulo de Tarso Correa de Melo, Sanderson Negreiros, Nísia Bezerra, Seu Cornélio, Moacyr de Góes e especialmente, Mailde Galvão, pelos depoimentos concedidos, pela documentação cedida, pela infinita generosidade.

Aos professores do PPGH, especialmente a professora Flávia de Sá Pedreira, minha orientadora, pelas orientações, conversas informais e compreensão e amizade nascente. E a Nonato, professor e amigo, pelas orientações, amizade e apoio.

Aos amigos da academia e da vida: Michelle Pascoal, a Adriana Patrício, que me ensinou a gostar de Certeau no grupo de estudo e grande companheira de viagem, Fabiano Viana, amigo que nunca deixarei de sentir falta.

A Syl, carioca marrenta que esteve do meu lado no momento mais crítico da minha vida. Elson e Jesi, pela amizade e carinho dedicados, pelas conversas sem sentido no msn, risadas, reclamações, lamentações, orientações, reencontros. Gilmar, pelas conversas acerca de nossos trabalhos e amizade e a Eva sempre tão doce e amável. Aos demais colegas do mestrado pelo companheirismo e diálogo.

A DJ, Sandrinho, Vani, Léo, Lourdes, Karlinha, Raquel, Thaisa amigos queridos sempre presentes em minha vida.

As minhas “chefinhas” Sandra por compreender minhas ausências e a Cristiane pela normatização do trabalho e pela amizade construída nesses dois anos de Ministério Público.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a apropriação do espaço pelo poder público. Entre os anos 1956 e 1964, a cidade de Natal foi administrada pelo prefeito Djalma Maranhão, liderança política marcada pelas bandeiras nacionalistas do período que eram a luta contra o imperialismo e a emancipação do povo através do que se denominou cultura popular. O termo ganhou uma conotação política ao mesmo tempo em que era entendido como a mais pura manifestação do povo brasileiro. O momento político significou também um novo olhar sobre a cidade, na medida em que o anseio de progresso, de industrialização e de reformas sociais propagado pela política em âmbito nacional, refletiu diretamente nas transformações no seu espaço físico. Dentro dessa orientação nacionalista, a prefeitura empreendeu ações sistematizadas frente às novas necessidades urbanas que surgiam ao mesmo tempo em que transformou algumas praças da cidade em espaços culturais, denominados praças de cultura. Esses espaços eram destinados à promoção da cultura popular ao mesmo tempo em que era um espaço estratégico de produção e recepção dos valores defendidos por Djalma Maranhão. Nesse sentido, procuramos responder qual foi o posicionamento do prefeito frente às demandas urbanas que surgiam e como as praças de cultura foram sendo incorporadas ao cotidiano da cidade, atribuindo novos sentidos à praça pública. Para a construção deste trabalho recorremos às fontes orais e aos periódicos, os jornais *A República* e *Folha da Tarde*, como principais recursos metodológicos.

Palavras-chave: cultura popular, praça de cultura, Natal.

Resumé

Le présent texte vise à analiser la apropriation de l'espace par le pouvoir publique. Entre les années 1956 et 1964, la ville brésilien de Natal a été administré par le maire Djalma Maranhao, dirigeants politiques marquées par des idées nationalistes, comme la lutte contre l'impérialisme et l'émancipation du peuple a travers de ce que l'on appelle « culture populaire ». Le terme a acquis une connotation politique, en même temps dans ce qui était considéré comme la plus pure manifestation du peuple brésilien. La dynamique politique signifie aussi un nouveau regard sur la ville, enquant que le désir de progrès, de industrialisation et de réformes sociales propagée dans la politique nationale brésilienne, directement traduit par des changements dans son espace physique. Dans cette orientation nationaliste, la ville a entrepris des actions systématiques à l'encontre des nouveaux besoins urbains qui se posent en même temps que tourné certains places de la ville à espaces culturelles, appelée « places de la culture ». Ces espaces sont destinés à la promotion de la culture populaire en même temps il a été un domaine stratégique de la production et la réception des valeurs défendues par Djalma Maranhao. En ce sens, nous avons demandé répondre quelle a été la position du maire face à la besoins urbaines qu'ils se posaient et comme les places de la culture sont intégré à la vie quotidienne de la ville de Natal, donnant une nouvelle signification à la place publique. Pour la construction de ce travail, nous utilisons les sources orales et de revues, de journaux et de *A República* et *Folha da Tarde*, comme le principal ressources méthodologiques.

Mot-clés : Culture populaire, place de culture, Natal

Lista de Figuras

FIGURA 01- Foto do Ginásio Municipal, atual ginásio Djalma Maranhão.....85
FIGURA 02- Foto da Inauguração da I Praça de cultura.....98
FIGURA 03- Foto da loja de livros na I Praça de Cultura.....98
FIGURA 04- Foto da Biblioteca Popular Monteiro Lobato.....101
FIGURA 05- Foto da Biblioteca Popular Castro Alves.....101
FIGURA 06- Foto da Galeria de Arte.....108
FIGURA 07- Foto da exposição do artista Chico Santeiro no interior da Galeria de Arte..108
FIGURA 08- Foto do interior da Galeria de Arte.....109

Lista de Abreviaturas

ABC – Argentina, Brasil e Chile
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
CASOL – Companhia de Água e Esgoto
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COSERN – Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
CPC – Centro Popular de Cultura
DDC – Diretoria de Documentação e Cultura
DDC – Departamento de Difusão e Cultura
DDI – Departamento de Documentação e Informação
DFC – Departamento de Formação de Cultura
EUA – Estados Unidos
FUNDHAP – Fundação de Habitação Popular
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PP – Partido Popular
PSD – Partido Social Democrata
PSP – Partido Social Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SECERN – Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELERN – Telefonia do Rio Grande do Norte
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 1960: MCP, DE PÉ NOCHÃO..., CULTURA POPULAR E PRAÇAS DE CULTURA 19
21. DJALMA MARANHÃO E A POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE 25
2.2. ALIANÇA PARA O PROGRESSO E O NACIONALISMO POPULISTA NO RIO GRANDE DO NORTE 35
2.3. CULTURA POPULAR NO MCP E NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER 39
2.4 O ISEB E OS MOVIMENTOS POPULARES 44
2.5 O INÍCIO: MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR 51

3 AS TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS NO ESPAÇO FÍSICO DA CIDADE NAS ADMINISTRAÇÕES DE DJALMA MARANHÃO 55
3.1 HISTÓRIA, ESPAÇO E CIDADE 56
3.2 O URBANO EM NATAL 62
3.3 AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA CIDADE DE NATAL NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO 64
3.3.1 A Reforma administrativa da Prefeitura de Natal 65
3.3.2 As intervenções urbanísticas 67

4 AS PRAÇAS DE CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO 76
4.1 LUGARES DA CIDADE: A PRAÇA COMO EXPRESSÃO DO ESPAÇO URBANO 78
4.2 OS ESPAÇOS DE LAZER E CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO 84
4.2.1 Os espaços culturais 86
4.2.2 A democratização da cultura 89
4.3 A PRAÇA DE CULTURA COMO REALIZAÇÃO DE UM TEMPO-ESPAÇO DETERMINADO 95
4.3.1 I Praça de Cultura 97
4.3.2 As Bibliotecas Populares 99
4.33 Praça de Cultura André de Albuquerque 103

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 111

REFERÊNCIAS 112

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre apropriação do espaço pelo poder público. Entre os anos 1956 e 1964, a cidade de Natal foi administrada pelo prefeito Djalma Maranhão, que na época representava a maior liderança política fora dos quadros das oligarquias que dirigiam o poder estadual. A trajetória política do prefeito foi marcada por sua passagem pelo Partido Comunista e por partidos de base nacionalista. O nacionalismo defendido por Djalma Maranhão consistia na luta contra o imperialismo e na emancipação do povo através do que se denominou cultura popular.

Dentro dessa orientação nacionalista, a prefeitura empreendeu ações sistematizadas frente às novas necessidades urbanas que surgiam ao mesmo tempo em que promoveu um movimento popular, a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler,* e incorporou ao cotidiano da cidade espaços culturais, transformando algumas praças em praças de cultura. Nesse sentido, qual foi o posicionamento do prefeito frente às demandas urbanas que surgiam e como as praças de cultura foram sendo incorporadas ao cotidiano da cidade, atribuindo novos sentidos à praça pública?

O marco de sua administração foi a campanha de erradicação do analfabetismo *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, inspirada no Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, fundado em 1960. Em 1961, a Prefeitura fez um convênio com o MCP e auxiliares de Djalma Maranhão foram a Recife conhecer o Movimento. Tendo como referência o MCP e o método Paulo Freire, a Prefeitura criou o Livro de Leitura De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, e optou pela instalação de Praças de Cultura, da Galeria de Arte e das Bibliotecas Populares.

Nas duas administrações de Djalma Maranhão, as ações culturais do município quase sempre aconteceram em função da Campanha, entretanto, ocuparam em certos momentos espaços específicos, como as praças.

As praças de cultura surgiram dentro do contexto dos movimentos de cultura popular nos primeiros anos da década de 1960 no Brasil. Os movimentos de cultura popular utilizavam-se de instrumentos e métodos próprios de trabalho. A alfabetização de jovens e adultos e as praças de cultura eram caminhos para se chegar ao público. As praças de cultura funcionavam como centros de recreação e educação, localizados em bairros populares.

Em Natal, as praças de cultura eram lugares destinados à diversão e ao lazer da população. Segundo Góes:

> As praças constituíam-se de parque infantil, visando atrair a infância; um campo de esportes: basquete, voleibol, futebol de salão, com a finalidade de congregar a juventude, um telefone público, de interesse geral, e uma biblioteca, como base fundamental.[1]

A primeira experiência de Praça de Cultura foi no segundo semestre de 1961. Durante uma semana uma praça da cidade foi ocupada com barracas para a feira de livros, de discos e artes plásticas, artesanato, publicações, noite de autógrafos, entre ouras atividades.[2] Em 1962, foram instaladas as praças de cultura de caráter permanente. As praças eram administradas pela Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), dirigida por Mailde Galvão. Neste ano foram instaladas em dez praças da cidade, parques infantis e quadras de esportes. Estas praças posteriormente seriam transformadas em praças de cultura.

Como praças de cultura estiveram em funcionamento até o fim do governo quatro praças nos seguintes bairros: a praça de cultura periódica, na Praça Kennedy, na Cidade Alta, e as permanentes, nas Quintas, nas Rocas e na Cidade Alta. Estas praças contavam com postos de empréstimos de livros, chamados Bibliotecas Populares, e recebiam nomes de escritores nacionais: Biblioteca Popular Castro Alves (Quintas); Biblioteca Popular Monteiro Lobato (Rocas); e Biblioteca Popular José de Alencar (Praça André de Albuquerque – Cidade Alta). A Praça André de Albuquerque foi em 1963 modificada ganhando uma Galeria de Arte, uma Concha Acústica e uma Biblioteca Popular, mesas de leitura ao ar livre, tela para projeção de filmes e passou a Praça de Cultura André de Albuquerque.

A literatura produzida referente à administração municipal de Djalma Maranhão esteve dedicada às análises sobre a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, movimento popular promovido pela prefeitura, cuja finalidade era erradicar o problema do analfabetismo em Natal. Outro tema bastante recorrente são as análises sobre a ditadura militar, em que Djalma Maranhão e seus assessores foram presos e destituídos de seus cargos. Não temos conhecimento sobre estudos que versem sobre as praças de cultura especificamente. Os trabalhos produzidos são de diversas origens: memorialistas, produções comemorativas, biográficas e acadêmicas sendo estes últimos produções de sociólogos, cientistas políticos, historiadores e pedagogos.

---

[1] GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 2000, p.143.
[2] Id. Ibid. p.100.

Entre os trabalhos produzidos dentro da universidade, encontramos várias análises específicas sobre a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e investigações que se dedicaram a campanhas populares diversas ocorridas nos anos de 1960. No tocante aos trabalhos que enfocam particularmente a Campanha merecem destaque o de Góes (1980), Germano (1982), Silva (1999), Carvalho (2000) e Moura (2002)[3].

O professor Moacyr de Góes (chefe de gabinete na primeira administração e secretário da Educação na segunda) foi um dos idealizadores da campanha. Em *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática*, o autor trata da política em Natal e no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1930, o surgimento do *cafeísmo* até 1960, com Djalma Maranhão na política, os movimentos de educação e a Campanha, suas origens, objetivos, características e término.

O primeiro trabalho acadêmico, na UFRN, a estudar a Campanha foi produzido pelo professor José Willington Germano em sua dissertação de Mestrado, *Lendo e Aprendendo: a campanha De Pé no chão.* Na obra o autor tece uma discussão sobre política e educação na década de 60, inserindo a campanha *De Pé no Chão* dentro desse contexto. Discute a política no Rio Grande do Norte, as eleições de 1960 para o governo estadual e municipal, a campanha *De Pé no Chão,* suas origens, objetivos, organização, desenvolvimento, além de uma discussão sobre as bases conceptuais da campanha.

A pedagoga Maria da Guia de Souza Silva em sua dissertação de Mestrado – *Djalma Maranhão ou Semeador de Utopias de Transformação Social* (1999) – faz um estudo biográfico sobre Djalma Maranhão, reconstituindo aspectos da trajetória do homem público, enfatizando a sua atuação como esportista, jornalista, sobretudo, sua militância política como prefeito de Natal (1956-1959/1960-1964).

A tese de Doutorado da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho – *Memórias da Campanha De Pé no Chão...1961-1964 – O Testemunho dos Participantes* (2000) –, trabalha com o depoimento dos organizadores, professores, alunos e da comunidade da Vila de Ponta Negra, atores importantes da Campanha.

---

[3]GÓES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):* uma escola democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
GERMANO, José. Willington. *Lendo e aprendendo***:** a campanha de pé no chão. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. (Coleção teoria e práticas sociais).
SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social***.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, [1999].
CARVALHO, Maria Elizete Carvalho. *Memórias da campanha de pé no chão ...1961-1964***:** o testemunho dos participantes. 2000. Tese (Doutorado) – UFRN, Natal,[2000].
MOURA, Francisca Zuilma Rocha de. *Mensageiros da transformação*: a educação popular no Rio Grande do Norte (1960-1964). 2002. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal,[2002].

Francisca Zuilma de Moura, em sua monografia de conclusão do curso de História da UFRN – intitulada *Mensageiros da Transformação: a educação popular no Rio Grande do Norte - 1960-1964* (2002) – faz um estudo comparativo acerca dos três movimentos de educação popular desenvolvidos no Rio Grande do Norte na década de 1960, a saber: De *Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, o MEB (Movimento de Educação de Base) e *As 40 horas de Angicos* – Método Paulo Freire.

Existem também os trabalhos que se dedicam a estudar os movimentos de educação popular na década de 1960 em geral. Ao estudar esses movimentos, tais trabalhos analisam também a campanha *De Pé no Chão*. Podemos destacar três trabalhos com essas características: *Educação Popular e Educação de Adultos*[4] de autoria da professora Vanilda Paiva (1987), que trata das origens, da estrutura do movimento, das atividades; *Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN: 1960-1969)*[5] escrito por Justina Iva (1989) que analisa, entre outros assuntos, do envolvimento dos estudantes secundaristas e universitários na campanha *De Pé no Chão* e a participação de Djalma Maranhão junto aos estudantes nas lutas nacionalistas do período; *Cultura e Educação Popular: memórias dos anos 60*, de Osmar Fávero (1983)[6]. Neste último, o autor reúne uma série de documentos elaborados sobre cultura e educação popular dos vários movimentos populares, entre eles o *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.*

No tocante aos estudos produzidos fora da academia, encontramos trabalhos de pessoas próximas a Djalma Maranhão ou que fizeram parte de seu governo e as suas memórias. Destacamos os trabalhos de Marcos Maranhão (filho do ex-prefeito), Mailde Pinto Galvão (diretora da DDC da prefeitura de Natal na segunda administração de Djalma Maranhão) e do professor Moacyr de Góes.

Marcos Maranhão[7], filho do ex-prefeito, reuniu em *Discursos Parlamentares* alguns pronunciamentos de Djalma Maranhão quando este era deputado federal, mostrando assim posição política como líder da Frente Nacionalista no Estado.

Mailde Pinto Galvão, que durante a segunda administração foi titular da Diretoria de Documentação e Cultura realizou trabalho voltado às atividades culturais articulado com o *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, escreveu *1964: Aconteceu em Abril*. Neste trabalho, a

---

[4] PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*: contribuição à história da educação brasileira. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

[5] SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

[6] FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

[7] MARANHÃO, Marcos. *Pensamento político***:** discursos parlamentares. Natal: CERN, 1985.

autora reconstitui os acontecimentos do dia 1º de abril, quando o regime militar foi decretado, no qual foi envolvida, sendo presa e interrogada, enfatizando os acontecimentos na prefeitura, as prisões e a figura de Djalma Maranhão nesse processo. [8]

O outro livro de Góes foi publicado durante a comemoração dos 400 anos da cidade de Natal, em 2000, e é intitulado *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*[9]. O livro é introduzido com um panorama geral no Brasil e no Rio Grande do Norte a partir dos anos 1930, com uma análise genérica sobre alguns discursos proferidos por Djalma Maranhão e com memórias pessoais do próprio autor do volume. Após essa introdução, a obra dividi-se em duas partes. Na primeira, *A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, Góes registra memórias pessoais de Djalma Maranhão sobre a campanha. Na segunda – *Memórias de 64* – Góes transcreve os escritos de Djalma Maranhão sobre a política brasileira, a administração municipal em Natal, manifestos e poesia. As memórias também estão reunidas em *Cartas de um Exilado,* em que estão registradas as cartas de Djalma Maranhão enviadas do exílio a parentes e amigos.

Em relação às produções mais recentes, fazemos referência aos trabalhos monográficos na área de história *Prefeitura e classes populares*: um estudo sobre as administrações populares de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964) [10], de minha autoria (2004), que traz uma análise sobre a primeira administração do prefeito. Destacamos também os trabalhos desenvolvidos pela base de pesquisa Cultura, Política e Educação, coordenada pelo professor Dr. José Willington Germano, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN e os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa História da Cidade e do Urbanismo, do Departamento de Arquitetura, da mesma universidade, dirigidos pela professora Dra. Ângela Lúcia Ferreira. Esses trabalhos trazem novas perspectivas abordando novos temas relacionados à cidade de Natal, nos anos 1960.

O interesse pelo tema inicialmente foi a forte referência que Djalma Maranhão teve para o movimento estudantil aqui do Rio Grande do Norte na década de 1990. Na graduação meu trabalho monográfico foi um estudo comparativo entre as suas administrações. No intuito de dar continuidade a pesquisa, buscamos um tema que estivesse dentro da proposta do Programa de Pós-Graduação em História, da UFRN, cuja área de concentração é História e Espaços. Sendo assim, optamos por estudar as praças de cultura, um projeto político cultural

---

[8] GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. 2.ed. Natal: EDUFRN, 2004.
[9] GÓES, Moacyr. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*.
[10] RIBEIRO, Isa Paula Z. *Prefeitura e classes populares*: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964). 2003. Monografia (Graduação em História – UFRN). Natal. [2003].

da prefeitura dos anos 1960 que se apropriou do espaço público. Nesse sentido, são categorias importantes ao tema: representação, espaço, cultura popular.

A noção de representação aqui é entendida como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída e pensada, construção determinada por interesses de grupos, percepções do social, que não são neutras, produzem estratégias e práticas, sejam sociais, escolares, políticas, etc. Para Chartier, "as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta se impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio". A orientação política de Djalma Maranhão implicava em práticas espaciais, intervenções no espaço público que expressavam na sua materialidade valores e intenções. [11]

Partimos do pressuposto que todo espaço é construído. Sendo o espaço uma das categorias mais interdisciplinares quando se torna objeto de estudo de historiadores, geógrafos, arquitetos, antropólogos, físicos, não podemos afirmar que exista um conceito absoluto de espaço. É preciso perceber os sentidos que o espaço ganha, conforme o tempo e o lugar. A praça pública se confunde com a própria origem da cidade. Concordamos com a antropóloga Coradine quando afirma que a praça surge no cenário urbano de acordo com o imaginário de cada época, correspondendo "as imagens e representações que são construídas a partir de diferentes discursos, usos, olhares, que imprimem a cada praça de cada cidade em diferentes épocas, diferentes significados".[12]

Em nossas leituras sobre as praças, tendo como referência Mumford, Bakthin, Burke, Sennett, Segawa, Magalhães e Menjot, [13]percebemos que a praça em diferentes momentos e lugares apresentou uma diversidade de usos e sentidos. A prefeitura de Natal ao transformar três praças da cidade em praças de cultura atribuiu a esses locais novos usos e sentidos, transformando a praça, local de reuniões informais, de passagem, em espaços culturais dinâmicos e de convergência de um número significativo de pessoas.

---

[11] CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.16-17.

[12] CORADINE, Lisabete. *Praça XV*: espaço e sociabilidade. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1995.p.14.

[13] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004; BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rebelais. 3.ed. São Paulo: UNB; BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: jardins no Brasil. São Paulo: Nobel, 1996; SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MAGALHÃES, Luiz Otávio de. A cidade grega e os modos urbanos da política. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo.* Franca, UNESP, São Paulo, Olho d'Água, 2005.
MENJOT, Denis e BOUCHEREON, Patrick. O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano. In: Op.cit.

Buscamos referências nos historiadores Michel de Certeau e Roger Chartier quando problematizam a cultura como uma categoria plural, por isso de difícil definição. Os movimentos de cultura popular, inclusive o *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, vão imprimir novos significados ao termo, e as práticas desses movimentos vão refletir seus valores e idéias. As praças de cultura eram espaços específicos de promoção da cultura popular, ali convergiam às idéias da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e do grupo que junto como o prefeito Djalma Maranhão coordenava os projetos da Prefeitura. Concordamos com Chartier quando se propõe a pensar as diferentes formas de apropriação, entendida como conjunto de práticas que confere a um espaço, da cultura popular por diferentes grupos sociais e não tentar enquadrá-la dentro de modelos interpretativos.[14]

Concebemos, então, a praça de cultura como um espaço estratégico e de instrução. Ao se apropriar da praça e transformá-la em praça de cultura, a prefeitura transformou o lugar e ali imprimiu signos, intenções. Espaço de instrução, pois todas as atividades aconteciam articuladas a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.*

Para a construção desse trabalho recorremos às fontes primárias como os jornais *Folha da Tarde*, de propriedade de Djalma Maranhão e o jornal *A República*[15]; e o Livro de Leitura da Campanha; e a documentação produzida pelo movimento: relatórios sobre as bibliotecas e fotografias do arquivo da Diretoria de Documentação e Cultura.

Optamos também pelo método de História Oral, entrevistando pessoas que foram responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos nas praças de cultura, ex-assessores do Prefeito Djalma Maranhão e pessoas que mantinham um vínculo de amizade com o prefeito.

A história oral é baseada na memória que é sempre uma reconstrução psíquica e intelectual, uma representação do passado visto sobre o olhar do presente e do meio social. A memória, como lembrança subjetiva e selecionada dos acontecimentos, pode ser individual ou coletiva, mas para a história oral a memória individual só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias.

Essa representação seletiva do passado, nunca é aquele do indivíduo somente, mas dele inserido num contexto familiar, social, nacional. O sociólogo Maurice Halbwachs foi um dos primeiros pesquisadores a estudar a categoria memória, a partir de uma análise sociológica, na década de 1920. Para ele, as memórias são construídas por grupos sociais. "São indivíduos que lembram no sentido literal, físico, mas são os grupos que determinam o

[14]CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995, p.179-192; e CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

[15] O jornal A República foi fundado em 1889 e foi nessa época o órgão de divulgação do Partido Republicano e do Governo do Estado. Cf. RIBEIRO, Isa Paula Z. et al. *Catálogo do periódico A República em pesquisa no IGHRN* .Monografia – Especialização em Arquivo, História e Memória. Natal, 2005.

que é memorável, e também como será lembrado", ou seja, o depoimento da testemunha só tem sentido em relação a um grupo do qual faz parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum.[16]

Uma das vantagens da história oral deriva justamente do que a historiadora Alberti chamou de "fascínio do vivido". A experiência do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo por isso atraente na divulgação do conhecimento. Dessa forma, a peculiaridade do documento de história oral não está no ineditismo de alguma informação ou no preenchimento de lacunas, mas de toda uma postura em relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.[17] Dentro das possibilidades do uso da história oral, a história política se insere nessa perspectiva, no estudo das diferentes formas de articulação e estratégias de atores e grupos, na reconstituição de redes de relação, formas de socialização e canais de ingresso na carreira, investigação de estilos políticos específicos a indivíduos e grupos.[18]

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro discutirá o processo de transformações ocorridas na região Nordeste, em particular nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, no que diz respeito ao momento político específico do final dos anos 1950 e dos primeiros anos da década de 1960 e o surgimento de movimentos de educação e cultura. Nesse sentido, procuramos responder as seguintes questões: que circunstâncias favoreceram o surgimento dos movimentos de educação e cultura popular? Por que tais movimentos cresceram com tanta força na Região Nordeste, com o *Movimento de Cultura Popular* – MCP e a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*? Como esses movimentos conceberam a cultura popular? E quais foram suas principais influências?

No segundo capítulo veremos como a prefeitura se posicionou frente às novas demandas urbanas que surgiam. A segunda metade da década de 1950, a política nacional desenvolvimentista do governo federal dirigiu um novo olhar sobre as cidades brasileiras. Os anseios de modernização e progresso refletiram nas transformações no espaço físico da cidade que também precisou se modernizar.

No terceiro capítulo abordaremos como os espaços culturais foram incorporados pelo poder público ao cotidiano da cidade, denominados praças de cultura. A praça ao ser transformada em praça de cultura adquiriu um novo sentido, constituindo-se em um espaço de diversão, de promoção das tradições populares, em um espaço de instrução na medida em que

---

[16] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006. p.14.
[17] ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar:* textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.16.
[18] Id. Ibid .p.24-25. Cf. CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta (Org.). *História Oral.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

era uma extensão das atividades da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e estratégico, onde Djalma Maranhão e o grupo que estava em torno dele puderam expressar visualmente na materialidade daquele espaço suas orientações e intenções políticas.

2 1960: MCP, DE PÉ NO CHÃO..., CULTURA POPULAR E PRAÇAS DE CULTURA

Neste capítulo colocaremos em questão o processo de transformações ocorridas na região Nordeste, em particular nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, no que diz respeito ao momento político específico do final dos anos 1950 e dos primeiros anos da década de 1960 e o surgimento de movimentos de educação e cultura popular surgidos nesse período dando origem a espaços específicos de convergência de idéias e práticas desses movimentos, como as praças de cultura.

A problemática em torno do que se denominou *cultura popular* norteou as discussões da época, trazidas por tais movimentos, que em sua maioria, eram liderados por intelectuais diretamente ligados a grupos políticos considerados de esquerda ou progressista. Foi através do que se chamou de arte engajada que esses movimentos deram à expressão cultura popular uma conotação política, a cultura como instrumento de conscientização política e social do povo, e não apenas como expressão de arte.[19] Foi também a partir desses movimentos que espaços culturais foram criados ou ganharam novos usos. Espaços de produção e de recepção de idéias e de práticas que envolviam a discussão em torno da nação, através do que se chamou cultura popular.

Sendo assim, abordaremos algumas questões: que circunstâncias favoreceram o surgimento dos movimentos de educação e cultura popular? Por que tais movimentos cresceram com tanta força na Região Nordeste, com o *Movimento de Cultura Popular* – MCP e a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*? Achamos importante nesse capítulo abordarmos os dois movimentos, pois foram semelhantes em suas práticas, financiados pelo poder público, e o MCP foi inspiração para as ações da Prefeitura de Natal. A praça de cultura foi um exemplo disso.

A problemática da cultura popular foi o eixo central na discussão sobre o nacional. Nesse momento, o povo passou a ser sujeito e a nação só seria soberana a partir da conscientização das classes populares e da sua participação na transformação da sociedade. A cultura popular seria o instrumento para a transformação social. Como esses movimentos conceberam a cultura popular? E quais foram suas principais influências?

A década de 1960 foi um período bastante peculiar na história do país. Momento de reivindicações nos campos político, econômico e educacional. Momento marcado por grande

[19]Cf. HOLANDA, Heloísa Buarque. *Impressões da viagem*: CPC, vanguarda e desbunde (1960-1970). São Paulo: Brasiliense, 1980.

criatividade e questionamentos, de mobilizações e desejo de mudanças. De crítica à política dominante. Esse período também foi um momento de transformações no mundo. Nesta época teve início uma grande revolução comportamental como o surgimento do feminismo e os movimentos civis em favor dos negros e homossexuais. O Papa João XXIII abriu o Concílio Vaticano II trazendo mudanças significativas para a Igreja Católica. Surgiram movimentos de comportamento como os *hippies*, que protestavam contrários à Guerra Fria, à Guerra do Vietnã e ao racionalismo. Esse movimento foi também chamado de contracultura. Ocorreu também a Revolução Cubana na América Latina, levando Fidel Castro ao poder.

Entretanto, a vontade de mudança foi vivenciada intensamente desde os anos 1950. Os anseios de modernização, progresso e industrialização refletiram nas mudanças sociais, culturais e políticas do período. O design arrojado e o concretismo, nas artes plásticas, foram a marca desse período. Além da abertura política que favoreceu toda essa efervescência cultural, a historiadora Velloso acrescenta ainda que a formação de um público urbano e a emergência de uma cultura de massa contribuíram de forma significativa para a rica produção cultural daquele momento. "Entramos no tempo cultural acelerado, onde os signos se multiplicam voando ao consumo imediato". Começam a ter grande circulação gibis, fotonovelas, os programas de auditório das rádios tornaram-se mais concorridos, as chanchadas da Atlântida tinham público certo. [20]

No final da década surgiram as manifestações que posteriormente tomariam forma nos movimentos da Bossa Nova, Cinema Novo, Teatro do Oprimido e música de protesto. Buscavam-se novas formas de expressão artística com o objetivo de integrar cultura, modernidade e desenvolvimento. [21]

Na educação, o fim do governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo debate em torno da Lei de Dirtrizes e Bases da Educação Nacional, nos órgãos educacionais, sindicais, meios estudantis, na imprensa. Transformações no espaço físico da cidade, demonstravam o incremento de inovações tecnológicas e as novas tendências urbanísticas e a arquitetura de Brasília foi um exemplo disso. Vivia-se também um momento marcado caracterizado por uma política nacional populista caracterizada pela valorização do povo e de sua cultura no desenvolvimento da nação, ao mesmo tempo, em que uma política de compromisso atendia aos interesses dos diversos setores da sociedade.

Segundo Ianni, a expressão populismo tem sido designada para diversos fenômenos históricos e tanto nos países europeus, americanos, asiáticos e africanos em que ocorreram

[20] VELLOSO, Mônica. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela da Castro Gomes (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.173-174.
[21] Id. Ibid. p.173.

movimentos de massas, partidos políticos e governos, os estudiosos de sociologia, política, economia e história denominam de populistas.[22] Na América Latina, o populismo começou a ser estudado nos anos de 1950. No Brasil, os estudos mais sistemáticos em relação ao conceito foram dos cientistas sociais da USP, nas décadas de 1970 e 1980, como Francisco Weffort, Octavio Ianni, entre outros. [23]

O termo populismo passou a ser recorrente após 1945 e em diferentes momentos da política brasileira ganhou diversas conotações, servindo para designar manipulação da população pelo poder público, como um tipo específico de poder ou como a participação das massas no processo político. Nesse sentido, Weffort que o caracteriza como um fenômeno urbano ressalta que o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram freqüentemente contraditórias, apresentando dessa forma o populismo como tendo um caráter ambíguo, constituindo a um só tempo manipulação e satisfação das classes populares.

Foi a partir de 1955, com o governo de Juscelino Kubistchek e com os governos posteriores de Jânio Quadros e João Goulart, que se tentou incutir no povo brasileiro uma mentalidade desenvolvimentista, de consciência da defasagem sociocultural em relação aos países desenvolvidos. A necessidade de participação de intelectuais nesse processo se tornou uma das questões mais enfatizadas.[24]

Nesse contexto tomou força a utopia nacionalista, em que a industrialização e a tecnologia eram as metas do governo. A sociedade comprometia-se com a nação, o progresso e o desenvolvimento industrial. O nacionalismo forneceu a trama da vida política.[25] Mesmo a esquerda, que após o Estado Novo, apresentou suas lutas políticas voltadas para as reformas institucionais, na defesa do nacionalismo, aliando-se a setores da burguesia nacional, distanciou-se das tradições teóricas e práticas marxistas.[26] Com o nacional desenvolvimentismo, os governos populistas conseguiriam conciliar os interesses da burguesia nacional com a política de participação do povo no crescimento da nação. O nacionalismo acabou favorecendo a continuidade de uma política populista voltada aos

---

[22] IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.p.18.

[23] Cf. WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; _____. *A formação do estado populista na América Latina*.; DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola. São Paulo: T.A. Queiróz, 1979.

[24] FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. p.249.

[25] VELLOSO, Mônica. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. IN: GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). *O Brasil de JK*. p.174.

[26] IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. p.92-93.

interesses de vários setores da sociedade, pois deu ao populismo um instrumento de mobilização popular através do apelo a símbolos nacionais.

O desenvolvimento trouxe aumento do poder aquisitivo das camadas populares, aumentando dessa forma o consumo. Essa nova situação não era bem vista por alguns setores intelectuais, pois sendo o povo assediado pela mídia acabava por reproduzir valores culturais que não eram os seus, perdendo-se assim, a consciência de seu papel na construção da nação. A cultura era associada à conscientização, nunca ao lazer e à diversão. [27] E foi também através da arquitetura e feiras industriais que se buscava reparar o atraso técnico.

Na região Nordeste, esse discurso foi direcionado à criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, que tinha por finalidade a intervenção planejada do Estado na região, com o propósito de transformar o Nordeste em pólo produtivo, integrando-o à economia nacional e ao desenvolvimento do Centro-sul do país. Foi nessa região que os vários movimentos de cultura popular se desenvolveram. Destacamos o *Movimento de Cultura Popular* (MCP), vinculado a Prefeitura de Recife, criado em 1960, cronologicamente o mais antigo; e a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, da Prefeitura de Natal, criada em 1961.[28]

Os movimentos de educação e cultura popular surgiram com toda força nessa região, que vivia um intenso processo de lutas, com a organização dos trabalhadores rurais. Segundo Conceição Góes,

> Nessa região, em acelerada movimentação política, pela primeira vez os conflitos trabalhistas na zona rural não eram vistos sob uma ótica messiânica ou em rebeldias individuais. Eram tratados de forma organizada através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais fundados pela Igreja Católica e comunistas.[29]

Alguns acontecimentos também foram importantes, marcando um novo momento de participação política dos trabalhadores rurais: a I Conferência de Trabalhadores – Ceará e

---

[27]VELLOSO, Mônica. *A dupla face de Jano*: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). *O Brasil de JK* . p.183.

[28] Fora do Nordeste, temos o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, criado em 1961. O CPC esteve em várias partes do país, inclusive em Natal, através da UNE volante, onde desenvolveu atividades junto ao *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Movimento de Educação de Base (MEB), iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e reconhecido pelo governo federal (1961).

[29] GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luíz Ignácio Maranhão Filho*: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Revan, 1999. p.32.

Paraíba, em 1953; Congresso de Salvação do Nordeste, idealizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1955, e a realização de congressos estaduais de trabalhadores rurais em vários estados nordestinos. As Ligas Camponesas se estenderam por toda a região, durante 05 anos, conseguindo avançar em questões como a reforma agrária, com a bandeira "Reforma Agrária na Lei ou na marra", na ocasião do I Congresso Nacional de lavradores em Belo Horizonte, no ano de 1961.[30]

Sem poder econômico, porém, a região crescia politicamente com a vitória das forças progressistas nas eleições municipais em Recife, com a vitória da Frente de Recife tendo como representante Miguel Arraes, e em Natal com a vitória do nacionalista Djalma Maranhão, para exercer seu segundo mandato na Prefeitura.

Ambos os governos promoveram movimentos populares, o MCP e a campanha *De Pé no chão Também se Aprende a Ler* e estiveram em constante diálogo, os movimentos possuíam práticas semelhantes e as praças de cultura foram um trabalho desenvolvido primeiramente pelo MCP.

Importante assinalar também que o momento político vivido nesses dois estados favoreceu o surgimento do MCP e do *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Como nos mostra Paiva, tanto em Pernambuco como no Rio Grande do Norte ocorreram fenômenos semelhantes. Os candidatos favoráveis à industrialização e a uma política de reformas venciam as eleições para o governo do estado. Candidatos de esquerda, nacionalistas, eram eleitos prefeitos das capitais e incluíam em seus projetos de governo programas de ampliação da rede escolar e o combate ao analfabetismo. A política da Frente Nacionalista, a partir de 1960, visava à conquista dos governos estaduais pelos prefeitos, o que foi conseguido em Pernambuco em 1962.[31]

Em Pernambuco a disputa eleitoral para o Governo estadual contou com forte apelo popular, com a orientação de firmas especializadas em propaganda eleitoral e por meio de alianças políticas entre a Frente de Recife e a União Democrática Nacional (UDN) , em 1958, processo semelhante ao ocorrido no Rio Grande do Norte. Acrescenta Paiva:

> A mesma aliança que elegera Cid Sampaio em 1958 conduziu à Prefeitura de Recife seu cunhado, Miguel Arraes, em 1960; no Rio Grande do Norte, na mesma campanha em que se elegeu Aluízio Alves, foi conduzido Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal. [32]

[30] SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). p.54.
[31] PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 1980. p.21.
[32] PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. p.22-23.

Importante destacar também a relação existente entre Djalma Maranhão e os dois políticos mais expoentes da esquerda pernambucana, Miguel Arraes e Pelópidas Silveira – Governador de Pernambuco. De acordo com Germano, foi com Miguel Arraes e Pelópidas Silveira que Djalma Maranhão fez seus primeiros contatos políticos fora do estado. "Era o início de um intercâmbio, de uma cooperação que iria se verificar, sobretudo, através do Movimento de Cultura Popular e a campanha *De Pé no Chão.*" [33]

A trajetória e práticas políticas dos prefeitos Arraes e Maranhão também foram igualmente favoráveis a essa aproximação. Miguel Arraes de Alencar iniciou sua trajetória política quando assumiu o cargo de Secretário da Fazenda, no Governo de Barbosa Lima Sobrinho, em 1948. A aproximação com o então Governador de Pernambuco aconteceu quando Miguel Arraes era funcionário do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Barbosa Lima Sobrinho era presidente do Instituto e nomeou Arraes Delegado Regional do IAA.

Em 1950, elegeu-se deputado estadual, reeleito em 1958, tendo se afastado em 1959 para assumir a Secretaria da Fazenda do Governo Cid Sampaio. Em 1960 foi eleito Prefeito de Recife pela Frente de Recife, com o apoio de comunistas, socialistas e trabalhistas. E em 1962, elegeu-se governador do estado. Sua administração popular foi marcada pela promoção do MCP e pelo apoio a organização dos trabalhadores rurais. Com o Golpe de 1964, foi preso, mandado para exílio na Argélia, sendo anistiado em 1982.[34]

De acordo com Souza, especialista em História de Pernambuco, a proposta do governo João Goulart foi defendida no âmbito estadual por Miguel Arraes. Apresentando um governo com o apoio e articulação das classes populares, setores progressistas e nacionalistas, fruto da formação da Frente de Recife. [35]

Em relação ao Prefeito Djalma Maranhão, líder da Frente Nacionalista em Natal, também apresentou um governo que contava com forte aceitação por parte da população, com campanhas populares e propostas de cunho nacionalistas.

---

[33] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.83.
[34] DEBERT,Guita Grin. *Ideologia e populismo.* p.69-73.
[35] SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão. A abordagem sobre a cultura popular utilizada no movimento de cultura popular de Pernambuco. In: Alaic, 2002, Santa Cruz de La Sierra. Anais do Alaic, 2002. Disponível em: http://www.eca.usp.br Acesso em 05/02/2007.

2.1 DJALMA MARANHÃO E A POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Filho da aristocracia local, neto do senhor de engenho Felismino de Albuquerque Maranhão e de Cândida Filomena Albuquerque Maranhão, morou até 1927, na fazenda São Pedro, entre os municípios de Lajes e Pedra Preta, quando se mudou com seus pais, o fazendeiro Luiz Ignácio Maranhão e Salomé Maranhão, e irmãos para Natal.[36]

Djalma Maranhão, alguns anos depois, iniciou sua trajetória política com 14 anos de idade. Foi para São Paulo, alistou-se no Exército e participou da Revolução de 1932, na qual foi preso e expulso do exército. "Nunca se soube como, nem por que, em 1932, Djalma Maranhão, [...], entrou em casa e avisou a todos: Vou alistar-me nas forças revolucionárias, vou pra São Paulo, vou embora".[37]

O momento político do início dos anos 1930, a repercussão da revolução em Natal, as agitações políticas, podem ter influenciado a ida de Djalma Maranhão para São Paulo. A década de 1930 foi rica em possibilidades para os jovens das camadas médias urbanas que despertavam para a política, embora fossem ligados às oligarquias por laços de parentesco, dificilmente teriam acesso ao espaço público, que estava ocupado pelos filhos dos proprietários de terra, dos altos comerciantes de exportação e importação e dos financistas com suas práticas tradicionais.[38]

Afirma Góes que as oligarquias que dominavam os setores mais importantes da economia (sal, açúcar e algodão) estavam à frente do poder, organizando as diversas instâncias que compõem o Estado, indicando desde o servente ao chefe mais graduado, ou de qualquer outra ocupação pública, para ocupação dos cargos nas repartições.[39]

Provavelmente foi em São Paulo que Djalma Maranhão teve os primeiros contatos com a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dessa forma, quando Maranhão voltou para Natal, em 1937[40], passou a exercer a militância

---

[36]GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luíz Ignácio Maranhão Filho*: cristãos e comunistas na construção da utopia.. p.32.

[37] Id. Ibid. p.44.

[38] Id. Ibid. p.35.

[39] GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luíz Ignácio Maranhão Filho*: cristãos e comunistas na construção da utopia. p. .35.

[40] Não é possível afirmar com exatidão que Djalma Maranhão retornou a Natal em 1937. Os trabalhos que o analisam afirmam que em 1937 ele já estava em Natal. É também a partir de 1937 que encontramos os seus primeiros escritos. Assim sendo, tudo leva a crer que essa foi a data de seu retorno.

política, inicialmente, através do jornalismo, trabalho iniciado quando esteve no Rio de Janeiro onde atuou em diversos jornais.[41]

Nesse período existiam 37 jornais na cidade de Natal, desde os jornais dos centros acadêmicos estudantis, literários, políticos, religiosos, desportistas e até humorísticos.[42] Góes ressalta que a maioria dos intelectuais e políticos que se destacaram nas décadas posteriores, teve seu aprendizado nesses jornais e especialmente no jornal *A República*, jornal oficial do Estado e o mais antigo da cidade, criado em 1889. Foram colaboradores desse jornal: Aluizio Alves, Djalma Maranhão, Luíz Ignácio Maranhão Filho, Raimundo Nonato Fernandes, José Arruda Câmara, Veríssimo de Melo, José Cândido Filho, Câmara Cascudo entre outros.[43]

Djalma Maranhão como jornalista trabalhou e colaborou em vários jornais norte-rio-grandenses, atuando em diversas funções e escrevendo sobre os mais diversos temas. Assumiu as funções de repórter, revisor, secretário e redator. Entre os jornais em que ele atuou pode-se destacar: o jornal do Grêmio Literário Antônio Glicério e o jornal *Gazeta* (1937); e *Expressão* (1938), ambos da cidade de Macau; a *Revista Juriti* (1938), onde assinaria nesse mesmo ano, o artigo *Literatura de Vanguarda*; *Revista Novidades* (1939), além de criar o semanário esportivo *O Atleta* (1938-1939)[44] destinado aos segmentos esportivos, com o objetivo de divulgar, incentivar e organizar as práticas esportivas.

A partir de 1939 tornou-se repórter e revisor do jornal *A República.* Nesse mesmo ano, a 18 de setembro, deixou *A República* e participou da fundação do jornal *O Diário,* que posteriormente, em 1945, foi vendido aos *Diários Associados*. A 1° de maio Djalma Maranhão adquiriu junto com Rui Moreira Paiva, o controle do *Diário*. O jornal seguiu seu destino: a 26 de janeiro de 1945 passava aos *Diários e Rádios Associados* e, a 03 de março de 1947, intitulava-se *Diário de Natal*.[45]

A principal razão para Djalma Maranhão ter ido trabalhar no Diário foi a necessidade que tinha de expor suas idéias, o que n'*A República* era extremamente difícil na medida em que o jornal era controlado pelo governo do estado. Foi a partir dessa liberdade que ele pode escrever no *Diário* suas idéias sobre a II Guerra Mundial e sua posição contrária em relação à participação brasileira no conflito.[46] Nesse período também foi correspondente do *Associated*

---

[41] GALVÃO, Cláudio (Org.) *Esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, centro convergente e irradiante da vida natalense*. Natal: Sebo Vermelho, 2004. p.17.
[42] Cf. MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte, 1907-1987*. São Paulo: Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.
[43] GÓES, Maria Conceição Pinto. Op.cit. p. 44-45.
[44] SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. p.52.
[45] GALVÃO, Cláudio. *Esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, centro convergente e irradiante da vida natalense*. p.17-18.
[46] SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social.* p.52.

Russ (1943) e nessa mesma época foi criado o jornal *O Monitor Comercial* que Djalma Maranhão dirigiu até 1950, noticiando o movimento de carga e descarga dos navios no porto de Natal.[47] Em 1945, fundou o jornal *A Liberdade*[48], mesmo ano em que aderiu ao cafeísmo.[49] Em 1950, Maranhão ainda estava ligado ao *Diário* e escrevia a crônica *De Natal para Oeste*, publicados aos domingos em *O Mossoroense*.[50]

Entretanto, foi no *Jornal de Natal* e na *Folha da Tarde* que Djalma Maranhão pode expressar suas idéias com plena independência. Nesses jornais ele atuava como diretor e podia imprimir seu pensamento não apenas nos seus textos, mas na própria concepção que norteava os jornais. Essa independência conquistada nesses jornais estava relacionada aos objetivos políticos desses órgãos de divulgação. O *Jornal de Natal (*outubro de 1950 até início dos anos de 1960*)*, de propriedade de Café Filho, foi fundado com o intuito de publicar atividades desenvolvidas por lideranças vinculadas ao PSP. O *Folha da Tarde* (abril de 1959 a março de 1964) era um jornal do próprio Djalma Maranhão que tinha três objetivos básicos: divulgar as ações que ele realizava à frente da Prefeitura de Natal, discutir temas nacionalistas e destinar espaços na imprensa para que o movimento estudantil da época pudesse se expressar.

No tocante à política partidária propriamente dita, a trajetória de Djalma Maranhão apresentou muitas peculiaridades. Foi militante do PCB, junto com seu irmão Luís Ignácio Maranhão, até o fim do Estado Novo[51]. Com a redemocratização do país, em 1946, a legalidade constitucional foi retomada. Assim, eleições presidenciais foram realizadas, foi elaborada uma nova Constituição e foram criados partidos políticos nacionais fortes[52]. Essa nova configuração partidária nacional influenciou fortemente a política no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, os partidos nacionais que passaram a ter lideranças no Rio Grande do Norte foram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrata (PSD). Aqui no estado a UDN e o PSD surgiram a partir de uma ruptura no antigo PP (Partido Popular)[53]. Assim, passaram a fazer parte da UDN norte-rio-grandense os membros do PP que faziam oposição a Getúlio Vargas, eram eles: Dinarte Mariz, Juvenal Lamartine, José Augusto

[47] GALVÃO, Cláudio. Op.cit. p.17.
[48] Id. Ibid. p.18.
[49] Cafeísmo era o nome dado a corrente política liderada por Café Filho.
[50] GALVÃO, Cláudio. Op.cit. p.18.
[51] Vale à pena recordar que durante todo o Estado Novo o PCB esteve na clandestinidade e foi duramente perseguido por Vargas.
[52] Até 1946 os partidos eram nitidamente estaduais.
[53] O Partido Popular surgiu em 1932, em oposição às interventoras no governo Vargas. Sobre o período ver: SPINELLI, José Antônio. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas***:** 1930/1935. 1989. Dissertação – UNICAMP. São Paulo. [1989].

Bezerra de Medeiros, a família Rosado[54] e Aluízio Alves[55]. Já o PSD era representado por membros do antigo PP que foram interventores ou eram ligados a eles. As principais lideranças do PSD eram: Theodorico Bezerra, Georgino Avelino e Dioclécio Duarte. Paralelamente ao PSD e a UDN existiam partidos com uma menor expressão, esse era o caso do Partido Social Progressista (PSP). Liderado por Café Filho, que era considerado uma terceira força política no Rio Grande do Norte, o PSP não pertencia às forças políticas oligárquicas que dominavam a política estadual. As oligarquias se dividiam entre a UDN e o PSD.

Nesse contexto de mudanças na estruturação dos partidos, que caracterizou a segunda metade dos anos 1940 e os anos 1950, Djalma Maranhão também mudou. Após 16 anos de militância no PCB[56], Maranhão passou a militar no cafeísmo. Segundo Góes, era no cafeísmo que estavam "agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira da luta contra o Estado Novo e o fascismo." E acrescenta, "o fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, no Rio Grande do Norte, se chama cafeísmo." [57].

A observação de Goés é parcialmente verdadeira. Isso porque, no Estado, os grupos de esquerda que na época apresentavam como principal bandeira de luta a adoção por parte do estado de uma política nacionalista não eram apenas os cafeístas. A esquerda estava dividida entre o PCB (comunistas) e o PSP (cafeístas independentes)[58]. Entretanto, os comunistas naquele momento tinham uma expressão política bem inferior ao cafeísmo.[59]

O cafeísmo no Rio Grande do Norte atingiu seu auge quando Café Filho assumiu a vice-presidência da República. Todavia, o distanciamento de Café Filho, em virtude das novas funções, provocou um impacto negativo no PSP que perdeu sua grande liderança local. Para suprir a ausência de Café Filho, Djalma Maranhão tornou-se o líder local do PSP. A escolha

---

[54] Cf. FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar*: os Rosados e o "País de Mossoró". João Pessoa: Grafiset, 2001.

[55] Posteriormente a família Rosado, em 1951, e Aluízio Alves, em 1960, romperam com a UDN.

[56] Djalma foi expulso do partido por ter acusado a direção de desonesta. Após sair do partido, reafirmou sua postura marxista-leninista e o compromisso com os trabalhadores, numa carta publicada no jornal *A República* de 24 de abril de 1946 intitulado: *Carta Aberta ao Povo e ao Proletariado do Rio Grande do Norte*.

[57] GÓES, Moacyr de. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler:* uma escola democrática. p.15.

[58] "Independentes ou progressistas eram aqueles que não se filiavam aos partidos socialistas ou comunistas, mas apoiavam as mudanças estruturais da cidade". (GÒES, Maria. Conceição. *A aposta de Luíz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. p.113).

[59] A ascendência ideológica do cafeísmo sobre a classe operária e setores da pequena burguesia e da classe média, [...] [limitava] a capacidade de penetração ideológica e organizativa dos comunistas, obrigando-os as alianças com cafeístas, nas quais em geral se colocavam como força subordinada. (SPINELLI, José Antônio. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas:* 1930/1935. p.65).

de Djalma Maranhão como liderança do PSP não foi um acaso, ele e Café Filho tinham interesses comuns e eram as duas grandes lideranças da esquerda norte-riograndense.

O governo Vargas, iniciado em 1951, foi marcado por fortes crises políticas, que desembocaram no suicídio do presidente em 1954. Diante do suicídio, Café Filho assumiu a presidência da República e passou a exercer grande influência sobre os partidos no Rio Grande do Norte. Assim, conseguiu, por exemplo, unir, em 1954, o PSD e a UDN, compondo uma única chapa para o Senado: Georgino Avelino (PSD) e Dinarte Mariz (UDN). Nessa mesma eleição o PSP não concorreu ao senado, mas conseguiu eleger Djalma Maranhão Deputado Estadual.

Entretanto, nas eleições para governador do estado, em 1955, a aliança PSD/UDN não foi ratificada e cada partido apresentou candidatos próprios. O PSD indicou Jocelyn Vilar e a UDN Dinarte Mariz. Diante das candidaturas, as esquerdas também se dividiram: o PCB apoiou o PSD; o PSP, liderado por Djalma Maranhão, apoiou a UDN. O apoio do PSP a UDN estava vinculado a um acordo político que previa que o Prefeito de Natal seria do PSP[60]. Eleito governador, Dinarte Mariz cumpriu o acordo e nomeou Djalma Maranhão[61]. Dois motivos favoreceram a nomeação de Djalma Maranhão:

> Em primeiro lugar, a nível [sic] nacional a UDN apoiava Café Filho membro do PSP; em segundo lugar, a nível [sic] local, a candidatura de Dinarte Mariz era de oposição ao governo Sylvio Pedroza, que pertencia ao PSD e a nível [sic] nacional apoiava a candidatura de Juscelino e Jango (PSD/PTB) contra o candidato da UDN.[62]

A vitória da UDN, com Dinarte Mariz, em 1955, não significava o pleno domínio do partido no estado, tendo em vista que o PSD continuava muito forte. Essa foi "a primeira e única vez que os udenistas governaram o Rio Grande do Norte." [63] O PSD tinha eleito o governador antes de Dinarte Mariz e elegeu os governadores depois de Dinarte Mariz. Nesse sentido, "O PSD elegeu [...] José Augusto Varela – 1947, Jerônimo Dix-Sept Rosado – 1950 e Aluízio Alves – 1960".[64]

---

[60] Até 1960 não havia eleição para prefeito de Natal. O cargo era ocupado por indicação do governador do estado.
[61] Para assumir a Prefeitura de Natal Djalma Maranhão licenciou-se da cadeira de deputado estadual para a qual havia sido eleito.
[62] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.68.
[63]TRINDADE, Sérgio Luíz Bezerra. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte***.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, [s.d]. p.20
[64]GERMANO, José Willington. Op.cit. p.47.

É importante destacar também que entre a UDN e o PSD não existia uma oposição ideológica. Assim é reveladora a análise de Germano. Segundo o autor, a disputa entre PSD e UDN era "um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder"[65], na busca de preservar a situação vigente.

Por não apresentarem oposições ideológicas, as alianças da UDN e do PSD com a esquerda eram sempre circunstanciais. Dessa forma, Djalma Maranhão, em momentos diferentes, aliou-se a um ou a outro partido. Em 1956, aliou-se a UDN e apoiou a candidatura Dinarte Mariz para o governo do estado; em 1960 fez alianças com o PSD e apoiou Aluízio Alves para o mesmo cargo. Apesar da origem oligárquica dos dois partidos e dos dois candidatos, eles representavam as forças progressistas do Estado nos momentos específicos em que Djalma Maranhão estabeleceu as alianças.

Em 1956, quando Djalma Maranhão foi indicado Prefeito de Natal, existiram muitas resistências, tanto da própria UDN, quanto do PSD e da Igreja Católica. Esses setores contestavam a indicação de Maranhão com o argumento de que ele tinha uma origem na militância comunista. Eugênio Sales, na época bispo da Arquidiocese de Natal, firmou sua posição contrária alegando que Maranhão era marxista-leninista e que nessa condição já havia inclusive sido preso durante a sua juventude.[66] .

Góes demonstra como o PSD, partido que havia feito oposição a Dinarte Mariz, protestou contra a indicação de Djalma Maranhão: no dia de sua posse, a primeira página do jornal do PSD é ocupada, toda ela, por anúncio fúnebre: encimada por uma grande cruz, em negrito, a informação do "*Infausto Acontecimento*: um comunista fora nomeado para a prefeitura de Natal."[67]

A nomeação de Djalma Maranhão por Dinarte Mariz mostrava-se realmente contraditória. Isso porque Dinarte Mariz era uma das lideranças da oligarquia algodoeira-pecuária do Estado, sendo anticomunista, tendo combatido os revolucionários de 1935 na região do Seridó, enquanto Djalma Maranhão além de ter sido um revolucionário em 1935, se identificava com a causa popular[68].

Mesmo colocados ideologicamente em campos opostos, Djalma Maranhão e Dinarte Mariz conseguiram manter a aliança política, fixada em 1956 até 1959. Nesse ano Djalma

---

[65] Id. Ibid. p.48.
[66] Memória sumária do Palácio Felipe Camarão apud Id. Ibid. p.69.
[67] GÓES, Moacyr. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*: uma escola democrática. p.19.
[68] GERMANO, José Willington. Op.cit. p.69.

Maranhão renunciou ao cargo de prefeito e assumiu uma cadeira na Câmara Federal, da qual era 1º suplente desde a eleição de 1958, pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Djalma Maranhão assumiu a prefeitura em 1956, mas durante o período em que esteve no exercício do poder se licenciou do cargo algumas vezes, tanto para concorrer a cargos eletivos quanto para participar de decisões importantes na Assembléia Legislativa, onde tinha um mandato parlamentar. Em uma dessas vezes, em 1958, concorreu a uma cadeira na Câmara Federal pela legenda do PTN. A candidatura pelo PTN ocorreu porque nessa época Maranhão rompeu com o PSP, por não concordar com as diretrizes fornecidas nacionalmente pelo paulista Adhemar de Barros, principal líder do partido.

Rompido com o PSP Djalma Maranhão recebeu uma proposta de filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), feita por Luís Gonzaga dos Santos que na época era presidente local do partido. Todavia, Maranhão não aceitou a proposta e preferiu o PTN, que surgia como uma nova agremiação política no Estado.[69]

Essa mudança de Djalma para o PTN não significou o rompimento dele com o governador Dinarte Mariz. A aliança entre Djalma Maranhão e Dinarte Mariz só terminou, quando Maranhão deixou o cargo de prefeito da capital e assumiu a cadeira na Câmara Federal em julho de 1959 e permanecendo no cargo até 05 de novembro de 1960, quando tomou posse como primeiro prefeito eleito de Natal.

A eleição de 1960 para prefeito de Natal só foi possível por causa da aprovação de um projeto de lei, de âmbito federal, que garantia autonomia administrativa e política para as capitais. Até então o prefeito das capitais era cargo de confiança dos governadores dos estados.

Quando assumiu sua primeira administração, em 1956, Djalma Maranhão era deputado estadual, eleito em 1954. Quando necessário, licenciava-se do executivo municipal para assumir sua cadeira na Assembléia Legislativa, onde respondia a liderança de Dinarte Mariz. Diversas vezes deixou a prefeitura para assumir o legislativo. Em uma dessas ocasiões, no final de 1958, Djalma Maranhão pretendia votar uma emenda constitucional que daria autonomia administrativa à cidade de Natal, seguindo preceito constitucional de 1946.

A Constituição Federal de 1946 assegurou a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios brasileiros, porém, cabia aos estados a criação de dispositivos para garantir a eleição dos prefeitos. O projeto de lei de autonomia administrativa de Natal foi desarquivado por Djalma Maranhão que tomou para si a autoria do projeto. Nessa empreitada,

[69] A opção pelo PTN foi porque este partido, na época, apesar de ser pouco conhecido no Nordeste do Brasil, era uma força em São Paulo e em outros estados no sul do país. Nesse sentido, naquele momento o partido que representava os trabalhadores e o nacionalismo e que crescia como força política, era o PTN.

conseguiu por unanimidade a aprovação da lei, garantindo a realização das primeiras eleições diretas para a Prefeitura do Natal, junto à eleição para governador e vice-governador do Estado em 03.10.60. Segundo Ticiano Duarte (chefe de gabinete da Prefeitura de Natal em 1960)[70], esse projeto foi aprovado por unanimidade, o que indica que os próprios deputados que faziam oposição a Dinarte Mariz apoiaram a iniciativa.

Entretanto, Duarte enfatiza que um dos fatores que estimulou Djalma Maranhão a lutar pela autonomia administrativa de Natal foi a sua não eleição para deputado Federal no pleito de 1958. Naquela época Maranhão era prefeito da capital, mas era um cargo de confiança do governador, não tendo autonomia de suas decisões. Dinarte Mariz, usando de seus poderes, determinou que fossem liberados vários ônibus, que faziam o transporte de passageiros na capital, para o interior para atender a outros chefes políticos. Maranhão se viu prejudicado com a decisão, pois

> Alegava que não foi eleito porque tiraram os ônibus da cidade no dia e houve uma abstenção que prejudicou muito ele [...] o compromisso do governo era que não retirassem os ônibus da cidade, pois ele não tinha estrutura para conduzir os eleitores as urnas e se os serviços de transporte tivessem funcionado normalmente, ele teria uma boa votação. [Diante disso] "Djalma [afirmou]: Nenhum governador vai mais nomear o prefeito de Natal".[71]

A aprovação da ementa que garantia eleições diretas para prefeito de Natal impossibilitou que Djalma Maranhão ficasse no cargo até as eleições. Isso porque a lei não explicitava que o prefeito da cidade deixaria de ser nomeado pelo governador apenas quando ocorresse a primeira eleição. Como a lei não estabelecia claramente quem deveria ser o prefeito até as eleições, a Câmara de Vereadores entendeu que quem assumiria a Prefeitura até a eleição seria o seu presidente. Entretanto, o governo do estado continuou nomeando o prefeito. Assim, Djalma continuou prefeito e nas suas ausências assumiam o cargo, por nomeação de Dinarte Mariz, Moacyr de Góes ou Roberto Furtado (chefe de gabinete e Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, respectivamente). Diante da atitude do governo do Estado a Câmara de Vereadores recorreu ao Supremo Tribunal Federal que julgou o processo favoravelmente aos vereadores, ou seja, assumiria a prefeitura o Presidente da Câmara, na época o vereador José Pinto Freire, até que fosse eleito o primeiro prefeito. Dessa forma, Djalma Maranhão teve seu mandato na prefeitura interrompido e passou a exercer

[70] Ticiano Duarte em entrevista concedida à autora em 21 maio 2003.
[71] Ticiano Duarte em entrevista concedida a autora em 21 maio 2003.

cadeira de deputado federal até novembro de 1960, quando se licenciou do cargo para concorrer às eleições diretas para prefeito de Natal.

Djalma Maranhão se candidatou com o apoio político dos grupos que estiveram a frente do *Jornal de Natal* e do *Folha da Tarde*. Sua candidatura fazia oposição a Dinarte Mariz, ainda no governo do Estado, e estabeleceu uma aliança política com Aluízio Alves, então dissidente da UDN. Nessa nova aliança, Djalma Maranhão e Aluízio Alves formaram a coligação vitoriosa Cruzada da Esperança. Assim, Djalma Maranhão tornou-se o primeiro prefeito eleito de Natal, em 1960, com uma expressiva vantagem de votos: 21.947 votos, contra 11.228 votos do candidato da UDN. Enquanto isso, Aluízio Alves foi eleito para o governo do Estado com 121.076 votos, contra 98.195 votos obtidos por Djalma Marinho, candidato da UDN e, conseqüentemente, de Dinarte Mariz. [72]

Na sua primeira administração (1956-1959) adotou políticas voltadas para o ensino público, para o desenvolvimento de práticas culturais e para obras de infra-estrutura urbana. Tendo uma administração que consideramos ter sido uma gestão participativa, na medida em que a população se envolvia nas ações empreendidas pela Prefeitura, Djalma Maranhão adotou uma série de medidas que contavam com a participação da população: campanhas de arborização, de calçamento de ruas e calçadas, de doação de livros.

Nesse sentido, em 1956, a Prefeitura realizou uma reforma administrativa com o objetivo de regularizar e dinamizar os serviços da Prefeitura; criou o Programa de Escolinhas Municipais. As Escolinhas funcionavam em espaços cedidos à Prefeitura por moradores, clubes de futebol, escolas de samba, sindicatos. Entretanto, as intervenções no espaço físico da cidade que tiveram destaque nessa primeira administração, refletiram um processo de transformações que aconteciam em âmbito nacional em várias capitais brasileiras, motivados pelos anseios de progresso e industrialização propagados pelo Governo Federal. As ações da prefeitura direcionadas a obras de infra-estrutura urbana: calçamento de ruas e calçadas, asfaltamento de avenidas, reforma e construção de passeios públicos, ampliação e reforma de galerias de águas pluviais nos bairros, construção de novos mercados públicos, lavanderia pública; construção de espaços de lazer e cultura, etc.[73]demonstravam que a cidade crescia vagarosamente e precisava se modernizar.

Na segunda administração (1960/1964), o Prefeito buscou dar continuidade às políticas desenvolvidas no governo anterior. Dialogando com os representantes de Comitês de Bairros e ainda durante a campanha eleitoral, educação e cultura são escolhidas como metas

[72] Jornal *Diário de Natal*, Natal, 08 jun. 1960.
[73] Mailde Galvão em entrevista concedida a autora em 19 de maio de 2003 e em 17 de outubro de 2006.

para a futura administração Djalma Maranhão. Priorizou, dessa forma, ações de assistência a população, como a construção e o equipamento de vários mercados e feiras públicas, as frentes de calçamento, a abertura de estradas de barro, a construção de quadras de esportes, parques infantis, praças de cultura, de bibliotecas populares e a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* que deu direcionamento aos outros trabalhos da Prefeitura.

O Programa Educacional das Escolinhas Municipais, iniciado em 1956, foi ampliado com a campanha de educação popular *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. De acordo com Silva, houve estrategicamente a decisão de privilegiar a criação de cursos de alfabetização para crianças e adultos.[74] O Programa Educacional aconteceria integrado às atividades culturais. Essas atividades se dariam no Museu de Arte Popular, em eventos como Feira de Livros e nas atividades e bibliotecas das Praças de Cultura.

A trajetória política de Djalma Maranhão, iniciada nos anos de 1930 e consolidada nos anos de 1960, foi marcada pelas lutas nacionalistas do período. Passou por partidos que representavam os setores populares e defendiam o nacionalismo. Nesse sentido, Djalma passou pelo PCB, PSP, PTB, PTN e o PSB, partidos que possuíam um discurso progressista. Entretanto, foi graças às alianças junto às forças oligárquicas da política local, que Djalma Maranhão pôde chegar à prefeitura de Natal.

2.2 ALIANÇA PARA O PROGRESSO E O NACIONALISMO POPULISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

A Revolução Cubana de 1959 e a movimentação política no Nordeste como as Ligas Camponesas e a vitória de Arraes e Maranhão para as Prefeituras de Recife e Natal, respectivamente, eram justificativas suficientes para que o governo norte-americano, através da Aliança para o Progresso, interferisse na política econômica do Brasil.

Com o fim da II Guerra Mundial, as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, deram início a uma disputa pelo poder em escala mundial, conhecida como Guerra Fria, que se caracterizou pela disputa por áreas de influência em todo o mundo. De encontro à atuação soviética que apoiou a Revolução Socialista em Cuba (1959), o Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, lançou, em 13 de maio de 1961, no encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Inter-Americano, em Punta del Este, no Uruguai, o programa de desenvolvimento chamado Aliança Para o Progresso, criado com a finalidade de

[74] SILVA, Maria da Guia Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. p.97.

oferecer ajuda financeira norte-americana aos países da América Latina para a realização de reformas e para impedir o avanço do socialismo para outros países. Segundo Bandeira,

> As verbas da Aliança Para o Progresso, a fim de pretensamente promover certa melhoria nos padrões de vida da população nordestina, constituíram apenas um dos instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou para conter ou esmagar qualquer revolução. [75]

Além das Ligas Camponesas, a vitória eleitoral das Frentes Nacionalistas com a participação das forças de esquerda também era considerada ameaçadora para os Estados Unidos. Demonstrava a radicalização da vida política na região Nordeste. As prefeituras das capitais Recife e Natal já haviam sido conquistadas pelos nacionalistas Miguel Arraes e Djalma Maranhão, respectivamente e o governo norte-americano deveria tratar naquele momento de impedir a chegada deles aos governos estaduais.

Segundo Paiva, o financiamento de candidatos antinacionalistas não era suficiente, dever-se-ia fortalecer os políticos, que a autora chamou de receptivos. E Aluízio Alves era um deles. A autora acrescenta que Aluízio Alves conjugava características ideais:

> Por um lado, ele era capaz de controlar os impulsos de radicalização das classes populares através da prática de uma política ultramanipulatória e suficientemente ambicioso e conservador para não representar um perigo potencial de evolução para a esquerda. Por outro, embora aliado a algumas oligarquias tradicionais, ele representava a vitória de uma política de incentivo à industrialização no [Rio Grande do Norte]. Tratava-se, pois, de ajudar um governo "favorável ao progresso.[76]

O governo norte-americano só pretendia investir nos estados administrados por governadores receptivos ao programa, que fossem considerados confiáveis. Com isso, tentou excluir o estado de Pernambuco, governado por Miguel Arraes, de qualquer auxílio.[77]

Enquanto os outros estados da região Nordeste enviaram projetos relativos aos setores de educação, saúde, agricultura, industrialização, habitação popular, telecomunicações,

---

[75] BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.447.
[76] PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacional desenvolvimentismo*. p.23.
[77] MONIZ, Bandeira. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. p.446.

segurança pública, etc., no Rio Grande do Norte nenhum setor da administração estadual elaborou projetos e isso acarretou a ida de Aluízio Alves aos Estados Unidos a fim de conversar diretamente com o presidente John Kennedy. Justificava-se o governador, alegando que o apoio a Djalma Maranhão devia-se ao crédito que os comunistas depositavam em seu projeto de combate à pobreza e ao desenvolvimento do Rio Grande do Norte.[78]

Os interesses americanos e do governador Aluízio Alves eram convergentes no que diz respeito ao tipo de programa que seria executado: os programas de impacto que se concentravam em áreas como saúde e educação, mostrando dessa forma, à população o interesse norte-americano e do governo estadual pelo seu bem-estar. Um dos programas foi *As 40 horas de Angicos*, primeira experiência do método Paulo Freire.[79] .

Além da concessão de empréstimos, os Estados Unidos exportavam estratégias de ação para resolver as tensões sociais da região. Segundo Silva,

> O relatório de uma missão da Aliança Para Progresso que esteve no Nordeste, no final do ano de 1961, recomendava um programa-impacto, de caráter estritamente assistencialista, cujo objetivo era o de esvaziar politicamente as Ligas Camponesas e solapar a liderança das forças populares emergentes no Nordeste; e esvaziar demograficamente a região, para fazer baixar as pressões agrárias e urbanas. [80]

Os acordos entre Aluízio Alves e a Aliança para o Progresso favoreceram a realização dos programas do governo e seu fortalecimento político. Implementou um programa com forte presença do capital estrangeiro, associado aos grandes interesses urbanos e rurais. Com tais investimentos e os recursos vindos da SUDENE criaram-se a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN); a companhia de Água e Esgoto (CASOL); a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN); a Fundação de Habitação Popular (FUNDHAP) e o Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN). Outra conseqüência da Guerra Fria para o estado foi a construção, pelos americanos, da Barreira do Inferno: base militar para lançamento de foguetes, pois a conquista do espaço sideral também era importante na disputa entre Estados Unidos e União Soviética.

Ao mesmo tempo, havia uma oposição nacionalista liderada pelo prefeito Djalma Maranhão que durante toda a sua administração fez oposição aos acordos entre o governo do

---

[78] TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluízio Alves*: populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004. p. 200-201.
[79] Id. Ibid.; Cf. CALAZANS, Fernandes, TERRA, Antônia. *40 horas de esperança*: o método Paulo Freire, política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Editora Ática, 1994.
[80] SILVA, Justina Ivã de Araújo. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). p.56.

estado e a Aliança Para o Progresso. Nesse período, o nacionalismo estava relacionado à luta contra o imperialismo norte-americano e contra o latifúndio. Discursando na Câmara Federal, em 1959, na ocasião exercendo o mandato de deputado federal, discorreu sobre a exploração mineral no Rio Grande do Norte pela empresa norte americana Wahchang Corporation:

> Queremos aqui fazer uma acusação das mais graves para este país, onde não se toma conhecimento dos assuntos que realmente interessam a sobrevivência da nacionalidade. [...] A gravidade não está somente nesta espoliação, mas no fato de estar a Wahchang burlando o fisco nacional. Ela não se conforma somente em explorar o trabalhador nacional, pagando-lhe vilmente o salário mínimo [...]. Acontece que tanto o fisco federal, como o estadual e municipal estão sendo lesados ostensivamente pela Wahchang. [...] É desta maneira que os nossos amigos da América do Norte estão ajudando o desenvolvimento econômico do Brasil: tirando tudo, por todos os lados e por todos os meios.[81]

Germano sintetiza o nacionalismo no Rio Grande do Norte, nos anos 1960 como sendo o combate ao imperialismo, principalmente dos EUA, o reconhecimento da existência de uma relação de dominação entre nações, a condenação da remessa de lucros para o exterior, que conjuntamente favorecem o subdesenvolvimento do país e a exploração do povo, tornando-se necessário romper esses laços de dominação, através de um processo de libertação .[82]

A trajetória política de Djalma Maranhão dava às ações de sua administração e ao desenvolvimento da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* uma orientação nacionalista. A campanha de educação promovida pela prefeitura não contava com o apoio do governo estadual e nem com os recursos da Aliança para o Progresso. Segundo Moacyr de Góes, a oposição frente à Aliança para o Progresso ganhava um espaço político maior, e o prefeito Djalma Maranhão, com o objetivo de diferenciar o seu governo do de Aluízio Alves, denominou a última fase da campanha de *Escola Brasileira com Dinheiro Brasileiro*.[83]

A educação popular, promovida pelos movimentos populares, e em Natal pela prefeitura, através da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, estava caracterizada pelo nacionalismo populista do período, identificada com uma linguagem de consenso da existência de uma cultura nacional, caracterizada pelos valores, pelas tradições e

---

[81] Discurso do então Deputado Federal Djalma Maranhão, na Câmara Federal, em 15 de outubro de 1959, intitulado Industrialização do Tungstênio do Rio Grande do Norte. In: MARANHÃO, Marcos (org.). *Pensamento político***:** discursos parlamentares. p.10-24.
[82] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.80.
[83]Id. Ibid. p.79.

pela criação cultural do povo. De acordo com Góes, a Campanha centrou "sua catequese no nacionalismo, no voto popular, nas denúncias ao latifúndio, ao imperialismo e ao colonialismo colonial."[84]

No caso do MCP, podemos considerar que a defesa da nação, de uma cultura nacional também eram os temas centrais do discurso do movimento. O MCP e o *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* não somente tinham o mesmo embasamento, tanto que o livro de leitura/adulto da Campanha foi uma adaptação do livro do MCP às peculiaridades da realidade da cidade de Natal, realizada por uma equipe de trabalho sob a coordenação da professora Maria Diva de Salete Lucena, [85] como também tiveram formas de organização parecidas, frutos de um mesmo projeto de educação e cultura.

Segundo Germano Coelho, um dos fundadores do MCP:

> O MCP pensou que indo buscar as raízes da cultura brasileira onde elas se encontravam, no meio do povo, nós estaríamos concorrendo para o desenvolvimento de uma cultura mais autenticamente nacional [...] A arte popular brasileira está enraizada no nosso povo, nas camadas populares. A importância grande do povo, das camadas populares, quando se fala de arte, é que elas estão, exatamente, como guardiãs das tradições autênticas do país.[86]

Foi então, nessa conjuntura que os movimentos de cultura popular foram sendo criados. Diversos grupos formados por intelectuais, estudantes universitários e secundaristas, pessoas ligadas ao Partido Comunista, marxistas, cristãos, trabalhadores das cidades e do campo, organizados em entidades civis como a Igreja Católica e a União Nacional dos Estudantes (UNE) ou financiados pelo poder público, iniciaram um movimento de contestação a realidade vivida pelo país. Vários grupos se reuniram em movimentos de cultura popular reivindicando melhores condições de trabalho no meio rural e no meio urbano, lutavam pela reforma agrária, por melhores condições de vida no Nordeste, atrasado economicamente em relação ao Centro-Sul do país, criticavam a política de entrada de capital estrangeiro, levantando assim a bandeira em prol do nacionalismo.

---

[84] GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler:* uma escola democrática. p.158.
[85] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.145.
[86] Germano Coelho em entrevista realizada em 06 de dezembro de 1976. In: MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo de. *Arte Popular e dominação popular* – o caso de Pernambuco – 1961/77. Recife: editora Alternativa, 1978. p.22-33.

2.3 CULTURA POPULAR NO MCP E NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

A expressão cultura popular apareceu no Brasil com um novo sentido, dentro dos grupos e movimentos populares que foram sendo criados no início da década. Não foi uma invenção original, pois em outros países da Europa, o debate em torno da cultura popular e o acesso ao povo aos bens culturais já acontecia e da China a Cuba, nos países socialistas vivia-se a Revolução Cultural.[87]

Cultura é uma categoria de difícil definição. As muitas definições da cultura e da cultura popular não dão conta do universo de práticas, de usos, de representações da cultura em geral. Por isso, colocamos aqui as contribuições de Chartier para o estudo da cultura popular. Para o autor, o importante é o estudo de como a cultura popular é apropriada, porque na prática ela é usada ou apropriada por diferentes grupos sociais.[88] Também em Certeau buscamos nosso referencial quando o autor trata a cultura no plural. Segundo o autor as formas populares de cultura, desde as práticas do cotidiano até as formas de consumo cultural, podem ser pensadas como táticas produtoras de sentido, muitas vezes diferente do sentido visado pelos produtores.[89]

Chartier revisita o conceito de cultura popular reduzindo as inúmeras definições do termo a dois modelos de descrição e interpretação. O primeiro, "a cultura popular definida como um sistema simbólico, autônomo e coerente, que funciona segundo uma lógica alheia e irredutível à cultura letrada", ou seja, a cultura popular se configura num mundo a parte, independente, encerrado em si mesmo. O segundo modelo define a cultura popular pela sua distância de legitimidade cultural da qual é privada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dominante. [90]

Esses modelos têm sido fundamento para todos os modelos cronológicos que adotam uma idade do ouro da cultura popular. A periodização clássica remete a primeira metade do século XVII. A filósofa Chauí quando trata da cultura popular em diferentes momentos

---

[87] FÁVERO, Osmar**.** *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. p.7.
[88] CHARTIER, Roger. A cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos.* p.179-190.
[89] Ver CERTEAU, Michel. *A cultura no plural***.** Campinas/SP: Papirus, 1995.
[90] CHARTIER, Roger. Op.cit. 179-180.

históricos nos mostra que o termo, em princípio, estava ligado a outros dois: Civilização e História. [91]

Foi a partir do século XVII que a cultura articulou-se ao termo civilização, que estava ligado a idéia de progresso. No Iluminismo, cultura e civilização estavam relacionadas de maneiras opostas. Para alguns ilustrados a cultura era concebida como prática social estava relacionada à subjetividade, à imaginação e ao indivíduo. E para outros, a cultura era parâmetro de civilidade, meio de avaliar o grau de desenvolvimento e progresso de uma sociedade.

Posteriormente os românticos deram à cultura uma definição do popular. O racionalismo do Iluminismo seria quebrado pela afirmação da alma popular, da imaginação, da simplicidade e pureza populares.[92] Os românticos buscaram o popular na poesia, nas baladas, nos provérbios, na religião, nos ritos, nos costumes, nos festivais. Delimitaram-se com o romantismo os traços da cultura popular:

> Primitivismo, ou seja, a cultura popular é retomada e a preservação das tradições que seriam perdidas pelo povo; comunitarismo, a criação popular é sempre coletiva e anônima, pois é manifestação espontânea da natureza e do espírito do povo; e o purismo, que é o povo por excelência, que não foi contaminado pelos hábitos da vida urbana.[93]

Chartier critica essa periodização clássica, os modelos cronológicos, porque para o autor, o verdadeiro problema é considerar, para cada época, como se elaboram as relações entre as formas que são impostas e sua recepção, pois "os modelos culturais dominantes não anulam o espaço próprio da sua criação, que pode ser resistente ou não." Nesse sentido, existe um espaço entre normas e regras, entre o que é visado e o que é vivido, um espaço onde podem insinuar reformulações e deturpações. [94]

O mesmo se dá com o termo popular. Como a cultura,

---

[91] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.16-17.
[92] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. P.16-17.
[93] Id. Ibid. p.19.
[94] CHARTIER, Roger. A cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. p.181-182.

> Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras, ou seja, existem modalidades diferenciadas pelas quais os 'populares' são apropriados.[95]

Nesse momento, o popular aparece idealizado como matriz da nacionalidade brasileira, como a essência da cultura nacional, porém, encontra-se precisando de cuidados e seria missão da intelectualidade nacional a missão de conscientizar o povo brasileiro. Essa idealização do povo e da cultura norteou as práticas desses movimentos, no caso de Natal, na própria intervenção do espaço público, ao transformar a praça em um local de promoção do que era concebido como cultura popular, imprimindo neste espaço intenções e signos.

Souza ao tratar da abordagem da cultura popular utilizada no MCP, afirma que estava muito relacionada a uma visão romântica sobre cultura, a cultura popular estava relacionada à pureza, à homogeneidade, à autenticidade.[96]

O MCP definiu cultura popular como uma forma específica de exprimir uma produção cultural, voltada para as massas com o fim de elevar o nível de consciência social e dos que integram o movimento popular. Como afirma Germano Coelho:

> A gente sempre tratou a cultura como um instrumento de emancipação do nosso povo. A cultura no seu sentido mais amplo, envolvendo a ciência –por conseqüência da educação – envolvendo a técnica, envolvendo a arte. E sabíamos que, desde que o nosso povo evoluísse nesses campos da cultura, ele deixaria de ser oprimido dentro do país. Inclusive porque ele defende o valor altamente importante para o desenvolvimento nacional, que são as raízes da cultura brasileira. Então, eles não são só carentes, eles não necessitam apenas aprender.. O MCP indo buscar as raízes da cultura brasileira no meio do povo, estava concorrendo para o desenvolvimento de uma cultura autenticamente nacional. [97]

No caso da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, numa tentativa de conceituação, o termo cultura popular era definido como a forma de

---

[95] Id. Ibid. p.184.

[96]SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de. A abordagem sobre a cultura popular utilizada no Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Disponível no site: HTTP://www.eca.usp.br

[97]Germano Coelho em entrevista realizada em 06 de dezembro de 1976. In: MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo de. *Arte Popular e dominação popular* – o caso de Pernambuco – 1961/77. p.22-33.

> Compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o descobrimento até os dias atuais. Dominação que se tem sofrido historicamente, mudanças que ora acentuam, ou atenuam o seu caráter, mas que fundamentalmente persiste, envolvendo todo o complexo político-econômico-cultural do Brasil.[98]

Segundo esse documento, elaborado pelo *De Pé no Chão*... e apresentado pelo professor Geniberto Campos em ocasião do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em 1963, encontro que reuniu os vários movimentos populares do período, evento apoiado pelo Ministério da Educação e Cultura, o povo brasileiro passou a consumir um outro tipo de cultura, uma "cultura alienígena." Essa cultura alienígena imposta pela elite dominante tinha a função de manter o povo preso a um esquema de pensamento e atitudes que se traduzissem na aceitação passiva da dominação externa e no respeito e admiração ao povo dominador.

Germano destaca que em 1963 todo um grupo vinculado à Ação Popular (AP) e que era formado pela liderança estudantil que conhecia a UNE estava trabalhando na Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da prefeitura de Natal. Para o autor, a presença da AP na Prefeitura de Natal foi importante na formulação das bases teórico-metodológicas da Campanha a partir de 1963, momento em que o documento foi produzido.

Os meios utilizados no processo de submissão cultural do povo brasileiro, afirma o documento da Campanha, são principalmente os da propaganda para padronizar atitudes e produzir hábitos novos, reflexos condicionais e conceitos estranhos na mentalidade do povo, submetendo-o a um processo de massificação. Dessa forma, gradativamente slogans políticos, idéias, gostos artísticos, hábitos, atitudes e valores iriam fazer parte do cotidiano.

Para o *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* só a conscientização dessa situação de dependência do povo traria a emergência da cultura popular:

> A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente a cultura popular, que assume, no primeiro momento, o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos, os nossos valores, os criados e elaborados aqui. Essa é a tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo o processo de aculturação, mas que haja predomínio da cultura brasileira. Num segundo momento, a cultura popular assume um caráter de luta, com o intuito de forma uma

[98] GÓES, Moacyr. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. p.139.

> autêntica cultura nacional, promovendo a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico social e político-cultural do povo.[99]

Esse processo de libertação levaria o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, seu receptor e criador de expressões culturais. A cultura popular foi concebida pelo *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* como um meio político, de conscientização das massas, ao mesmo tempo em que foi concebida como criação cultural autêntica, livre e autônoma do povo brasileiro.

> Embora pareça em princípio paradoxal, a cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas em última instância, a afirmação e vitória desta revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no político e econômico.[100]

Quando olhamos os movimentos populares da década de 1960 e as interpretações e usos da cultura popular por esses movimentos percebemos uma visão romântica de que a cultura popular é pura e autêntica, ao mesmo tempo em que a coloca numa posição contrária, de dependência em relação à cultura dominante. É a nosso ver uma mistura dos dois modelos interpretativos pelos quais Chartier insere as interpretações da cultura popular a partir de marcos cronológicos, ou seja, a cultura popular concebida em sua autonomia simbólica e, a cultura popular concebida em sua carência em relação a cultura dominante.

Ao mesmo tempo em que trata a cultura popular como algo singular, uma autêntica cultura vinda do povo que é preciso resgatar e preservar, ganha o termo um sentido de luta política, sendo a cultura popular instrumento de libertação do povo, de transformação social e de desenvolvimento da nação.

2.4 O ISEB E OS MOVIMENTOS POPULARES

Os anos 1950, no Brasil, na perspectiva da produção intelectual, foram marcados por novas concepções de trabalho e de interpretações sobre a realidade brasileira. Até a década de

[99] GÓES, Moacyr. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. p. 140.
[100] GÓES, Moacyr. *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. p. 140.

1930, no campo da historiografia, essa produção acontecia fora da academia. Com a criação da Faculdade de Filosofia da USP, em 1934, teve início uma nova etapa dessa produção. E nas décadas seguintes essa produção universitária começou a delinear-se, ganhando características próprias, cada historiador com suas formulações teóricas, influências e métodos, distanciando-se da perspectiva mitológica, bandeirista, tipificadora dos Institutos Históricos.[101]

Quase ao mesmo tempo, surgiam instituições, sem vínculos acadêmicos, preocupadas em discutir a realidade brasileira e em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento. Uma delas foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, que procurou legitimar sua ação política pelo saber e, posteriormente, teve forte influência nos movimentos populares surgidos na década de 1960, pois influenciou a intelectualidade nacional que promoveu os movimentos em prol da cultura popular.

O ISEB foi uma instituição pública criada no governo de João Café Filho em 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 57.608 e suas atividades foram encerradas no dia 13 de abril de 1963, por meio do Decreto nº 53.884. A origem do ISEB se confunde com a trajetória de intelectuais que se agruparam, a partir de 1949, e divulgavam suas idéias num suplemento cultural na quinta página do *Jornal do Commércio*, no Rio de Janeiro. A divulgação do suplemento motivou encontros mensais de intelectuais no Parque Nacional de Itatiaia, a partir de 1952. O espaço fora cedido por um dos participantes, Rômulo Almeida, que na época era membro da Assessoria Econômica do presidente Getúlio Vargas e chefe de gabinete do ministro da agricultura. Esse grupo de intelectuais foi denominado de Grupo Itatiaia.[102]

O Grupo Itatiaia era formado por paulistas e cariocas. Os paulistas eram filósofos e juristas como Roland Corbisier, Miguel Realle, Almeida Salles, Paulo Edemar de Souza Queiroz, todos vindos do Integralismo. Da parte carioca formavam o Grupo Itatiaia: Hélio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Ottolmy da Costa Strauch, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida e Moacir Félix.[103]

Alguns intelectuais do Grupo exerciam funções públicas e mantinham relações políticas com o governo. Rômulo Almeida, Ignácio Rangel e Alberto Guerreiro Ramos, por

---

[101] Cf. MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*: 1933-1974. 5.ed. São Paulo: Ática, 1985.
[102] PEREIRA, Alexandro Eugênio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.p.254.
[103] PECAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.p.110. PEREIRA, Alexandro Eugênio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. Op.cit. p.254.

exemplo, fizeram parte da assessoria econômica do presidente Getúlio Vargas. Roland Corbisier, em 1954, atuou na Assessoria Técnica de Educação e Cultura do MEC. Hélio Jaguaribe foi responsável por alguns projetos do Ministério da Educação e posteriormente assumiu a pasta da cultura, no segundo governo Vargas.[104]

O grupo teve uma curta duração, pois em 1953, os cariocas do Itatiaia fundaram um instituto particular, o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Hélio Jaguaribe tornou-se seu secretário geral e, em 1955, Juvenal Osório Gomes e Nelson Werneck Sodré juntaram-se ao grupo. Dos paulistas apenas Roland Cosbisier entrou no IBESP.[105] Os recursos provenientes para o Instituto vinham de Hélio Jaguaribe.[106] De 1953 a 1956 publicaram cinco números da Revista *Cadernos do Nosso Tempo*, com o objetivo de divulgar as idéias de seus intelectuais fundadores. Tinham um objetivo: "assumir uma liderança na política nacional por seus próprios meios."

Com poucos recursos, o objetivo era transformar o IBESP em uma instituição pública. A proposta inicial seria a instalação no Brasil de um centro de estudos e pesquisas, dotado de liberdade para produzir e veicular idéias. Em 1955, o IBESP transformou-se em ISEB, instituição vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. No ISEB esteve a maioria dos membros do IBESP e seu principal nome foi Hélio Jaguaribe. No Instituto foram criados os departamentos de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciências Políticas, colocados respectivamente, sob a responsabilidade de Álvaro Pinto, Cândido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. Foi instituído um Conselho Tutelar, no qual faziam parte: Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabral, Hélio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier. [107] Até 1958 o ISEB conservou-se como um Centro de Estudos a serviço da criação de uma síntese nacional-desenvolvimentista.[108] Entretanto, o Instituto era constituído por intelectuais que seguiam as mais diversas correntes filosóficas. Havia os que defendiam o projeto desenvolvimentista do governo, mas por outro lado existia dentro do Instituto uma intelectualidade que se contrapunha a esse projeto, pensando o país a partir da necessidade de mudanças sociais. Como nos sugere Pecaut, o ISEB tornou-se símbolo da síntese nacional-

---

[104]PEREIRA, Alexandro Eugênio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB p.255.
[105]PECAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. p.110.
[106]PEREIRA, Alexandro Eugênio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro. Op.cit. p.255.
[107] Id. Ibid.
[108]PECAUT, Daniel. Op.cit. p.110.

desenvolvimentista, depois da síntese nacional-populista e, depois, da síntese nacional-marxista.[109]

Nesse sentido, o ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista, que marcou o processo político brasileiro do início da década de 1950 até a queda do governo constitucional de João Goulart em 1964. Segundo Abreu, a ideologia nacional-desenvolvimentista trouxe ao populismo um instrumento de mobilização popular, por meio da manipulação e do apelo a símbolos nacionais, conseguindo manter uma política que atendesse aos interesses econômicos dos diversos setores da sociedade - agrário, exportador-importador, financeiro, industrial, e ao mesmo tempo, o nacionalismo, através do apelo à colaboração das classes populares em prol do desenvolvimento da nação, permitiu certa participação das massas urbanas na renda nacional e no processo político.[110]

A autora enfatiza ainda, que o ISEB apesar de ter desenvolvido a ideologia nacional desenvolvimentista, não participou diretamente do governo de Juscelino Kubitschek, pois as mudanças estruturais na economia do país, decorrentes do processo de industrialização crescente, resultaram na ampla intervenção do Estado na economia, acarretando a necessidade de profissionais de diversas áreas dentro do aparelho do Estado. Economistas, sociólogos e técnicos da administração passaram a atuar no interior das estruturas do executivo. Além do ISEB, outras instituições foram criadas, como a Fundação Getúlio Vargas, as Faculdades de Economia, a vinda da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), órgão da ONU, que promoveu cursos voltados para área econômica, entre outros. A importância desses técnicos, vindo dessas instituições, não se restringia a elaboração de planos, mas à própria reorganização do aparelho estatal, a introdução de novos métodos de trabalho[111].

Em conseqüência, a influência dos intelectuais do ISEB diminuía, na medida em que seus integrantes estavam preocupados com questões sociológicas, históricas e filosóficas, políticas e culturais e nem todos dominavam o saber técnico. A preocupação do ISEB estava no plano ideológico.[112] Dentro da Instituição, existiam os intelectuais que continuaram a tradição de 1930 – Roland Cosbisier, Guerreiro Ramos e Cândido Mendes; os filósofos de formação – Álvaro Vieira Pinto; os economistas – Roberto Campos e Ignácio Rangel; o militar-historiador Nelson Werneck Sodré e o cientista político Hélio Jaguaribe. [113]

---

[109] PECAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. p.107.
[110] ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. p.98.
[111] Id. Ibid. p.99.
[112] Cf. TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB*: fábrica de ideologias. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.
[113] PECAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. p.111.

Apresentavam carreiras políticas distintas: Corbisier saiu do integralismo, Álvaro Viera Pinto e Guerreiro Ramos estiveram também no integralismo, Nelson W. Sodré colaborou na Revista Cultura Política durante o Estado Novo e inseriu-se na corrente nacionalista do exército, sendo o intelectual de destaque no Partido Comunista. E Hélio Jaguaribe apoiava o projeto desenvolvimentista. [114] Para Pecaut essas divergências e disputas internas favoreceram a evolução da instituição. Enquanto Hélio Jaguaribe colocava a necessidade de investimentos estrangeiros, Roland Corbisier e Guerreiro Ramos se dedicavam a exercer suas influências sobre as organizações nacionalistas e sobre a opinião progressista, organizando cursos para sindicatos, projetos para Frente Parlamentar Nacionalista, para militares nacionalistas. [115]

Em 1960, os isebianos passavam por uma nova etapa se aproximando das organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base, influenciaram partidos políticos como o PC, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, a esquerda católica da AP, líderes sindicais e estudantis, os movimentos populares CPC (Centro Popular de Cultura), MCP, ampliando seu horizonte de interesse: as lutas parlamentares, a luta dos trabalhadores, a situação social no campo, setores industriais, manifestações culturais. Os jovens que ingressaram no ISEB, em 1960, levados por Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré eram de esquerda e alguns militavam no PCB e todos eram provenientes da Faculdade Nacional de Filosofia (UFRJ), na época considerada um "antro" de universitários comunistas.[116] Todavia, mesmo nessa fase, o ISEB não assumiu posições radicais, tanto os intelectuais do nacional-desenvolvimentismo como os do "último ISEB" defendiam uma aliança entre trabalhadores e burguesia nacional, cada qual com suas considerações, e o poder do estado via processo eleitoral.

Segundo Ortiz, os isebianos ao construírem uma nova teoria para o Brasil retomaram a temática da cultura brasileira, imprimindo outros rumos ao debate.[117] O conceito de cultura foi analisado pela intelectualidade isebiana dentro de uma ótica sociológica e filosófica, principalmente a partir de Hegel, Marx, Sartre e Balandier. Novas categorias como transplantação cultural, cultura alienada substituíram categorias como aculturação, por exemplo. Estabeleceram uma filiação em uma corrente distinta a da representada por Silvio Romero e Gilberto Freyre que apresentavam uma perspectiva antropológica. A raça e o meio não eram mais questões centrais para se pensar a problemática da cultura brasileira.

[114] Id. Ibid.
[115] Id. Ibid. p.111-112.
[116]RUFINO, Joel. O Ultimo ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. p.72.
[117] ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p 45.

Para os intelectuais do ISEB, a cultura seria um vir a ser. Temas como projeto social se tornaram fundamentais. A cultura seria um elemento de transformação social. E os intelectuais seriam os responsáveis para a elaboração de uma ideologia de desenvolvimento e viabilizar o projeto de transformação social. Ortiz, escrevendo sobre o assunto, na década de 1980, faz uma crítica a leitura dos isebianos:

> A leitura dos isebianos nos traz um misto de sentimento de atualidade e passado sem que muitas vezes saibamos nos situar de maneira segura no tempo. Quando, nos jornais, nas discussões políticas ou acadêmicas, deparamos com conceitos como cultura alienada, colonialismo, autenticidade cultural, agimos com uma naturalidade espantosa, esquecendo-nos de que eles foram forjados por uma intelligentsia do ISEB. [118]

A influência do ISEB no plano cultural foi muito significativa. Todos esses conceitos políticos e filosóficos elaborados na década anterior passam a construir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira. Os movimentos de cultura popular realizaram a sua maneira os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB.

Essa influência se justifica porque dentro desses movimentos, as figuras mais representativas estavam direta ou indiretamente relacionados ao ISEB. Por exemplo, Carlos Estevam Martins, dirigente do (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi assistente de Álvaro Vieira Pinto e trabalhava no ISEB no momento em que assumiu a direção do CPC. Outro exemplo foi Paulo Freire, um dos fundadores do MCP e criador do Método de Alfabetização Paulo Freire, no qual os conceitos de cultura e de popular orientavam diretamente seu método de alfabetização.[119]

Podemos considerar também a influência indireta do ISEB na campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, que foi inspirada no MCP e estiveram em constante diálogo em todo período de suas existências. Nesse sentido, a cartilha de alfabetização seguia as orientações da cartilha do MCP, baseada no Método Paulo Freire, e as praças de cultura, criação do MCP, foram adaptadas à realidade da cidade do Natal.

Vejamos a apresentação do *Livro de Leitura De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler,* escrita por Moacyr de Góes em 1963:

---

[118] ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. p.48.
[119] Id. Ibid.

> Este "Livro de Leitura para Adultos da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" não é um trabalho original; é uma adaptação, às condições locais do Rio G. do Norte do "Livro de Leitura para Adultos" do Movimento de Cultura Popular do Recife. Acreditamos, então, o certo é que aproveitamos esta experiência válida e apliquemo-la entre nós. Se o MCP e a "Campanha De Pé no Chão" têm o mesmo embasamento, a *autenticidade de uma cultura popular* e se propõem ao mesmo fim – o de *libertação popular*, através da educação – ganhamos tempo, aproveitando o livro das professoras Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Lopes Godoy numa adaptação da Professora Maria Diva da Salete Lucena, supervisionando um trabalho de equipe. [120]

Ainda no Livro de Leitura, reconhecemos essa influência nas lições. Os temas colocavam sempre o povo como o sujeito principal. A conscientização do povo através da educação e da cultura faria do país uma verdadeira nação. Temas como *O voto é do povo*; *O pão é do povo*; *O bambelô é o ritmo do povo*; *O povo luta pela lei*; *O samba também é ritmo do povo*; *A operário luta pelo pão de sua família*; *Um salário é a defesa da família do operário*; *Um bom prefeito luta pela causa do seu povo*; *Um povo analfabeto é um povo sem liberdade*; *Acabando-se com o analfabetismo eleva-se o nível da cultura popular*; *Em Natal, como em Recife, cultura é movimento popular*; *Um povo sem cultura é um povo pobre*; *A música de um povo é parte de sua cultura*; entre outros, preenchiam todo o Livro de Leitura.[121]

Podemos perceber essa influência na fala dos idealizadores da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, no vocabulário usado por eles. Na ocasião do encerramento da I Praça de Cultura, discursava Moacyr de Góes, na época Secretário de Educação e Cultura do Município:

> Há que se fazer a integração popular no processo cultural brasileiro, sob pena de continuar a *alienação* do homem e seu conseqüente alheamento às magnas questões do nacionalismo. [...] São terminados os tempos de *transplantação cultural*, isto é, de colonialismo em sua mais ampla acepção. [...] Acreditamos que só através da educação e da cultura poderemos libertar o homem brasileiro de sua *alienação* e o povo brasileiro de sua servidão. [122]

---

[120] Trecho do texto de abertura do Livro de Leitura da Campanha de Pé no chão Também se Aprende a Ler. 1963.
[121] Livro de Leitura De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, 1963.
[122] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo:* a campanha de pé no chão. p.135.

Uma série de conceitos foi integrada nas peças teatrais, na música, no cinema, nas cartilhas escolares, nas práticas desses movimentos, ultrapassando também o terreno da cultura popular. Mas esses conceitos devem ser lidos dentro de limites bem precisos de um determinado momento histórico. As transformações conceituais não devem ser entendidas desvinculadas das transformações políticas da sociedade.

2.5 O INÍCIO: MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP)

O Movimento de Cultura Popular de Recife teve forte influência sobre a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, por isso achamos importante explanarmos sobre a origem do movimento. O Movimento de Cultura Popular surgiu em 1960. No mesmo ano foi eleito o prefeito da capital pernambucana Miguel Arraes. Segundo Germano Coelho, um dos fundadores do MCP, o recém-eleito prefeito de Recife convidou um grupo de pessoas com o objetivo de estabelecer um plano de educação para crianças e adolescentes carentes da cidade.[123] Nessa época, Recife não possuía uma rede municipal de educação. Em 1960, o déficit no ensino atingira cerca de 40 mil crianças sem escolas no Recife. Eram propostas do prefeito um programa de educação popular, promoção do folclore e arte popular e a efetivação de reformas que levassem a transformação da ordem social.[124]

O MCP foi fundado em 13 de maio de 1960, no Arraial do Bom Jesus, em Casa Amarela, Recife. Além de Germano Coelho, participaram da fundação, constituindo o Conselho de Direção: Paulo Freire, Paulo Rosas, Abelardo da Hora, Anita Paes Barreto, Norma Porto C. Coelho, Geraldo Vieira, Reinaldo Pessoa, Giselda Fonseca, Maria Antônia MacDowel, Arnaldo Marques, Aluízio Falcão. [125] Esse grupo de educadores que exercia seus cargos voluntariamente sem remuneração já desenvolvia atividades em conjunto na comunidade de Camaragibe e atividades da Juventude Católica.[126]

Segundo o artista plástico Abelardo da Hora, desde 1949, ele já tinha a intenção de formar um movimento cultural, e que teria sugerido ao então governador Barbosa Lima. Mas

---

[123] COELHO. Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. In: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação. Pernambuco: Editora Universitária da UFPE, 2002. P.435.
[124] SCHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1990. p.256-257.
[125] COELHO. Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. In: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação. p.435; SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de. A abordagem sobre a cultura popular utilizada no Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Disponível no site: HTTP://www.eca.usp.br
[126] Entrevista com Abelardo da Hora (acervo do Memorial do MCP) apud Id. Ibid.

somente em 1960, com Miguel Arraes na Prefeitura de Recife, que o movimento seria criado. Abelardo da Hora colocou em seu depoimento que Miguel Arraes o chamou, esclarecendo suas intenções de apoiar "um amplo movimento cultural e sugerindo acrescentar um setor de educação para jovens e adultos". [127]

A estrutura do MCP foi composta por três departamentos: Formação de Cultura (DFC); Documentação e Informação (DDI) e Difusão e Cultura (DDC). Este último era dividido por dez setores: Pesquisa (Paulo Freire); Ensino (Anita Paes Barreto); Artes Plásticas e Artesanato (Abelardo da Hora); Música, Dança e Canto (Mário Câncio); Cinema, Rádio, Televisão e Empresa; Teatro (Luiz Mendonça); Saúde; Cultura Brasileira; Bem-estar Coletivo(Geraldo Vieira); Esportes (Reinaldo Pessoa). [128]

Silva nos mostra que esse movimento recebeu influências de obras e autores, principalmente franceses. Escreve a autora: "seu nome foi herdado do movimento francês *Peuple et culture* e em grande parte seu espírito". O principal ideólogo do MCP foi Germano Coelho, intelectual bastante marcado pela influência do pensamento francês: Boimondeau, Peuple et Culture, Libret, Dumazedier, Mouneir, Freinet, Mautain, entre outros.[129] Uma pluralidade de possibilidades favoreceram o surgimento do MCP. As preocupações dos educadores, o momento político, as diretrizes políticas do Prefeito Miguel Arraes.

Originalmente o MCP voltou-se para a prática pedagógica de programas educacionais de base. O ensino básico incluía português, matemática, higiene, história, geografia e política. As disciplinas eram relacionadas com a formação de uma "consciência sobre a problemática brasileira". Com o crescimento do Movimento, outras práticas foram sendo adotadas. Peças de teatro, centros de cultura popular, música, filmes, canções e danças populares, artes visuais e artesanatos foram instrumentos, meios utilizados para vincular o MCP à população e ao processo de mobilização política.

Com recursos do poder público, o MCP desenvolveu um plano de ação, definindo as diretrizes gerais para o trabalho, que eram as seguintes:

- Fornecimento de meios absolutamente indispensáveis à formação e ao exercício da consciência social capaz de compreensão adequada das condições de vida a que se encontram submetidas às massas populares;

---

[127] Id. Ibid.
[128] CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *Golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p.17.
[129] SILVA, Maria Betânia. Refletindo sobre o Movimento de Cultura Popular: espaço para arte? Revista Digital Art&. Ano IV, n. 06, out. 2006. Disponível no site: http://www.revista.art.br. Acessado em 03/02/07.

> - Desenvolvimento da consciência popular no sentido de aprofundar sua compreensão teórica da realidade social e da necessidade prática de sua transformação;
> - Desenvolvimento da vida cultural das organizações populares no sentido de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais voltadas para a comunidade;
> - Elevação do sentido social das manifestações culturais comunitárias de caráter tradicional;
> - Transformação, de negativa em positiva, da relação entre meios indiretos e meios diretos, adotados pelo presente plano para a concretização de suas diretrizes.[130]

Essas diretrizes seriam a linha condutora para o trabalho do MCP. Paulo Freire, que integrava a equipe de pesquisa, foi um dos principais participantes e organizadores educacionais do Movimento.

A apresentação da peça "Julgamento em novo sol", encenada em 1962 pelo Teatro de Cultura do MCP, escrita por Germano Coelho, nos mostra as intenções do MCP de estimular a energia criativa inerente às massas populares e suas organizações e dar incentivos para a emergência, o florescimento e o crescimento das fontes de produção de cultura popular.[131]:

> O Movimento de Cultura Popular não é apenas uma arma de combate contra o analfabetismo. Não é somente um meio de educação integral do homem, como pessoa e como membro da comunidade. Nem é só, tão pouco, uma instituição destinada a promover a melhoria das condições materiais do povo, através da formação profissional e da educação cooperativista. É muito mais, e acima de tudo, instrumento do nível cultural do povo.[132]

Para colocar em prática as diretrizes do movimento foram criados espaços específicos para que a produção da cultura popular florescesse. Esses espaços eram chamados de praças de cultura, parques de cultura e núcleos de cultura. De acordo com a documentação do MCP havia diferenças entre Praças de Cultura e Parques de Cultura. As praças de cultura se caracterizavam por serem espaços culturais de arte, cinema, teatro, etc.; e os parques eram espaços exclusivos para a recreação, sem um trabalho sistematizado.

As primeiras experiências de praças de cultura se deram em Recife, posteriormente foram implementadas em Natal e Belo Horizonte. Foram espaços criados por movimentos

[130] Plano de Ação do MCP. In: FÁVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 1960. p.92-93.
[131] Id. Ibid. p.266.
[132] Id. Ibid. p.92-93.

populares para a promoção da cultura popular, destinados à população, mas também foram espaços específicos de produção e recepção das práticas, idéias e valores desses movimentos.

3 AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO DA CIDADE NAS ADMINISTRAÇÕES DE DJALMA MARANHÃO

No primeiro capítulo discorremos sobre como conjuntura política dos anos 1950 e 1960 foi favorável ao surgimento, no Nordeste, de movimentos populares, promovidos pelo poder público, que deram origem a espaços de produção e recepção das idéias propostas por estes movimentos em torno da cultura popular, chamados praças de cultura. O momento político da época significou também um novo olhar sobre a cidade, na medida em que esta precisou modificar-se de forma a atender aos anseios políticos de uma elite desejosa por industrialização.

Se num período anterior as intervenções urbanísticas significaram a preocupação de uma elite dirigente em tornar a cidade um signo de modernidade, destacando a forte influência dos grandes centros urbanos europeus e nacionais, nos anos 1950 e início dos anos 1960, as intervenções significaram legitimação da ação política no espaço.

Propomos, desta forma, um olhar sobre a cidade a partir das intervenções em Natal, durante as duas administrações de Djalma Maranhão, analisando qual foi o posicionamento do prefeito frente às novas necessidades urbanas que surgiam. Djalma Maranhão esteve durante as suas duas administrações em sintonia com os anseios do progresso, de industrialização e de desenvolvimentismo econômico, das reformas sociais levado pela política em âmbito nacional.

Na prática, essa política nas administrações Djalma Maranhão se desenvolveu a partir de ações sistematizadas de promoção de campanhas populares para calçamento de ruas, calçadas, das ruas do centro e de áreas mais afastadas, campanhas de arborização de passeios públicos, de criação de órgãos especializados para assuntos relativos a aspectos urbanísticos da cidade, introdução de inovações tecnológicas e de uma série de medidas visando estruturar e modernizar a cidade visando à industrialização.

Faremos uma breve explanação sobre o desenvolvimento dos estudos sobre a cidade, para em seguida focalizarmos a atenção no caso específico da cidade de Natal.

3.1 HISTÓRIA, ESPAÇO E CIDADE

Até o século XIX, a especificidade da ciência histórica era o tempo. A historiografia apresentava o espaço como categoria secundaria, aparecendo como um dado, um lugar fixo, imóvel onde os acontecimentos se desenrolavam. O espaço era objeto de outra disciplina a geografia.

O iluminismo foi o primeiro movimento que pensou a história como ciência, rompendo com a história como gênero literário, inaugurando a literatura como gênero específico de ficção. A proposta iluminista era atribuir à história os mesmos métodos usados para a matemática, a física e a geometria, no intuito de romper com as explicações teológicas sobre homem e natureza que predominavam naquele período, dotando dessa forma, a história de leis gerais.[133] Foi no iluminismo que se propagou a idéia de espaço fixo, o espaço como natureza.

Como resposta aos pressupostos iluministas, veio a Escola Romântica, do início do século XIX, influenciada pela Revolução Francesa, o romantismo apresentava uma visão bucólica, de retorno à origem, de ressacralização do mundo. Contrários à separação natureza e homem, propuseram a convivência entre ciência e arte, ciência e religião, trataram de problemas subjetivos, individuais e sexuais. Nesse sentido, o historiador teria um compromisso com os motivos, com as sensações e com os sentimentos, enquanto o Iluminismo apresentou o homem como um ser da razão. Michelet foi o grande nome da historiografia romântica. No romantismo o espaço ainda fixo ganhava uma dimensão subjetiva, sagrada, divinizada. [134]

A historiografia alemã do século XIX, segundo Wehling, foi uma continuação do projeto iluminista de tornar a história uma ciência, se distanciando do romantismo. O historiador alemão Rank foi o responsável pela criação de um método próprio da história, abolindo a dimensão ficcional e qualquer subjetividade do autor. Nesse sentido, o fato histórico teria uma realidade em si mesmo, independente de quem lesse, da linguagem e da subjetividade do autor. O fato histórico estaria registrado no documento e para a escola metódica seria o documento oficial. Esse movimento que pretendeu tornar a história ciência foi o historicismo, que afirmava o tempo como dimensão essencial da disciplina que investiga o passado das sociedades humanas. A Escola Metódica adotou a nação e a civilização como

[133] Cf. CASSIER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
[134] PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história*: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

sujeitos da história, representados pelo Estado.[135] A política era o campo principal dos acontecimentos .

O interesse dos historiadores pelo espaço foi justificado por Harvey a partir das transformações mundiais do século XIX que mudaram o pensamento do homem e levaram os historiadores a considerar o espaço nas suas análises. "Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contêm".[136] Essas novas características começam a nortear as ciências humanas no início do século XX e dentro desta perspectiva destacamos a historiografia produzida pelos historiadores ligados à Revista dos *Annales* (criada em 1929, na França) que se preocuparam com a dimensão espacial inicialmente influenciados pela geografia humana de Paul Vidal de La Blache.

Os fundadores da Revista foram os historiadores Lucien Febvre, especialista no século XVI e o medievalista Marc Bloch. O núcleo central era formado, além destes por Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Próximos deste centro estavam os historiadores marxistas Ernest Larousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vouvelle.[137] As idéias e diretrizes da Revista eram a substituição da narrativa dos acontecimentos políticos por uma história problema e a colaboração de outras disciplinas como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social e outras.

Febvre, ainda quando era aluno de uma escola de ensino superior, a Escola Normal Superior, em Paris, teve como um de seus professores o geógrafo Vidal de La Blache. A geografia vidaliana, influenciada pelo debate entre geógrafos e sociólogos durante século XIX e início do XX, sobre as formas de apreensão do espaço, trabalhou o conceito de região "como único espaço legítimo onde concebe a articulação entre as solicitações do meio natural e a ação voluntária dos grupos humanos." [138] Dentro dessa concepção, várias monografias e teses regionais foram escritas, dando um novo olhar à geografia, na qual a ênfase era a análise do conjunto de relações entre o homem e o meio social. Febvre ao introduzir a geografia em seus escritos afirmava que apenas essa restrição espacial, a região, garantiria a validade dos dados reunidos na pesquisa. Para ele, com o acúmulo de estudos localizados poderia surgir uma problemática pertinente para a análise dos fatos sociais.[139]

---

[135] WEHLING, Arno. *A invenção da história*: estudos sobre historicismo. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1994.
[136] HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989. p. 265
[137]BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo:Fundação Editora da UNESP, 1997.p .11.
[138] CHARTIER, Roger. *A beira da falésia.* a história entre incertezas e inquietudes, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p.208.
[139] CHARTIER, Roger. *A beira da falésia*. p.216.

Bloch optou por especializar-se em História Medieval, interessou-se também pela geografia, entretanto, sua grande influência foi no campo da sociologia com Émile Durkheim.[140] Posteriormente, Fernand Braudel e os historiadores franceses influenciados por ele, preocuparam-se com o espaço. Os geógrafos La Blache e Frederich Ratzel, os historiadores Febvre e Henri Pirenne (medievalista) foram suas maiores influências.[141]

Em sua obra *O Mediterrâneo e Felipe II*, Braudel mostra o espaço como estrutura onde as ações humanas se desenrolam, "a verdadeira matéria do estudo é a história do homem em relação ao meio", uma espécie de geo-história. Mas Braudel enfatiza: "meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades."[142]

O tempo continuava sendo a categoria fundamental da ciência histórica e o espaço, um dado, onde as ações aconteciam. Especialmente, a partir dos anos 1960, vêm se afirmando novas abordagens teóricas, novas perspectivas de estudo sobre o espaço. Novas abordagens passam a tratar o espaço como algo mutável em permanente construção. Nesse sentido fazemos referências a Michel de Certeau, pois apresenta uma nova forma de escrita, estudando o espaço através das práticas cotidianas. Procura no estudo do cotidiano perceber como os espaços são pensados e lidos, trabalha a noção do espaço enquanto lugar de práticas que só é possível de ser apreendido visto de baixo, de dentro do social.[143]

A discussão sobre o espaço desdobra-se sobre a questão da cidade. Os estudos sobre as cidades datam do século XIX e estas aparecem como local onde se desenrolam os processos sociais, econômicos e políticos. Com o acelerado crescimento das cidades e o surgimento de problemas de moradia, condições de vida, diferentes áreas do conhecimento tornaram a cidade objeto do saber. Nascia também uma ciência que se propôs pensar e planejar a cidade,

---

[140] Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. p. 216.
[141] Id. Ibid. p.50-51.
[142] Id. Ibid. p.48-52.
[143] Cf. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1.artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. III Parte: Práticas de Espaço. p.169-217. Estudos interdisciplinares sobre o aspecto simbólico e disciplinar do espaço em FOULCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 3.ed. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1981; DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix*, Mil Platôs*: Capitalismo e Esquizofrenia, Vol 5, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, s/d. que trabalha com a noção de liso e estriado, "o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso"; análise de Sennet sobre as várias conotações que a dimensão pública adquire ao longo dos séculos que vão estar relacionadas as mudanças no espaço público. (SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade.); a análise antropológica de Magnani, que trabalha a noção de pedaço para analisar a importância dos espaços de lazer nos bairros populares. Magnani José Guilherme Cantor. *Festa do Pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

o urbanismo. [144] A cidade seria transformada, no início do século XX em objeto de saber e intervenção. Palavras ou expressões como urbanismo, *city playning* ou ciência da cidade começaram a ser utilizadas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Esses países instauraram uma nova prática administrativa no que concerne à questão da cidade: leis, planos de organização e embelezamento das cidades que influenciaram, posteriormente, o urbanismo nos países da América Latina.[145]

No campo da história essa perspectiva se apresenta nos primeiros estudos sobre as cidades. O historiador Ronald Raminelli, ao fazer uma análise sobre a produção da historiografia que tem como tema o urbano, nos mostra que no fim do século XIX e início do XX, historiadores já se preocupavam em produzir uma história das cidades. Para o autor, Fustel de Coulanges pode ser considerado o primeiro historiador moderno a se dedicar ao estudo da cidade. Os estudos procuravam compreender as funções assumidas e suas formas de ordenamento levando em consideração aspectos econômicos e políticos. [146]

Os estudos sobre as cidades, do final do século XIX até os anos 1960, cada campo disciplinar pretendeu construir uma ciência das cidades que teria como objeto o espaço urbano e as relações (sociais, econômicas, culturais, etc.) nele inscritas, entretanto, o espaço urbano aparecia apenas como cenário dos processos sociais.[147]

A partir dos 1960, vêm se afirmando novas abordagens teóricas, novas perspectivas de estudo sobre o espaço e sobre a história das cidades. Buscam-se diferentes compreensões sobre o espaço urbano e das relações humanas, aumentando as possibilidades do campo de investigação do historiador. Assim a história passou a buscar a construção do espaço no tempo, o movimento de construção no qual os homens são os sujeitos desta história.

No Brasil, a organização do espaço público durante o século XIX e início do XX, acompanhou os modelos europeus, as transformações urbanas foram um reflexo das transformações ocorridas na Europa, apesar da distância e da defasagem cultural. Essas mudanças coincidiram com a Proclamação da República, e com novo regime político veio também a necessidade de modernizar o país. A cidade seria a representação de um país

---

[144] BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano XI. nº 34, 1991 (Cidade e História) apud SANTIAGO, Carla Ferreti. *O lugar de morar*: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (O Bairro Dom Cabral, 1959/1981). 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, [1999]. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6UZM9G. (www.bibliotecadigital.ufmg.br). Acessado em 05/02/08.

[145]Cf. RIBEIRO, Luíz César de Queiróz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert e _____. *Cidade, povo e nação*: gênese do urbanismo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

[146]RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[147] Id. Ibid.

moderno, e para isso seria necessário criar outra imagem da cidade. Nesse período as cidades brasileiras apresentavam uma conjuntura caracterizada pelo alto índice populacional, um incipiente processo de industrialização, serviços públicos precários, crise habitacional. A aglomeração dos centros urbanos tornava-os ambientes insalubres, endêmicos e inseguros.

Nesse sentido, nos primeiros anos do século XX, as cidades brasileiras emergiam como espaço privilegiado de ação do poder público e as intervenções públicas foram de cunho higienista. A representação da cidade como um espaço sujo e insalubre, condições favorecidas pelo traçado urbano remanescente do período colonial – ruas estreitas, becos, vielas e sobrados construídos sem recuos frontais e laterais, com vários andares, dificultando a penetração dos raios solares e das correntes de ar – era apontado como perigo maior para a saúde. Tais condições eram vistas como fatores de propagação de doenças e disseminação de epidemias. A cidade colonial estava associada à insalubridade nas representações das elites políticas e letradas.

A idéia de modernidade seria a solução para a superação dos resquícios da estrutura colonial nas cidades. Nesse sentido, as intervenções visavam criar uma nova imagem da cidade conforme os modelos estéticos europeus, as elites desejavam materializar os símbolos da distinção à sua nova condição. A modernização tornou-se o princípio organizador das intervenções. A cidade que mais se destacou, nessa experiência de intervenção no Brasil foi a cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se São Paulo, Fortaleza, Salvador, Belém.[148] Os médicos-higienistas, investigando sobre os agentes causadores de epidemias, inventaram os problemas urbanos e a cidade passou a ser objeto de investigação de intervenção médica, dando à cidade a forma de um corpo humano, com funções orgânicas. [149]

O historiador Pechman[150] fala em um saber sobre a cidade que se tornou referencial na articulação de um pacto entre os grupos dominantes, que teve a cidade como base. Dessa forma, esse pacto urbano, de que trata o autor, enquadrou "novos e velhos grupos citadinos à dinâmica de uma cidade em transformação e que introniza os princípios higienistas como uma norma de comportamento social".[151]

No âmbito local, buscamos referências em Giovana Oliveria (1997) e Joanilson Soares (1999), sociólogos, que escreveram suas dissertações na década de 1990 e tiveram como

---

[148]Ver SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: Jardins do Brasil.

[149] PECHMAN, Robert Moses. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: _____. RIBEIRO, Luíz César de Queiróz. *Cidade, povo e nação*: gênese do urbanismo brasileiro. p.331-332.

[150] Professor do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

[151] PECHMAN, Robert. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: _____ e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (orgs.). *Cidade, povo e nação*. p.331.

objeto de análise a cidade de Natal do início do século XX. São referências também os trabalhos dos historiadores Raimundo Arrais (2006) e Alenuska Andrade (2006) e da arquiteta Ângela Ferreira (2006).[152]

No Nordeste, o processo de urbanização esteve condicionado à herança agro-exportadora de sua economia e no Rio Grande do Norte a constituição de uma rede urbana teria sido impulsionada pela atividade criatória. O sociólogo Soares, em sua leitura sobre a cidade de Natal do início do século XX afirma que:

> A economia sempre manteve frágeis vinculações com o setor de mercado externo, contribuindo para que os núcleos urbanos não apresentassem uma maior expressividade ao longo de suas trajetórias, incluindo-se, nessa constatação, até a capital do estado, a qual, até o século passado, sobressaía-se mais como um centro administrativo do que entreposto comercial.[153]

3.2 O URBANO EM NATAL

No início do século XX, Natal era uma capital isolada. Informa-nos Arrais: "Ao sul, a capital estava isolada por uma cadeia de dunas, por trás das quais se estendiam os tabuleiros arenosos e incultos, interrompidos por alguns vales férteis ao longo dos rios".[154] No fim do século XIX eram 21 morros de areia circundando a cidade.[155] Natal, desde a sua constituição em 1599 e ao longo de três séculos manteve características de cidades coloniais.

No final do século XIX a cidade resumia-se aos bairros da Cidade Alta e da Ribeira e até o início do século XX o estado continuou cortado por caminhos de carro de boi. A

---

[152] OLIVEIRA, Giovana Paiva. *A elite política e as transformações no espaço urbano:* Natal-1889-1913. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, [1997]; e SOARES, Joanilson Azevedo. *Fragmentos do passado* - uma releitura do urbano em Natal na década de 20. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, [1999]; FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1980-1940). Natal: EDUFRN, 2006; ANDRADE, Alenuska. À luz da modernização a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: _____. Op.cit. p.87-106. Versão revisada e reduzida da monografia de graduação no curso de História da UFRN intitulada "A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)".

[153] SOARES, Joanilson. Op.cit. p.36.

[154] ARRAIS, Raimundo. A capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angêla Lúcia e DANTAS, George (Orgs.). *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). p.121.

[155] Id. Ibid.

ferrovia, criada em 1883, tinha pouco mais de 120 km, ligando Natal à cidade de Nova Cruz; com a Estrada de Ferro Central do Brasil, inaugurada em 1906, chegou a Ceará-mirim, atingindo Lages, em 1914.[156]

Foi no período republicano que Natal ganhou ações efetivas em seu espaço físico. Com a República, a capital tornou-se cenário de um país civilizado e por isso a necessidade de intervenção. O momento representou a ascensão de uma elite política, ligada à produção açucareira do litoral, que teve como principal nome o médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. [157]

Essa elite política, do início do século XX, representada pela oligarquia Albuquerque Maranhão, dominou o poder estadual por mais de 20 anos e foi, sobretudo, no Governo Alberto Maranhão (1900 a 1904 e 1908 a 1912) que nasceu o anseio de transformar Natal numa cidade moderna, com a execução de melhoramentos urbanos e a introdução de inovações técnicas. O projeto era equipar a cidade com elementos idealizados para uma cidade moderna, regular e higiênica. Com a finalidade de modernizar o espaço projetou-se a construção da Cidade Nova[158] com todas as características do urbanismo influenciado pelos paradigmas higienistas do início do século passado.[159] Nesse período, no ano de 1911, foi criado o bairro do Alecrim, local constituído por roçados e casas de taipa, onde já existia um cemitério público desde 1856, uma praça, Pedro II.[160]

Essas intervenções se caracterizaram pelo alargamento de avenidas, por grandes demolições, construções de parques e jardins, pela reforma e construção de passeios públicos, por posturas que regulamentavam as construções e seu aspecto externo, com o objetivo maior de eliminar os cortiços, afastar os mendigos, prostitutas e vagabundos dos grandes centros,[161] pela limpeza de ruas, becos, praças e residências, reforma estética das ruas, calçadas, fachadas e muros, alinhamentos e calçamentos de ruas, encanamento de água e esgoto, iluminação à gás acetileno, depois elétrica, bondes, sistema de telefonia, escolas, hospitais, cadeia pública, bancos, teatro, cinema, reconstruções e construções de novos edifícios.[162]

---

[156] Id. Ibid. p. 122-123.

[157] Cf. SPINELLI. José Antônio. *Da Oligarquia Maranhão à política do Seridó*: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992. (Coleção Humanas Letras, 5).

[158] Local onde hoje se localizam os bairros de Petrópolis e Tirol.

[159] ANDRADE, Alenuska. À luz da modernização a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: FERREIRA, Angêla Lúcia e DANTAS, George (Orgs.). Op.cit. p.87-106.

[160] O bairro do Alecrim teve seu perfil delineado a partir de 1929, na administração do Prefeito Omar O'Grady, com a elaboração do Plano de Sistematização para expansão urbana da cidade pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo. Sob a influência da cultura americana, desenhou um traçado de ruas e avenidas largas, registradas com números de 01 a 12. Em 1941, durante a II Guerra Mundial, com a instalação da Base Naval, o bairro teve acelerado processo de urbanização e aumento populacional.

[161] OLIVEIRA, Giovana Paiva. *A elite política e as transformações no espaço urbano:* Natal-1889-1913.p.57

[162] Id. Ibid. p.17.

Em Natal, nos informa Ferreira et al., nas década de 1930 e 1940, ressoavam vários fundamentos do urbanismo influenciado pelos princípios e técnicas sanitárias do século XIX e do início do século XX. Em 1935, foi elaborado um Plano Geral de Obras pelo escritório Saturnino de Brito e que foi executado em parte até 1939, de acordo com os princípios sanitaristas de Brito[163] que consistiam num saneamento pensado de maneira a conciliar projetos de água e esgotos, a outras dimensões da cidade, tais como o sistema viário, os edifícios públicos, as habitações, sem esquecer os elementos estéticos, sociais, econômicos e técnicos. O Plano Geral de Obras propunha melhorias para as redes de água e esgotos e expansão da cidade de Natal. Foram construídas estações elevatórias, casas de guardas e de bombas, reservatórios de água, construção do edifício de Repartição de Saneamento, estação para a estrada de ferro, aeroporto, o Grande Hotel, etc.[164]

Ressaltamos na década de 1940, a criação de novos bairros, locais já habitados, porém, oficializados como bairros no governo municipal de Sylvio Piza Pedroza. Os bairros que foram oficialmente criados são: Nova Descoberta, Ponta Negra, Lagoa Seca, Petrópolis, Tirol, Ribeira, Rocas, Santos Reis e Quintas. [165]

3.3 AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NA CIDADE DE NATAL NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS DE DJALMA MARANHÃO (1956-1959 / 1960-1964)

Na década de 1940, observa-se, de maneira geral, o intenso crescimento físico e populacional das cidades brasileiras, considerado à época problema urbano. Para Pechman os problemas urbanos foram inventados pelos médicos-higienistas, com suas investigações sobre os agentes causadores de epidemias, pois a cidade apesar de apresentar desde a sua

---

[163] Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (Campos, 1864 — Pelotas, 1929) foi o engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil. Escreveu diversas obras técnicas de saneamento que foram adotadas na França, Inglaterra e Estados Unidos. Suas obras completas foram editadas, após o seu falecimento, pelo Instituto Nacional do Livro na Imprensa Nacional, e incluem, entre outros volumes, o "Saneamento de Santos", o "Saneamento de Campos", o "Saneamento de Pelotas e Rio Grande", o "Saneamento de Recife", "o Saneamento de Natal", "Controle de Enchentes" e o famoso livro "Le Tracé Sanitaire des Villes", editado na França.Foi fundador do Escritório Saturnino de Brito - que funcionou até 1978 quando da morte de seu filho e continuador da sua obra Francisco Rodrigues Saturnino de Brito Filho.

[164] FERREIRA , Ângela Lúcia et al. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para Natal dos anos 1930. In: _____ e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: A construção de uma cidade moderna: Natal (1890-1940). p.215-233.

[165] http://www.natal.rn.gov.br/semurb/bairros.php.

constituição problemas referentes à infra-estrutura, não era tematizada como questão.[166] Após a II Guerra Mundial, a consolidação desses problemas acarretou a necessidade de intervenção do espaço físico, fazendo surgir, o planejamento urbano como forma de legitimação da ação política sobre o espaço físico da cidade. [167]

No campo político, com o fim do Estado Novo em 1945 e o início do processo de redemocratização política, o país passou por um período de mudanças político-administrativas. Após a morte de Vargas e a eleição de Juscelino Kubitschek, as mudanças tornaram-se mais abrangentes. A política nacional-desenvolvimentista, adotada pelo novo presidente, fez emergir a necessidade de modernizar a cidade como subsídio ao processo de industrialização.[168] A noção de desenvolvimento estava na possível reordenação da economia, apoiada na ação efetiva do Estado, no cenário então concebido pelo Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek. E o nacionalismo forneceria o referencial político para um projeto que seria sustentado pelo governo, conhecido sobre o lema "50 anos em 5."[169]

No âmbito das cidades, os anseios do progresso, industrialização e desenvolvimentismo econômico acarretaram propostas que objetivavam solucionar os novos problemas urbanos que surgiram na década de 1940, dando origem a novas formas de intervenções no espaço físico das capitais brasileiras, instituindo a prática do planejamento urbano como meio de legitimação das ações públicas.[170]

Nesse sentido, qual foi o posicionamento do Prefeito Djalma Maranhão frente às novas necessidades urbanas (o crescimento físico e populacional, o anseio de industrialização por parte das elites políticas, a ação do mercado imobiliário) que surgiam? Djalma Maranhão em suas duas administrações (1956-1959 e 1960-1964) demonstrou, a nosso ver, preocupação com a questão urbanística, exemplo disso foram os programas de pavimentação, a instalação de novos mercados públicos, o embelezamento e arborização de praças, a construção de um Bosque Municipal (1956), a criação de um novo Código de Obras do Município (1956) e a

---

[166] PECHMAN, Robert Moses, PECHMAN, Robert. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: _____ e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (orgs.). *Cidade, povo e nação*. p.331.

[167]DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna, Natal (1989-1940). p. 257.

[168] Id. Ibid. p. 259.

[169] JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil*. p.31-32. Cf. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 8.ed. Petrópolis: Editora Vozes, Petrópolis, 1995. Capítulo 01: O nacional-desenvolvimentismo.

[170] DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna, Natal (1989-1940). p. 257.

Criação do Conselho Municipal de Planejamento e Urbanismo (Lei n. 672, de 24 de janeiro de 1957).[171]

Dentro do propósito nacional de estruturar e mordenizar a cidade visando a industrialização, o Prefeito adotou uma série de medidas com o intuito de expandir a infra-estrutura existente para outros bairros através de políticas habitacionais, abertura de ruas e avenidas, criação de espaços de lazer, etc.

3.3.1 Reforma Administrativa da Prefeitura de Natal

Para a realização das ações da Prefeitura, primeiramente houve a necessidade de reorganizar os seus serviços. Uma das primeiras medidas adotadas por Djalma Maranhão foi a reforma administrativa do Município[172] com o objetivo de regularizar os serviços da Prefeitura. De acordo com o depoimento do advogado Roberto Furtado, na época Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, até 1956 a Prefeitura não possuía uma organização administrativa e dos serviços prestados à população.

> Até aquela época existia uma estrutura formal de trabalho no município, mas ela era pouco eficiente, existiam os órgãos, mas não existia a estrutura para o funcionamento dos mesmos. Existia um gabinete, mas não existia um gabinete que atendesse, por exemplo, os ofícios do prefeito.[173]

Formalmente a estrutura era pequena e na prática não funcionava. A Prefeitura estava montada apenas com uma secretaria, a de Negócios Internos e Jurídicos, como único órgão centralizador de todas as atividades. A essa Secretaria estavam subordinadas quatro diretorias: Obras, Finanças, Saúde e Assistência[174], Documentação e Cultura.

---

[171] Essas iniciativas serviram como base para a elaboração, em 1967, do Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal, de autoria do arquiteto Jorge Wilheim, momento em que há a institucionalização do planejamento urbano em Natal. (DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). Op.cit. p.257).

[172] cf. RIBERIO, Isa Paula Z. *Prefeitura e classes populares:* um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964).

[173] Roberto Furtado em entrevista concedida à autora em 19 de maio de 2003.

[174] A saúde pública, era de competência do Estado, a Prefeitura tinha um programa exclusivo para atendimento de funcionários. Para tanto o poder municipal contava em seu quadro funcional com um médico: O Dr. Luiz Antônio dos Santos Lima. A ele competia prestar assistência aos servidores municipais e suas famílias no âmbito de sua especialização. (Roberto Furtado em entrevista concedida à autora em 19 maio 2003; DIÁRIO DO MUNICÍPIO, Natal, 10 ago. 1956).

Através do Decreto Municipal nº 329, de 25 de janeiro de 1956[175], Djalma Maranhão adotou a Reforma Administrativa, com a implementação das seguintes medidas: manutenção da *Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos*; criação de duas novas secretarias: a *de Viação e Obras* e a *de Finanças;* criação da chefia de gabinete, com status de secretaria; estruturação e fornecimento para condições de funcionamento das diretorias já existentes; criação de sete diretorias subordinadas a Secretaria de Negócios Internos: diretoria de Expediente, diretoria de Pessoal, diretoria do Teatro Carlos Gomes, diretoria do Arquivo e a diretoria da Consultoria Jurídica. Com as medidas adotadas o prefeito passou a contar com quatro auxiliares diretos: os secretários de Negócios Internos e Jurídicos, de Finanças, de Viação e Obras e o Chefe de Gabinete.

No ano seguinte foi acrescentada à estrutura administrativa da Prefeitura a Diretoria de Ensino Municipal, por meio da Lei nº 648, de 08 de janeiro de 1957, que ficaria subordinada a Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos e contaria em sua estrutura com um Diretor e um Assessor Técnico Municipal. O Ensino Público Municipal inicialmente foi efetivado em um Programa de Escolinhas[176].

3.3.2 As intervenções urbanísticas

As intervenções urbanísticas na cidade de Natal demonstravam que o Prefeito estava atualizado com os meios administrativos e com as preocupações urbanísticas do período. Djalma Maranhão elaborou uma ação sistematizada sobre o espaço físico da cidade. Os

[175] DIÁRIO DO MUNICÍPIO, Natal, 27 de jul.; 01,05 e 10 de ago. 1956

[176] O Programa de Escolinhas foi idealizado pelo prefeito Djalma Maranhão e o seu Chefe de Gabinete, na época, Moacyr de Góes. A primeira fase do ensino municipal de alfabetização data da primeira administração de Djalma Maranhão (1956-1959) e foi retomada logo em 1961[...]. [Para o funcionamento das escolinhas] a Prefeitura utiliza salas cedidas pela comunidade, gratuitamente, e aí instala uma classe de alfabetização. As despesas da Prefeitura são um pequeno *pro labore* para a "professorinha"; material didático doado aos alunos; toscas carteiras fabricadas na carpintaria municipal e utensílios para servir a merenda que é fornecida pelo UNICEF. Salas, água e energia elétrica são contribuições de sindicatos, igrejas, clubes, associações de bairros, de folclore e até residências particulares e cinemas que abrigam essas classes de alfabetização. (GÓES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):* uma escola democrática. p.70). Logo no início do programa as escolinhas foram instaladas nas seguintes localidades: Rua Jundiás, 128 (Carrasco); Rua São Jorge (Sede do Rio Grande Futebol Clube – Rocas); Rua Santo Antônio (Sede do Irapuan Futebol Clube – Quintas); Rua dos Paianazes (Sede da União dos Servidores Públicos do RN – Alecrim); Rua Mário Lira (Sede dos Imperadores do Samba – Quintas); Rua São José, 266 (Sede de amplificadores São José – Quintas); Av.4 (Sede da Amplificadora Cruzeiro do Sul – Bairro da Conceição); Bairro de Nova Descoberta; Rua Lucas Bicalho, 98 (Rocas); Rua dosa Canindés, 1318 (Alecrim); rua Cel. Estevam, 1722 (Alecrim); Rua da Lua, 33 (Sede dos Arrumadores das Docas do Forto (Rocas); rua Presidente Mascarenhas, 668 (Alecrim); rua 25 de março, 65 (Quintas); rua Cel. Estevam, 1637 (Alecrim) e Localidade de Pium. (A REPÚBLICA, Natal, 23 jun. 1957).

Diários dos Municípios, publicados no Jornal *A República* demonstram que parte do orçamento da Prefeitura era destinado à pavimentação e emplacamento de ruas, além de outras obras mais amplas de urbanização, tais como, a criação do Bosque Municipal, a instalação de novos Mercados Públicos, a construção de galerias pluviais nos bairros da Ribeira, de Petrópolis e do Tirol, para evitar o alagamento de vias públicas, o calçamento de ruas e avenidas, o embelezamento e arborização das praças.

De cunho social esses programas visavam o desenvolvimento econômico da capital, incluindo o desenvolvimento dos bairros populares. Na primeira administração, a prefeitura não possuía autonomia administrativa e financeira, o que dificultava a tomada de qualquer iniciativa sem o aval do governo do Estado. O planejamento e a implementação de obras em longo prazo, por exemplo, por parte da Prefeitura, era extremamente difícil. Tal situação aparecia como um obstáculo às ações da Prefeitura na medida em que as obras exigiam recursos indisponíveis no município.

Todavia, Maranhão em seu primeiro governo procurou sintonizar seu discurso, nitidamente favorável ao nacionalismo, às ações possíveis de serem realizadas. Nesse sentido, promoveu campanhas populares, levando a participação da população nos programas de pavimentação, calçamento de ruas e calçadas e de arborização, no programa de educação, incentivo ao turismo local, etc.

Até 1956, não houve por parte da Prefeitura de Natal ações efetivas em relação ao turismo na capital. Djalma Maranhão, apontando para as belezas naturais da cidade e incentivando a prática do turismo, criou, nesse mesmo ano, o Conselho Municipal de Turismo e, com o apoio do governo do Estado, sob a liderança de Dinarte Mariz, realizou as obras do Aeroporto Augusto Severo, sendo inaugurado em 1959 e o Bosque Municipal de Natal, num convênio entre a Prefeitura e o Ministério da Agricultura. Ainda foram realizados projetos de um hotel de 15 pavimentos, do Palácio das Secretarias do Governo e um plano de um novo traçado urbanístico para Natal.[177] À época divulgou-se a intenção da construção da Via Costeira que seria um forte atrativo turístico.

Em depoimento, Roberto Furtado nos relatou:

> Djalma fez o projeto da rodovia do contorno, incluindo a Via Costeira. A rodovia do Contorno iria pela Via Costeira, voltava por Ponta Negra, passando também pela Base Naval. "Hoje essa avenida sai na Estrada de

[177] DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna: Natal (1890-1940). p.265.

> Ferro, vem beirando o rio e passa pelo Salesiano". O projeto de Djalma era passar em frente, beirando o rio até encontrar outra avenida para fazer a circulação toda de Natal. E na 2ª gestão Djalma iniciou a Via Costeira até o farol. Era uma estrada de barro. Abriu a partir da Via Costeira, o projeto era fazer Ponta Negra como é hoje, mas o projeto não foi viabilizado, então, abriu para o lado de Mãe-Luíza, subindo até o farol, fazendo o circuito.[178]

Dentro do propósito de sua política nacionalista, Djalma Maranhão adotou medidas que refletiam o pensamento político da época, em âmbito nacional, de desenvolvimento do país objetivando torná-lo um país industrializado. Nesse sentido, observa-se a intenção do prefeito de estruturar e modernizar a cidade com vistas à industrialização, expandindo a infra-estrutura da cidade para toda área urbana – bairros das Rocas, Petrópolis, Alecrim, Tirol e localidades mais afastadas do centro como Ponta Negra e Parnamirim – por isso a abertura de ruas, calçamento do sistema viário, melhorias de passeios públicos, arborização de praças, construção de quadras para a prática de esportes, parques infantis, introdução de iluminação pública, construção de novos mercados públicos, de novos cemitérios, postos médicos, etc.

Como nos mostra a matéria do Jornal *A República,* trazendo a seguinte notícia: "Planificação Administrativa - O município caminha por uma estrada previamente traçada – Planos do Prefeito Djalma Maranhão. Hoje não se compreende um governo sem planejamento. Uma administração que age às tontas não é governo, é desgoverno." E dentro dos planos da Prefeitura, uma série de obras foi sendo executada durante a primeira administração, como a construção dos Mercados das Rocas e Parnamirim, construção do Bosque Municipal (atual Cidade da Criança), na Lagoa Manoel Felipe, da lavanderia no Bairro das Quintas, pavimentação da estrada de Parnamirim, em colaboração com a Base Áerea e o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, pavimentação de ruas próximas à Base Naval e a Vila da Marinha, execução da Planta Cadastral da cidade, emplacamento de ruas e avenidas, construção de galerias pluviais nos bairros da Ribeira, Petrópolis e Tirol, embelezamento de praças e logradouros públicos, instalação da Guarda Municipal, do posto médico no Bairro de Ponta Negra, conclusão da Estrada da Redinha. [179]

O programa de pavimentação elaborado e executado pela administração de Djalma Maranhão teve forte repercussão na imprensa local, que fazia referências ao "Plano Djalma Maranhão": Vinte e Três ruas (nominalmente citadas estão sendo calçadas) - O "plano Djalma Maranhão", significando que o "Proprietário dá a Pedra e a Prefeitura mão-de-obra", está francamente vitorioso. Intitulado *Proprietário dá a pedra, a Prefeitura mão-de-obra* foi

[178] Roberto Furtado em entrevista concedida à autora em 13 de maio de 2003.
[179] Jornal *A República*, Natal, 01 jul. 1956.

considerado uma grande inovação nos métodos de trabalho da prefeitura e contou com forte participação da população. Através desse programa, a prefeitura conseguiu pavimentar, em curto prazo, várias ruas de Natal. O Jornal *A República* noticia a matéria com seguinte pergunta: "O que é o plano Djalma Maranhão?" E prossegue:

> Isso não são apenas palavras. Mais uma vez nesta página, provamos com fatos. Vamos citar as ruas que já estão pavimentadas e as áreas onde os serviços se encontram em andamento e quem não acreditar, quem for com São Tomé, que vá ver, olhe e nos confirme.
> Ruas de pavimentação já concluída: 1) Laranjeira; 2) Alexandrino de Alencar (trecho entre a Amaro Barreto e a Cel. Estevam); 3) Upanema; 4) Mário Negócio (trecho iniciado na Av.3); 5) Dr. João Chaves; 6)Uma rua projetada ainda sem nome, próximo a Av. Café Filho; 7) Íris; 8) Manoel Dantas.
> Ruas onde o calçamento foi reposto, em conseqüência de serviços: 9) Expedicionário José Varela; 10) Frei Miguelinho
> Ruas que estão sendo pavimentadas: 11) Um trecho da 25 de Dezembro; 12) Praça João Tibúrcio; 13) Danilo; 14) Borborema; 15) Coronel Estevam (trecho entre Alexandrino de Alencar e Av. 1); 16) Paratis (Av. 12);17) Hermes da Fonseca; 18) Deodoro (subida do Baldo); 19) Clementino Câmara; 20) Painazes (Av. 10); 21) Rodrigues Alves (trecho entre Jundiaí e a Apodi). [180]

Como o próprio programa sugere, os recursos para a pavimentação das ruas eram obtidos pela parceria entre prefeitura e moradores. A prefeitura financiava a mão-de-obra e o material para fixação das pedras no solo, o morador custeava a compra das pedras. Nos lugares mais pobres, onde os moradores não tinham recursos, nem prefeitura tinha orçamento para as obras, as ruas eram pavimentadas com barro. Seguiu-se a revisão da nomenclatura das ruas e a introdução de uma nova sinalização.

Segundo o depoimento de Roberto Furtado, na época Secretário de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura, Djalma Maranhão iniciou, na primeira administração, várias obras de pavimentação e abertura de ruas e avenidas, pois a cidade só era asfaltada na parte que se chamava pista, ou seja, "aquele espaço na Avenida Hermes da Fonseca, do aeroporto [em Parnamirim] até perto da Praça Pedro Velho. Era o único asfalto".[181] Na década de 1940, foi construída a primeira estrada de asfalto de Natal, a Parnamirim Road, um empreendimento norte-americano e ficou conhecida popularmente por "pista".[182]

---

[180] Id. Ibid.
[181] Roberto Furtado em entrevista concedida à autora em 13 de maio de 2003.
[182]CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade de Natal*. Natal: IHGRN, 1999. p.423-424. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana*: carnaval e cotidiano de guerra em Natal: 1920-1945. Natal:

Outras intervenções foram realizadas, como a construção e iluminação de logradouros, a iluminação de ruas e praças públicas, como por exemplo, as praças Pe. João Maria, João Tibúrcio, Carlos Gomes, Gentil Ferreira, e outras. A primeira administração de Djalma Maranhão priorizou projetos de assistência à população e contou com a participação desta, o que, aliado ao momento político do período, contribuiu para a sua eleição para o segundo mandato com Prefeito da cidade de Natal.

Em Natal, esse período também foi marcado pela consolidação de inovações tecnológicas e pela emergência de um mercado imobiliário. Juntamente com a pavimentação de ruas e avenidas, construção e reforma de passeios públicos e outros empreendimentos vieram a ampliação da rede elétrica, do sistema viário com a introdução de ônibus elétricos, do sistema de telefonia, com os primeiros telefones públicos. Essas mudanças impulsionaram atividades no cenário urbano como a atividade turística, consistia em atrativos para a indústria, consolidação de novos bairros, valorização do solo urbano, normalização da habitação e a intensificação do mercado imobiliário.

À questão habitacional, Djalma Maranhão designou uma comissão coordenada pelo engenheiro Antônio Tejo e pelo arquiteto Arialdo Pinto, com a finalidade de elaborar um novo código de obras para o município de Natal. Informava a imprensa local:

> A atual lei que regula as construções de nossa cidade, data do ano de 1904, por conseguinte completamente desatualizada, isto é, sem atender às necessidades do progresso arquitetônico de uma cidade moderna como é Natal. Tanto é, que, as atuais construções que se erguem na metrópole potiguar, não se enquadram em absoluto, nas normas arquitetônicas adotadas nos grandes centros. O que se vê, portanto, são verdadeiros monstrengos surgindo no panorama urbanístico da cidade.[183]

Segundo Dantas et al, a emergência do mercado imobiliário em Natal, beneficiou tanto a iniciativa privada quanto os cofres públicos municipais, pois a maioria das terras existentes era de propriedade da Prefeitura. “O momento de intensificação dos loteamentos em Natal coincide com o período de realizações a cargo da administração municipal para onde era revertida a arrecadação obtida pela venda e aforamento dos terrenos do município”. Com a

EDUFRN, 2005.p.166-167.

[183] Jornal *A República*, Natal, 20 jul. 1957.

autorização da Prefeitura disseminaram-se loteamentos por toda a cidade de Natal, acarretando a criação de novos bairros, muitas vezes sem infra-estrutura adequada.[184]

Alguns loteamentos eram comercializados pela própria prefeitura e o bairro de Mãe Luíza[185] foi um exemplo dessa valorização e intensificação do mercado imobiliário. A propaganda da prefeitura fazia referência ao bairro como a cidade-satélite: "Nasce uma cidade entre Natal e Ponta Negra – Mãe Luíza Cidade Satélite – Plante seu dinheiro comprando à vista ou à prazo. Informações: Prefeitura. Mais uma iniciativa do Prefeito Djalma Maranhão."[186] De acordo com a imprensa local a venda dos lotes seria destinada a construção do Estádio Olímpico e do Mercado das Rocas.[187]

Em 1960, dois projetos de lei de autoria de Djalma Maranhão foram apresentados à Câmara Federal pelo mesmo[188]. O primeiro sobre a construção de uma Rodoviária e na época o Congresso Nacional autorizou o crédito de 10 milhões de cruzeiros, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Natal não possuía uma Rodoviária e em sua justificativa Djalma Maranhão explicita que com o aumento populacional após a II Guerra Mundial, o setor de transporte fora o que mais crescera. O outro Projeto junto ao Ministério da Agricultura, através do serviço florestal, seria para a fixação de dunas e morros circundantes da cidade de Natal[189]

É válido ressaltar que, apesar do acelerado crescimento físico da cidade e de seu processo de urbanização, não houve ações efetivas no sentido de promover, orientar e controlar a expansão da cidade por parte da Prefeitura. Ainda estava em vigor o Plano Geral de Sistematização de 1929, legislação restrita ao traçado urbano da cidade. Entretanto, Djalma Maranhão incentivou a criação de um Conselho Municipal de Planejamento e Urbanismo, que seria um órgão consultivo da administração municipal, composto por profissionais especializados, tendo como finalidade a elaboração e a regulamentação de uma legislação que privilegiasse os aspectos urbanísticos da cidade, dando a Natal uma identidade urbanística própria. [190] De acordo com Dantas et al,

---

[184] DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna: Natal (1890-1940). Dantas, p.266.

[185]Mãe Luíza foi oficializado como bairro em 1958, pela Lei nº 794, de 23 de janeiro, na administração municipal de Djalma Maranhão.

[186] Jornal *A República*, Natal, 11 fev.1958.

[187] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 06 abr. 1961.

[188] Na época Djalma Maranhão assumiu sua cadeira na Câmara Federal como Deputado.

[189] Jornal *A República*, Natal, 04 e 05 jan. 1960.

[190] DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: a construção de uma cidade moderna: Natal (1890-1940). p.266.

> A atuação desse Conselho deveria ser pautada no ideário de cidade-jardim propugnado por Ebenezer Howard[191], incorporando questões sociais imbricadas na concepção de vizinhança na descentralização urbana, no direito à habitação, na existência de espaços verdes, entre outros. [192]

Djalma Maranhão tomou posse pela segunda vez, agora como Prefeito eleito, no dia 05 de novembro de 1960. A vinculação do prefeito Djalma Maranhão aos setores populares já era evidente na sua primeira administração, mas essa vinculação foi ampliada na segunda gestão. A segunda administração foi caracterizada pelo apoio às mobilizações populares e pelo desenvolvimento de práticas voltadas a esses setores. As ações de melhoramentos na estrutura física da cidade foram continuadas nessa segunda gestão e constituíram-se em programas de pavimentação e asfaltamento de ruas e avenidas, calçamento das calçadas, reforma e arborização de passeios públicos e praças, melhoria do transporte público, ampliação da rede elétrica, entre outras ações.

No início do mandato uma nova reformulação administrativa da Prefeitura foi realizada, porém, a equipe de assessores permaneceu a mesma. O secretariado da Prefeitura foi constituído por: Ticiano Duarte – Chefe de Gabinete; Moacyr de Góes – Secretaria de Educação e Cultura; Roberto Brandão Furtado (Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos); Ernani Silveira (Secretaria de Viação e Obras). [193]

Posteriormente, houve uma modificação na nomenclatura das secretarias: a Secretaria de Educação e Cultura passou a denominar-se Secretaria de Educação, Cultura e Saúde; a Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos passou a Secretaria de Justiça, Comércio e Agricultura. Ao longo da administração, Nathanis Von Sohsten Junior substituiria Ticiano Duarte na Chefia de Gabinete e Wilson Miranda assumiria a Secretaria de Viação e Obras. [194]

A primeira questão imposta à prefeitura foi a de resolver o problema do déficit orçamentário, elaborando um programa de ação que se diferenciasse dos meios tradicionais da administração municipal. Para contornar a crise fiscal foi criado um Código Tributário do Município, elaborado e aprovado pela Câmara Municipal, excluindo do pagamento de impostos algumas categorias: pequenos comerciantes, artífices, e algumas instituições. [195]

---

[191] O inglês Ebenezer Howard (1850-1928) foi o urbanista que criou o conceito de cidade-jardim.
[192] DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). Op.cit. p.280.
[193] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 04 nov. 1960.
[194] GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.86-87.
[195] Jornal *Folha da tarde*, Natal, 09 abr. 1962.

Além do Código Tributário do Município, Lei 1.113 de 02 de janeiro de 1961, foi organizado o Cadastro Fiscal da Prefeitura e o aumento da alíquota de imposto de indústrias e profissões. Essas medidas concorreram para a superação do déficit orçamentário, sendo possível ainda em 1962 a conclusão de alguns empreendimentos como a construção do Centro de Formação de Professores, o asfaltamento e iluminação a vapor de mercúrio e fluorescentes das ruas João Pessoa e Ulisses Caldas e Avenida Rio Branco, localizadas no centro da cidade; realizações iniciadas em 1962 e concluídas em 1963: Galeria de Arte, Mercado das Rocas, Palácio dos Esportes, Estação Rodoviária, construção de quadras de esporte e parques infantis, reestruturação de praças públicas, etc.[196]

Alguns projetos referentes às intervenções urbanísticas merecem destaque: as campanhas de calçamento de ruas e calçadas, a desapropriação dos Bairros de Brasília Teimosa e Mãe Luíza, o programa de habitação e o programa de quadras de esportes e parques infantis nas praças da cidade.

Nessa segunda gestão, as obras de calçamento saíram das ruas mais próximas ao centro da cidade e foram para o subúrbio. A campanha *O calçamento marcha para o subúrbio* iria abranger bairros mais afastados, entretanto, vale salientar que, em 1960, Carrasco (atual bairro de Dix-sept Rosado), Quintas, Santos Reis e Rocas ainda eram bairros distantes do centro da cidade. Essa segunda gestão também era noticiada pela imprensa como a "Era do Asfalto" e a primeira rua asfaltada foi a João Pessoa, seguindo-se a Ulisses Caldas e Av. Rio Branco.[197]

Outra campanha foi a *Faça a sua calçada e pague em doze prestações*. O programa, realizado através da Secretaria de Viação e Obras – Secção de Pavimentação e de Galerias funcionava da seguinte forma, uma comissão designada por Djalma Maranhão selecionava as firmas para a construção das calçadas, após contratados os serviços, o morador assinava 12 promissórias avaliadas pela Prefeitura em favor da referida firma e que seriam descontadas no banco da capital. Pela existência do meio fio em algumas ruas, existiam dois tipos de propostas: a da calçada com meio fio e o da calçada sem meio fio.[198]

Através do decreto assinado em 15 de junho de 1962[199], que declarava de utilidade pública e interesse social os terrenos localizados em Brasília Teimosa e Mãe Luíza, Djalma Maranhão desapropriou a área regularizando a situação dos moradores com relação a ocupação dos terrenos. Amparado pela Constituição Federal, pelos dispositivos da Lei

[196] GERMANO, José Willington. Op.cit. p.88-89.
[197] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 31 out. 1961.
[198] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 16 jan. 1961.
[199] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 15 jun. 1962.

Orgânica do Município e de Lei Federal de Desapropriação, declarou através desse decreto que os lotes seriam entregues às famílias de reconhecido estado de pobreza (artigo 3º) e que os terrenos seriam entregues em caráter de usufruto, não podendo ser negociados, mas transmitidos de pais para filhos.[200]

O Programa de Habitação, segundo Germano, consistia na construção de casas populares destinadas aos funcionários municipais. O primeiro conjunto [de dez casas] foi construído no Bairro das Quintas, com recursos da prefeitura, sendo as casas sorteadas entre os funcionários inscritos, constando estas com três quartos, sala única, copa, cozinha, instalações sanitárias, quintal e jardim.[201]

As duas administrações de Djalma Maranhão, dentro de uma política nacionalista, foram marcadas por ações voltadas aos setores populares e ações que transformaram o espaço físico da cidade. Essas iniciativas, a nosso ver, não se configuraram em ações planejadas, mas iniciativas que demonstravam que o prefeito esteve em sintonia com as novas necessidades urbanas e com os anseios de progresso e de industrialização propagados pelo governo em âmbito nacional.

---

[200]GERMANO, Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.90-91; DANTAS, Ana Caroline et ali. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (Orgs.). *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). p.269.
[201]GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de PE no chão. p.91.

4 AS PRAÇAS DE CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO (1960-1964)

As intervenções no espaço físico da cidade de Natal na primeira administração Djalma Maranhão refletiram os anseios políticos do momento de modernizar com vias ao progresso e à industrialização. A questão do nacional pertinente em toda trajetória política do Prefeito norteou suas diretrizes, seus projetos e ações ao longo de suas administrações municipais e como Deputado Federal, como líder da Frente Nacionalista do Estado do Rio Grande do Norte. O nacionalismo defendido por Djalma Maranhão consistia na luta contra o imperialismo e na emancipação do povo através da cultura popular. Como o próprio documento da Campanha sugere, a cultura popular era um instrumento de luta, de emancipação política, ao mesmo tempo, que era a criação do povo, as práticas do dia-a-dia, a autêntica cultura nacional.

Dentro dessa concepção, espaços públicos da cidade de Natal foram criados, outros foram ressignificados, transformando-se em espaços de lazer ou em espaços culturais, de promoção da cultura popular. Neste capítulo analisaremos como a Prefeitura incorporou ao cotidiano da cidade, espaços de lazer e recreação e os espaços culturais, como as praças de cultura.

Os espaços públicos de lazer criados na administração Djalma Maranhão eram destinados à prática esportiva e à recreação infantil. Em várias praças da cidade a prefeitura construiu quadras de esporte e parques infantis e novas praças foram criadas com o mesmo objetivo. O objetivo seria, posteriormente, transformar essas praças em praças de cultura.

A Praça de Cultura visava democratizar a cultura nos bairros. O trabalho desenvolvido na praça de cultura acontecia articulado à campanha de educação popular *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, mas ocupava espaços específicos, fora do ambiente dos Acampamentos[202]. Acontecia na praça pública. Foi uma idéia trazida do Movimento de Cultura Popular de Recife e implantada em Natal, a partir de 1961. A Diretoria de Documentação e Cultura, da Secretaria Municipal de Educação, dirigida por Mailde Pinto ficou à frente desse projeto.

Em Natal esteve em funcionamento quatro praças de cultura até o fim do governo Djalma Maranhão. A primeira, localizada na praça Kennedy, no Bairro de Cidade Alta, era denominada praça de cultura periódica , pois só funcionava em eventos promovidos pela

[202] Os Acampamentos Escolares eram os espaços físicos que substituíam o prédio escolar.

prefeitura. Em 1962, vieram as praças de cultura permanente, uma no Bairro das Rocas e a outra no Bairro das Quintas. E por último, em 1963, foi instalada uma praça de cultura na praça André de Albuquerque, no Bairro da Cidade Alta. Esta última seria referência para as próximas praças que seriam construídas. Nesse espaço, foram instalados uma concha acústica, biblioteca, e galeria de arte. O que caracterizava essas três praças era a presença de uma biblioteca, os demais equipamentos eram diferenciados em cada uma das praças. E uma série de atividades voltadas para o teatro, artes, cinema, política eram executadas naquele ambiente.

A praça no seu transcurso histórico se apresenta como expressão singular da cidade, do espaço urbano, confundindo-se com a origem da cidade. Em suas diferentes funções, usos, apropriações através de tempos e espaços distintos, em sua materialidade podemos ver representadas intenções, signos, interesses e uma série de práticas que lhe são conferidas.

Segundo a historiadora Ferreti, estudar o a produção do espaço urbano implica olhar os lugares, pois a cidade se apresenta com uma diversidade de lugares, fruto de diferentes olhares, usos, discursos, apropriações e interesses. Por um lado, o uso do espaço pelos que detém o poder, lugares que o uso e as funções são determinados pelos interesses de proprietários, administradores e urbanistas; por outro, práticas que se impõem sobre o sentido original de determinado espaço.[203] Consideramos novamente as contribuições de Certeau que conceitua o espaço como um lugar praticado, como elaboração individual e coletiva e nesse sentido propõe a análise da cidade a partir do meio, de dentro, dos seus infinitos lugares.[204]

Se nos propomos olhar os lugares, olhamos para a praça, sintoma da cidade, espaço público, lugar da cultura, das manifestações populares, políticas, de reunião informal de pessoas. Em nossas leituras sobre a cidade, tentando encontrar a praça nesses textos, percebemos que este espaço, público por excelência, em diferentes épocas e lugares, era um local importante na vida cotidiana da cidade. Foi na praça que o primeiro equipamento público se estabeleceu: o Palácio do Governo, e se instalou também o poder político: administração pública, igreja, polícia e cultura carnavalesca.

---

[203] FERRETI, Carla Santiago. *O lugar de morar:* Estado, Igreja e Moradores na produção da Habitação popular em Belo Horizonte (O bairro Dom Cabral, 1959/1981). 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, [1999].

[204] CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1.artes de fazer.

4.1 LUGARES DA CIDADE: PRAÇA EXPRESSÃO DO ESPAÇO URBANO

Sem pretensão de construir uma história geral sobre as praças, mas perceber como a praça surgiu no processo de urbanização, como um lugar de realização de um tempo e um espaço determinado, adquirindo diferentes significados, funções e usos nos remetemos à pólis grega, onde encontramos a ágora, ou praça de mercado, como passou a ser chamada a partir do século V. Lewis Mumford, na década de 1960, escreveu *A cidade na História*, em que tratou da história das formas e funções da cidade através dos tempos e do desenvolvimento do homem como ser político, econômico, religioso, cultural e sexual, nos mostra a ágora como um local de reunião entre cidadãos, tendo sido o centro dinâmico da cidade grega. O autor afirma que na aldeia existiu um lugar semelhante, um local de encontro, "possivelmente sob uma árvore sagrada ou junto de uma fonte, deve ter existido por muito tempo na aldeia uma área suficientemente grande para danças ou jogos de aldeias pudessem ser realizados".[205] As funções da ágora foram sendo introduzidas na cidade, porém enfatiza que a ágora em seu estado primitivo era o lugar da palavra, ponto de encontro comunal, local de assembléia.

Mumford nos dá informações sobre as características físicas da ágora:

> O antigo ágora tinha uma forma amorfa e irregular. Se era situado numa praça aberta (...) poderia ser pouco mais que o alargamento da rua principal, uma Rua Larga. (...) Antes de mais nada, o ágora é um espaço aberto de propriedade pública, que pode ser ocupado para finalidades públicas, mas não necessariamente fechado. Muitas vezes edifícios adjacentes são lançados de forma irregular, aqui um templo, alia estátua de um herói ou uma fonte; ou talvez, numa fileira, um grupo de oficinas de artífices, abertas para o transeunte; enquanto que, no meio, as barracas ou cobertas temporárias indicariam talvez o dia da feira, quando o camponês levava seu alho, suas verduras ou azeitonas para a cidade e comprava um pote ou mandava consertar seus sapatos pelo sapateiro.[206]

Foi no século VII que as funções da ágora começaram a se expandir. O motivo foi a introdução de moedas cunhadas de ouro e prata como meio de troca. Essas funções econômicas na ágora fizeram com que, no século XI, as funções políticas ficassem em segundo plano. A ágora com o tempo tornou-se um espaço indiscriminado, templos,

[205]MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martis Fontes, 2004. p.166-167.
[206] MUMFORD, Lewis. Op.cit. p.167.

santuários se misturavam às oficinas, camponeses, carpinteiros eram vistos ali dividindo o espaço com um filósofo fazendo uma pausa "como Platão deve tantas vezes ter pausado, para ver um oleiro ou carpinteiro a trabalhar diante de sua loja aberta (...)".[207]

A função social do espaço aberto seguiu-se nos países latinos: *plaza,* campo, *grand-place*, segundo Mumford, descendem da ágora, pois

> É no espaço aberto dos cafés e restaurantes em volta, que os encontros conversas, discussões face a face, bem como os encontros fortuitos têm lugar, não formalizados, mesmo quando habituais. Até os próprios esportes e funções dramáticas da ágora ainda eram realizados no mercado, ao fim da Idade Média, na Europa setenrional, e foram seguidos, no século XVII por exibições militares. Em Élida, o ágora era, na verdade, chamado de Hipódromo; corridas de cavalo semelhantes àquelas que outrora tiveram lugar ali, ainda se realizavam anualmente no famoso Pálio, de Siena, tendo seu ponto culminante na piazza diante do Paço Municipal. Como o ágora combinava tantas funções urbanas importantes – direito, governo, comércio, indústria, religião, sociabilidade, - [...] tornou-se o elemento mais distintivo da cidade.[208]

Discussões mais recentes nos mostram as múltiplas funções da ágora. Segundo o historiador Magalhães, a ágora poderia não ser um território específico, mas uma atividade humana, porém, não sendo exclusiva do homem, pois os deuses supostamente também se reuniam na ágora.[209] A reunião na ágora sinalizava também para uma cultura acurada, se destacando nas paisagens homéricas, como um espaço público de reunião. Palco de querelas individuais, local de ação jurídica, palco para a transação de sentenças, espaço público para demonstrar virtudes e fama, ambiente para a mercantilização, para inflamar a ação política, local para comerciantes - "homens que se afastam das verdadeiras virtudes urbanas". Com o crescimento das relações econômicas, a ágora passou a ser designada como praça de mercado, local de concentração de comerciantes, de artesãos, de trabalhadores, de assalariados, de tabernas, de oficinas e de butiques de barbeiros. [210]

Discordando de Mumford, Magalhães afirma que a presença de atividades econômicas na ágora sempre existiu, não somente a partir do século V quando se passou à praça de mercado, entretanto, os textos anteriores a esse período, deixavam em segundo plano os

---

[207] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. p.167.
[208] Id. Ibid.
[209] MAGALHÃES, Luiz Otávio de. A cidade grega e os modos urbanos da política. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo.*p.38
[210]Id. Ibid. p.37-44.

comerciantes, artesãos, trabalhadores e todos que desempenhavam atividades relacionadas ao comércio, atividade que não caracterizava a cultura grega. Esses textos enalteciam a ágora como um local de reuniões e decisões políticas. [211]

Entrando no período medieval, destacamos o trabalho do russo Mikhail Bakhtin, crítico literário e semiólogo, escrita no final dos anos 1970, tendo como objetivo a análise da obra do crítico literário do século XVI, François Rebelais. Bakhtin ao fazer uma leitura das obras de Rebelais – *Pantagruel e Gargântua* – nos mostra o cotidiano da praça medieval e no Renascimento. O interesse do autor é em relação à cultura cômica popular desse período, seus gêneros literários, o vocabulário, as formas de ritos e espetáculos, as obras cômicas que Rebelais conhecia muito bem, pois conhecia o ambiente das praças e das feiras, local onde essa cultura cômica popular estava presente.[212]

O cenário das manifestações da cultura popular da Idade Média e do Renascimento, marcada pelo riso, pela subversão de valores oficiais, foi a praça pública, que ao final desse período "era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de 'extraterritorialidade', no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra".[213] Ao contrário dos textos clássicos da antiguidade onde o povo estava em segundo plano, Bakhtin em seu texto nos mostra Rebelais falando do povo e de suas manifestações populares.

Segundo Bakhtin, a praça no fim da Idade Média e no Renascimento era o palco do não oficial, o mundo da feira e o mundo das festas, da cultura carnavalesca. Rebelais conhecia muito bem o ambiente, conhecia o vocabulário das feiras, os freqüentadores: comerciantes, saltimbancos, comerciantes de drogas, camelôs, charlatães, vendedores de romances, ciganos, estrangeiros. O oficial, as regras de polidez, de etiquetas e de hierarquias dos palácios, das igrejas eram transgredidas na praça pública, local onde "nitidamente [as práticas cotidianas] se diferenciavam das práticas da Igreja, da arte, dos tribunais, das instruções públicas, da língua falada pelas classes dominantes (aristocracia, nobreza, alto e médio clero), da literatura oficial. [214]

Nesse período a cultura teatral e a literatura medieval estavam intimamente ligadas à praça pública. Os espetáculos de rua, folguedos estudantis, os bailes públicos aconteciam

---

[211] MAGALHÃES, Luiz Otávio de. A cidade grega e os modos urbanos da política. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo*. p.38.
[212] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rebelais.p.133-135.
[213] Id. Ibid. p.132.
[214] BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rebelais. p.133.

nesse espaço. A praça pública foi no fim da Idade Média e no Renascimento um mundo único e coeso onde todas as tomadas de palavra possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. A vida na praça era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou oficial. Para Bakhtin, a cultura popular tinha espaço próprio.

Outras análises, posteriores a Bakhtin, mostram outros aspectos da praça no período medieval. O arquiteto Hugo Segawa[215], na década de 1990, dedicou-se ao estudo das formações das praças, parques e dos jardins públicos no Brasil, que seguiram os modelos europeus. Em capítulo especial sobre as praças, o autor afirma que o espaço aberto era uma regalia nesse período. As *piazzas* italianas abrigavam rituais de natureza variadas, religiosos ou seculares como casamentos e funerais, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais. Na Espanha, a *plaza mayor* medieval estava deslocada do centro urbano, era o local onde estavam o comércio, as feiras e as festas públicas. Citando Paul Zucker[216] sugeriu a leitura funcional das praças na Idade Média, classificando-as em praças de mercado; praças de entrada da cidade; adro da igreja; praças agrupadas (praças distintas como a de mercado e da igreja, especialmente relacionadas na trama urbana). [217]

Estudos mais recentes, do início deste século, destacam o papel da praça de mercado, pois foi em torno da praça que se organizaram as cidades medievais. Para Menjot e Bouchereon, historiadores dedicados a história medieval, a praça de mercado constituía o coração da cidade e um lugar privilegiado de reunião, além das funções de produção e de troca.[218] O centro das atividades da municipalidade era o Paço Municipal, edifício localizado em torno da praça de mercado. No Paço Municipal aconteciam as reuniões do prefeito, a administração da Justiça, os banquetes, bailes e ainda servia como casa de espetáculos.[219]

Buscamos referência também em Peter Burke, em seu estudo sobre a cultura popular na Europa moderna ou como a historiografia denomina de início do período moderno, de 1500 a 1800. Burke nos mostra os espaços públicos das manifestações da cultura popular que são as tavernas, as pontes, as feiras, a própria Igreja com os mistérios e as festas de padroeiros e as praças.

---

[215] Hugo Segawa é arquiteto e professor da Faculdade de Urbanismo da USP.
[216] Paul Zucker, alemão, foi arquiteto e historiador da arte
[217] SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: jardins no Brasil. p.32.
[218]MENJOT, Denis e BOUCHEREON, Patrick. O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo*. p. 27-28.
[219] MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. p.298.

> Nos países mediterrânicos, o centro efetivo da cultura popular era a piazza. Havia apresentações de bonecos na praça de mercado de Sevilhano no século XVII, enquanto em Madri podia-se assistir a peças, corridas e torneios na Plaza Mayor, ou ouvir baladas [...]. Em Florença, a Piazza Signoria era o local dos espetáculos oficiais, a Piazza San Crocce o local das corridas de búfalos, touradas e futebol, e a Piazza San Martinho era o local dos cantores de estórias. Em Veneza, era na Piazza San Marco que os principais charlatães montavam seus estrados, soltavam suas piadas e vendiam seus remédios.[220]

Essa cultura de praça se estendia a Paris como sendo a *place*, centro de espetáculos públicos de execuções, fogueiras de São João. Burke chama esses artistas populares de profissionais das diversões: malabaristas, saltimbancos, charlatães, curandeiros, acrobatas, "o malandro alegre", artistas itinerantes, os artistas amadores como os contadores de estórias, músicos, poetas, pintores populares, adivinhos. [221]

Entretanto, esse cenário da praça como um espaço da cultura popular começou a mudar a partir da segunda metade do século XVII, principalmente em Londres e Paris. As praças passaram a ser reestruturadas através de um novo princípio: o do planejamento das praças. Estas assumiram uma nova função diferente das praças renascentistas e medievais.

Retornando a Segawa, este fala em descongestionamento da cidade medieval. As praças não seriam mais um espaço público, aberto para a população em geral, cenário do riso, da resistência, do não oficial, mas se transformaria neste momento em praças monumentais, imponentes, uma área aberta com estátuas, fontes e mastros, um modelo de espaço público admirado pelos viajantes. São as *places royales* de Paris, as *plazas mayores* de Madri, modelos que se estenderam por toda a Europa e América. [222]

Entrando no campo da sociologia, numa outra perspectiva, Richard Sennett (1974) ao escrever sobre o declínio da vida pública, fala das praças monumentais do início do século XVIII, em contraste às praças medievais e renascentistas que eram zonas de livre circulação. Buscando o exemplo de Paris, Sennett nos mostra que:

> As praças monumentais do século XVIII, ao reestruturarem a aglomeração populacional da cidade, reestruturaram também a função da massa, porque mudou a liberdade com que as pessoas poderiam se reunir. A reunião se

[220] BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*.p.134.
[221] Id. Ibid. p.116-134.
[222] SEGAWA, Hugo. *Ao amor ao público*: jardins no Brasil. p.34-37.

> tornou uma atividade especializada que acontecia em três locais: no café, no parque para pedestres e no teatro.[223]

Em Londres, as reformas objetivavam afastar os vendedores, acrobatas, floristas, artistas de rua, pois as praças deveriam ser preenchidas por árvores e arbustos, a exemplo de Paris, se transformando num espaço de beleza e admiração. "Em Londres e Paris, a reestruturação da densidade populacional por meio do planejamento de praças refreou a própria praça como lugar central de uso múltiplo, de reunião e observação". Sennett acrescenta que o antigo local de encontro, a praça de uso múltiplo, estava sendo consumido pelo espaço como monumento a si mesmo em Paris e como um museu da natureza em Londres. [224]

Essas reformas acabaram por modificar a relação entre indivíduos, entre estranhos no espaço público, é o que Sennett discute: o empobrecimento, o declínio da vida pública na sociedade industrial. Esse reordenamento do espaço público levou à ampliação da esfera privada, à família, por exemplo. As pessoas não se conhecem, vivem isoladas, apesar da aglomeração de pessoas nas cidades, nos grandes centros.

No Brasil, a organização do espaço público acompanhou os modelos europeus, como a construção da Praça da República no Rio de Janeiro, por exemplo, os jardins botânicos espalhados pelo país (Salvador, Pernambuco, Ouro Preto, São Paulo Curitiba, Belém), durante os séculos XIX e XX.[225]

4.2 OS ESPAÇOS DE LAZER E CULTURA NO GOVERNO DJALMA MARANHÃO

A inserção das praças nas ações da Prefeitura nos anos 1960 se deu através de ações que tinham como objetivo levar aos bairros populares espaços de lazer construindo praças constituídas de quadras para a prática de esporte e parques infantis, e espaços culturais, destinados a promoção da cultura popular, chamados de praças de cultura.

Dentro das ações de intervenção na cidade, em 1961, deu-se início à construção de quadras e parques infantis em várias praças da cidade e a construção de novas praças. A

---

[223] SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. p.74-78.
[224] Id. Ibid.
[225] Cf. SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins do Brasil.*

primeira praça a sofrer intervenção foi a Praça Pedro Velho, localizada no bairro de Petrópolis, que ganhou um parque infantil para recreação de crianças. Durante todo esse ano, a Prefeitura construiu quadras para a prática do esporte amador, na época os torneios de basquetebol, vôlei e futebol de salão, organizados pela ligas de bairros reivindicavam maior apoio do poder público. Vale ressaltar a ligação do Prefeito Djalma Maranhão com esporte local, tendo sido professor de Educação Física do Atheneu e fundador do semanário esportivo o "Atleta" (1938-1939) e do clube de futebol "Atlético"[226] , destinado aos segmentos esportivos.

As primeiras quadras concluídas foram a da Praça Augusto Leite, no Bairro do Tirol; na Praça João Galvão, no Bairro de Petrópolis, nos Bairros de Lagoa Seca e das Rocas. Em setembro de 1961, foi construída a Praça Deodoro, localizada nos fundos do Estádio Juvenal Lamartine. No Bairro das Rocas, localizada à Rua Hildebrando de Góes cruzamento com a Rua São João, foi construída outra quadra de esporte e na ocasião da inauguração foi realizado um torneio de basquetebol com a participação dos clubes do Vasco da Gama, Rio Negro e Nacional. [227]

No período compreendido entre 1940 e 1960, surgiram vários clubes de futebol em Natal, o que trazia a necessidade de espaços para a prática esportiva. Durante esse período foram fundados: a Associação Cultural Desportiva Potiguar (1945); Potiguar Esporte Clube (1946); Rancing Esporte Club, das Rocas (1949); Fluminense Futebol Clube, do Alecrim (1949); piranga Futebol Clube, de Lagoa Seca (1951); Flamengo Sport Club, de Petrópolis (1953); Arsenal Sport Club (1953); o Palmeiras Futebol Clube (1954), das Rocas; o Portuguesa Sport Club, de Lagoa Nova (1954); Calouros Abecedistas Futebol Clube, nas Quintas (1956); Associação da CEF (1960); Treze da Vila Sport Club, de Dix-sept Rosado (1961); Monamy Futebol Clube, das Rocas (1964); Associação Clube Desportiva Estrela do Mar, de Petrópolis (1964).[228] A construção de espaços de lazer para a prática esportiva era uma reivindicação antiga do esporte amador, bem como as iniciativas da prefeitura em relação a questão urbana eram uma resposta às demandas da própria sociedade.

Em 1962, a intervenção e a construção de novas praças continuaram. De 16 de janeiro a 14 de junho, informa o jornal *Folha da Tarde*, foram construídos quadras e parques na Vila do Ipase, no Bairro do Tirol; no Bairro de Dix-sept Rosado; no Bairro da Redinha; na Bernardo Vieira; a Praça Padre João Maria foi remodelada "situando-a entre um dos mais

---

[226] GÓES, Moacyr. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. p.15. O clube foi fundado em 1939.
[227] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 13 set. 1961.
[228] Os clubes mais antigos foram fundados em 1915: ABC, América e Alecrim. http://www.fnf.org.br. Acessado em 11/07/08.

modernos passeios de nossa capital"; construção da Praça de Desportos e do parque infantil, no Bairro de Dix-sept Rosado), construção da praça Tomaz Araújo, no bairro da Cidade alta, quadra do Hospital Colônia; parques infantis, localizados junto às quadras nos bairros de Nova Descoberta, na Praça João Galvão, no Bairro de Petrópolis; no Bairro das Quintas, na Vila de Sargentos do Exército, restauração da Praça Augusto Severo e a construção do Palácio dos Esportes na Praça Pedro Velho.[229]

FIGURA 01- Ginásio municipal na época de sua construção. Atual Ginásio Djalma Maranhão, localizado na Praça Pedro Velho, no bairro de Petrópolis.
Fonte: Foto disponível em http://www.dhnet.org.br.

4.2.1 Os espaços culturais

As atividades culturais do município eram organizadas pela Diretoria de Documentação e Cultura (DDC) [230]. Dentro da organização administrativa da prefeitura essa Diretoria estava subordinada à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município. A DDC foi reestruturada na reforma administrativa de 1956 e passou a ser coordenada pelo jornalista Sandoval Wanderley. Posteriormente assumiu a coordenação da Diretoria a bibliotecária Zila Mamede e na segunda gestão ficou a cargo da funcionária pública Mailde Galvão, que foi convidada por Djalma Maranhão para assumir a função.

[229] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 14 jan. a 16 jun. 1962.
[230] Mailde Galvão em entrevista concedida à autora em 14 de maio de 2003.

Mailde Galvão era funcionaria pública federal nesse período, porém circulava entre os amigos de Djalma Maranhão:

> Conversávamos quando nos encontrávamos e eu trabalhava no correio, era funcionária pública federal. Eu vivia sempre no grupo que com ele trabalhava (*Conceição Góes, irmã de Mailde Galvão, nessa época, já era esposa de Moacyr de Góes, Secretário da Educação do município*). Natal era uma cidade muito pequena que nós poderíamos chamar de província. E um grupo de intelectuais, pintores e os que viviam ligados a cultura, a leitura, trocando livros, vivíamos sempre juntos. Eu vivia nesse grupo e Djalma logo na primeira administração me convidou para ir trabalhar, mas eu não quis.
> Eu não queria me envolver com política, mas na sua segunda administração, um dia ele foi lá em casa me procurar e me convidou para assumir a Diretoria de Documentação e Cultura, pois ele queria fazer um plano cultural integrado a Pé no chão, a campanha de alfabetização.[231]

A DDC, na primeira gestão de Djalma Maranhão funcionou no mesmo local onde hoje funciona o Teatro Sandoval Wanderley, na av. Presidente Bandeira, no bairro do Alecrim, o antigo Teatro do Povo, inaugurado na primeira administração. Ali também funcionaram o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo e uma discoteca. Em 1960, a DDC passou a funcionar no Bairro da Ribeira, na av. Duque de Caxias, numa casa alugada, de propriedade do médico Januário Cicco, onde estavam também o gabinete do secretário, as diretorias de Saúde e Administração.[232]

Segundo Galvão as propostas e projetos apresentados por ela a Djalma Maranhão deveriam ser esteticamente apreciadas pelo artista plástico Newton Navarro, que era o criador da parte artística e em relação aos Festivais de Folclore, recorria-se ao conhecimento estético de Câmara Cascudo.[233]

Em entrevista concedida a Silva, Galvão relatou o primeiro contato que teve com Câmara Cascudo:

> Eu fui à casa de Cascudo acompanhada por Newton Navarro logo que assumi. Ele me deu uma aula do que era Folclore, o que era Cultura Popular, além de oferecer algumas sugestões do que precisava ser feito e externar algumas cobranças de coisas que deviam ser realizadas pelas instituições e, no entanto, não eram feitas. Ele nos estimulava e sempre se colocou à

[231] Mailde Galvão em entrevista concedida à autora em 14 de maio de 2003.
[232] GALVÃO. Mailde. *1964*: Aconteceu em abril. p.117.
[233] SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. p.98.

> disposição. Nunca realizamos um evento cultural que antes não o consultássemos. Foi absolutamente presente, nesses momentos, percebia-se a sua alegria de ver o que estava sendo feito, principalmente no período de Natal. [234]

Silva ressalta que a relação do Prefeito Djalma Maranhão com o escritor Câmara Cascudo se dava porque Cascudo "ressoava nos meios políticos e intelectuais como um nome regional de projeção nacional" e do contato que o escritor já tinha com outros intelectuais sem sair de Natal, atuando e publicando fora do Estado. [235] Na opinião de Melo, que na época era assessor cultural da DDC, Câmara Cascudo tinha participação "no sentido de que na época, ele já era um ícone, um medalhão". Uma autoridade maior intelectual no Estado. Cascudo olhava com muita simpatia, porque era um trabalho de preservação do folclore, de valorização da arte popular, de valorização de aspectos que eram interessantes para Cascudo, que na época, já possuía o título de historiador da cidade do Natal.[236]

Essa relação já acontecia na primeira administração. No desenvolvimento das ações culturais Maranhão procurava democratizar a cultura, unindo em eventos públicos a elite intelectual e o povo. Nesse sentido, em 1956,

> Decide realizar uma programação cultural no histórico Forte dos Reis Magos, cabendo ao escritor Câmara Cascudo o relato da História do Forte. O folclorista Veríssimo de Melo apresentou a parte sobre a dança folclórica – Bambelô -. Dança típica dos pescadores da praia de Areia Preta – localizada nas proximidades desse Forte. Aos pescadores – moradores dessa praia – caberia dançar o Bambelô.[237]

A presença de intelectuais como Câmara Cascudo nas atividades culturais do município nos leva a uma reflexão. A relação entre Djalma Maranhão e Cascudo, segundo Melo, se justificava pela importância de Cascudo nos meios políticos e culturais e pela simpatia de Cascudo em relação ao trabalho desenvolvido pela prefeitura com relação ao folclore, haja vista ser Cascudo, já naquela época, considerado um grande intelectual da cidade e de âmbito nacional. Por outro lado, os posicionamentos políticos de Djalma ambos eram distantes, o primeiro tendo sua trajetória política marcada pela passagem pelo Partido

---

[234] Mailde Galvão em entrevista concedida à Maria da Guia de Souza Silva apud Id. Ibid.
[235] Id. Ibid.
[236] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.
[237] SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social* . p.74.

Comunista e por partidos de base nacionalista e o segundo, apesar de sua de dedicação à cultura popular, era um intelectual conservador, foi integralista e coordenador do movimento no nordeste, foi também monarquista e manteve alguma proximidade com o movimento *Tradição Família e Propriedade* e com militares influentes no regime de 64.[238]

Entretanto, no prefácio da primeira 3ª edição da plaquete escrita por Djalma Maranhão sobre Câmara Cascudo, Marcos Maranhão, filho de Djalma Maranhão, recordando-se de sua infância descreve a relação de amizade entre o pai e Cascudo:

> Falar sobre cascudo é evocar um nome tutelar de minha infância, adolescência e idade adulta. Minha mãe, Dária Cavalcanti Maranhão fora sua aluna no antigo Atheneu, (gola azul) fato sempre relembrado, afetivamente, por Cascudo. Sua esposa, Dona Dhalia e minha mãe eram bem relacionadas e unidas pela presença constante de Ana Maria, *filha de Cascudo*, entre nós.[239]

A relação de Djalma Maranhão com as esferas conservadoras da sociedade foi evidente também na política, pois tanto em 1956 como em 1960, aliou-se às forças políticas que dominavam o poder estadual, para chegar ao poder, como foi discutido no primeiro capítulo. Essas relações revelam, a nosso ver, um político, ao contrário do que o "mito Djalma Maranhão" traz, de um político revolucionário, mas de um político que se preocupou com a preservação das tradições populares e com o progresso da cidade de Natal, com as reformas sociais, com os problemas urbanos que lhe eram impostos.

Em relação ao artista plástico Newton Navarro, este era funcionário da DDC, sendo um dos assessores de Mailde Galvão. Natalense, nascido em 1928, Newton Navarro, desde os anos 1950, já era um artista que se destacava na cidade de Natal, também era poeta e escritor, foi o autor do painel da Galeria de Arte, construída em 1963, na praça André de Albuquerque.[240]

Nos moldes da organização do MCP, a diretoria ainda era composta por uma equipe de trabalho que na época era: Mailde Pinto (Diretora) e Newton Navarro, Nísia Bezerra de Medeiros e Paulo de Tarso Correia de Melo (Assessoria Cultural); Mônica Viveiros

---

[238] Cf. RAMOS, Isabel Tebyriça (Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Modernos Descobrimentos - PUC-Rio). Câmara Cascudo e o pensamento conservador. Disponível em http:www.historiae cultura.pro.br/modernosdescobrimentos. Acessado em 05/07/08.

[239] MARANHÃO, Djalma. *Cascudo*: mestre do folclore brasileiro. 3.ed. Natal/RN: Sebo Vermelho, 1999.p.9.

[240] Cf.. NAVARRO, Newton. Minha época, meu povo, minha geração (depoimento). In: SILVA, Marcos. Câmara, *Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia*.- Guerras do Alecrim. Natal: EDUFRN, 2007.p. 67-101.

(Secretaria Administrativa); Carlos Rios e Elifá Mamede (Setor de Biblioteca); Antônio Campos e Silva (Setor de Pesquisa); Newton Navarro e Iaponi Araújo (Setor de Museologia); e Glória Oliveira (Setor de Documentação Fotográfica e Hemeroteca).[241]

A Diretoria apresentava como linha básica de suas atividades, levar cultura para a população. A DDC coordenava o Coral e Banda da Cidade o Teatro do Povo, um trabalho de preservação e catalogação dos grupos folclóricos, de assistência a estes grupos e de incentivo à formação de grupos infantis, as praças de cultura, as bibliotecas, a galeria de arte e o museu de arte popular. Com o objetivo de democratizar a cultura, às várias atividades coordenadas pela DDC chamou-se de *Programa de Democratização da Cultura nos Bairros*.[242]

4.2.2 A democratização da cultura

Silva afirma que nos primeiros anos da década de 1960, Natal esteve envolvida permanentemente em atividades político-educativas-culturais organizadas pelo governo Maranhão. As mudanças eram perceptíveis: a presença constante do povo nas praças e nas ruas da cidade. Havia um clima de festa permanente. Em todos os lugares, no centro e nos bairros os palanques eram armados para os espetáculos dos autos de folclore como os fandangos e bambelô, além das festas juninas com barracas, quadrilhas, pastoril, as praças de cultura com seus debates, feiras de livros, a galeria de arte com suas exposições. [243]

Vários pontos da cidade se transformavam em espaços festivos, especialmente a praça pública. Duarte nos relata:

> Djalma Maranhão era muito preocupado com a cultura popular. A cidade se embelezava com a decoração, com os grupos folclóricos que se exibiam em praça pública. No carnaval ele fazia uma grande festa popular, o povo brincando na rua e ele a frente das comemorações carnavalescas. Organizou as lapinhas, os bambelôs, o Araruna que era uma dança muito popular e teve muita projeção no seu governo. Todas! Os fandangos também. As quadrilhas nordestinas no São João, tudo isso ele exibia em praça pública. Fazia esse negócio de coral nas praças públicas, ali na Praça André de Albuquerque, e as retretas com as bandas militares. Isso deu muita evidência no governo dele. Djalma prestigiava muito a cultura popular.[244]

[241] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.
[242] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.
[243] SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social.* p.109.
[244] Ticiano Duarte em entrevista concedida à autora em 21 de maio de 2003.

A cidade durante todo ano apresentava um calendário festivo que, em determinadas datas, transformava as ruas dos bairros de Natal em espaços de festa, de dança, de literatura. Djalma Maranhão tinha um interesse especial pelas manifestações culturais do povo[245] e, sendo assim, procurou adotar medidas que conduzissem, por um lado, a democratização da cultura com a preservação de tradições e manifestações populares da cidade; e, por outro, a satisfação e o divertimento da população.

Ainda na primeira administração, a DDC sendo dirigida pelo jornalista Sandoval Wanderley, foram organizados Festivais de Folclore e Feira de Livros, festividades populares como as festas juninas, o natal, o carnaval e eventos semelhantes. Esses festejos eram patrocinados pela prefeitura e realizados nos bairros populares da cidade, tais como, Alecrim, Quintas, Ponta Negra, Rocas e Areia Preta.

A prefeitura fundou, em 1956, na residência de Luís da Câmara Cascudo, a sociedade *Araruna*, destinada a reunir danças antigas e desaparecidas. Essa sociedade era "A primeira [...] desse gênero, no norte do Brasil, pois, entidade semelhante só exist[ia] no Rio Grande do Sul: *O Grupo 35".* A prefeitura também doou o prédio que seria a sede da sociedade *Araruna*.[246]

O fundador do Grupo Araruna foi o agricultor Cornélio Campina da Silva, natural de Portalegre/RN, que em 1929, mudou-se com a família de Areia Branca para Natal, aos 17 anos. Em Natal passou a trabalhar em uma firma na Rua Chile, no bairro da Ribeira e depois como descarregador de carne nos navios americanos, no período da II Guerra. [247]Segundo Seu Cornélio, como era conhecido, foi no ano de 1949, nos festejos de São João, depois da quadrilha junina, ele colocava os familiares para dançar, "aquela dança que é de um antepassado da minha família".

---

[245] Esse interesse já era confirmado na década de 1940, época em que Djalma Maranhão foi Secretário de Cultura da Prefeitura de Gentil Ferreira e presidente da Federação Carnavalesca de Natal, apoiando os festejos momescos, promovendo concursos de música e premiações às agremiações carnavalescas e estando sempre presente às manifestações populares de então. Cf. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana*: carnaval e cotidiano de guerra em Natal, 1920-1945. Natal: EDUFRN, 2005. ; e _____ (roteiro e direção). ... de outros carnavais. Vídeo documentário VHS (12'57'' duração). Natal: EDUFRN, 2005. DEH-CCHLA – TV Universitária – UFRN, 1996.

[246] Jornal *A República,* 25 set. 1956.

[247] Cornélio Campina da Silva em entrevista concedida à autora em 25 de outubro de 2006. Cf. PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana*: carnaval e cotidiano de guerra em Natal, 1920-1945. p.111-112.Seu Cornélio Campina da Silva faleceu em 2007, com 99 anos.

> Eu fui o criador, fui eu que tive a lembrança de formar, porque aquela dança é do antepassado da minha família. Então eu botei uma ciranda na roça, aí quando tiveram a dança do São João, em 1949, aí quando eu botei a quadrilha, aí eu lembrei da dança, quando terminava a quadrilha eu botava a dança e dançava até meia noite. Porque aqui o que tinha de influência era futebol e cinema, então eu botei a dança e vinha gente de São Gonçalo, vinha gente de todo canto ao redor de Natal, até de Igapó. [248]

Em depoimento, Seu Cornélio, como era conhecido, nos falou do interesse de Câmara Cascudo e do Prefeito Djalma Maranhão em conhecer a dança que atraía tanta gente. Relatou-nos que foi Câmara Cascudo quem deu o nome Araruna à dança inventada por ele.

> Foi no tempo que chegou aos ouvidos de Câmara Cascudo, de Djalma Maranhão, que na época era presidente, era prefeito. Aí eles acharam a dança muito boa. Aí Djalma me... Aí quando eu botei a dança apareceu um cidadão da banda de Mossoró, que morava na Rua Chile e me chamou: "seu Cornélio vou tomar conta de vocês e do grupo e vou botar o nome da sociedade" e botou o nome de Cordelanas. Até aí ia muito bem, eu aceitei porque eu precisava de ajuda também. Aí chegou aos ouvidos de Câmara Cascudo, que teve muito prazer de ter me acompanhado sempre e conversava muito comigo, sempre ia lá mandava me chamar, tinha uma empregada, passava na minha porta lá pra banda da outra rua que ela morava: "seu Cornélio meu patrão mandou dizer que o senhor fosse lá conversar com ele" e eu ia. Importante comecei a ficar com a dança, dancei parece que uns 5, ou 4 anos ou 3, ajudava o pessoal e dançava mas não era sociedade, não era reconhecida como sociedade, não era reconhecida como autoridade pública. Aí Luis da Câmara Cascudo soube e mandou me chamar, mandou uma comitiva e conversou comigo e disse "Mestre..." e Djalma disse que ia gente lá e haja gente botar nome, botar outro, aí disse Luís da Câmara Cascudo: "mestre, o nome Araruna não serve pra botar o nome da sociedade? O nome da dança? Então fica Araruna a bandeira da sociedade. Araruna sociedade de danças antigas e semi desaparecidas". Foi botada por Luís da Câmara Cascudo.[249]

Depois de criada a Sociedade Araruna, Seu Cornélio passou a fazer as apresentações no bairro de Mãe Luíza, onde morava, construindo o próprio palanque. Até que em 1956, Djalma Maranhão doou um terreno para a construção da sede da Sociedade, localizado no Bairro das Rocas, na Rua Miramar cruzamento com a Rua Belo Horizonte, que ainda hoje existe.

---

[248] Cornélio Campina da Silva em entrevista concedida à autora em 25 de outubro de 2006.
[249] Cornélio Campina da Silva em entrevista concedida à autora em 25 de outubro de 2006.

> Aí quando foi em 1956, Djalma dou um terreno, ele deu um terreno, aí eu mandei arrumar material de tijolo e cimento, aí ele deu a apresentação no teatro Alberto Maranhão. Aí eu fui fazer uma apresentação lá, pagando, aí eu tinha que ir na véspera, mas eu não fui na véspera fui no dia, a menina pagando os ingressos aí deu pouco. O dinheiro que deu eu fui comprar material pra fazer o prédio. E a dança ficou, ainda hoje quando me convida eu vou, dançar num canto, dançar no outro, pago, pagam pra fazer as apresentações, se for pra fora, pagam, o cachê, dão transporte e hospedagem, se for aqui mesmo, eles pagam, eu faço a apresentação, e depois recebo o pagamento.[250]

No campo da literatura, os escritores locais ganhavam incentivo municipal através das publicações de seus trabalhos, o que favoreceu a abertura de novas perspectivas para a produção literária do Estado. Nesse sentido, podemos citar a publicação da plaquete, intitulada *Apresentação de Bambelô*, de autoria do folclorista Veríssimo de Melo e a publicação de autoria de Cascudo, por ocasião do 357º aniversário da fundação da cidade, de um volume intitulado *Onomástica da Cidade de Natal*, dando informações históricas sobre os nomes que batizam as avenidas, ruas, praças, travessas, bairros, etc.[251]. Em 1961, foi publicada a plaquete *Cascudo – mestre do folclore brasileiro*, de autoria de Djalma Maranhão. Era nas Feiras de Livros, promovidas nas praças da cidade, que os escritores publicavam suas obras.

Na praça Kennedy, "trecho da rua João Pessoa, compreendido entre a Rádio Nordeste e o novo continente"[252], trecho também chamado na época de o Grande Ponto, ou praça da imprensa, localizada no centro da cidade, eram armadas barracas onde as lojas de livros da cidade e os escritores ali expunham seus trabalhos. A primeira feira de livros de Natal foi noticiada como um acontecimento revolucionário[253], ocorrido na primeira semana de dezembro de 1957, vendeu 1.120 livros.[254]

Outra atividade cultural realizada durante a primeira administração de Maranhão foram os *Festivais de Folclore* que reuniam os diversos grupos folclóricos e transformavam as praças e ruas dos bairros de Natal em espaços dos festejos populares. Apresentavam-se os seguintes grupos: Fandango, na rua dos Canindés, no Alecrim; Baianas, na rua São Geraldo nas Quintas; Lapinha, no Bairro São Sebastião; Pastoril, em Lagoa Seca; Boi Calemba, na Lagoa Seca;

---

[250] Cornélio Campina da Silva em entrevista concedida à autora em 25 de outubro de 2006.
[251] Jornal *A República*, Natal, 25 set. 1956.
[252] Jornal *A República*, Natal, 13 nov. 1957.
[253] Jornal *A República*, Natal, 30 nov. 1957.
[254] Jornal *A República*, Natal, 03-06 dez. 1957.

Chegança, no Bairro Boa Sorte (Morro Branco); Bambelô Aza Branca, no Alecrim; Chegança, em Petrópolis, na rua do motor; Bambelô de Calizto, em Petrópolis; Pastoril, em Igapó; Fandango, em Barreiro; Congos de Saiotes, acompanhado de rebeca, em Rego Moleiro; Congos de Calçolas em Ponta Negra e Boi Calemba, de Ponta Negra.[255]

Esses festivais demonstravam o interesse de Maranhão em estimular as tradições no seio das populações menos abastadas. O calendário festivo também englobava o carnaval, os festejos juninos e natalinos. Como os Festivais de Folclore, essas festas aconteciam em vários bairros de Natal e atração principal eram os grupos folclóricos.

O carnaval era, na época, uma grande festa popular que acontecia nas ruas do centro da cidade, durante três dias. A prefeitura financiava os clubes carnavalescos para a preparação do carnaval. Destacamos o carnaval de 1958, no qual noticia o jornal *A República* como o terceiro melhor do Brasil.

> Os esforços desprendidos pelo Prefeito da capital, para que tivéssemos um carnaval que excedesse toda e qualquer expectativa, estão plenamente compensados diante da notícia que nossa reportagem colheu, de que várias emissoras do sul do país, levantando uma estatística sobre animação do tríduo momesco, considerou o carnaval natalense o terceiro melhor do Brasil. O carnaval mais animado foi do Recife, e o segundo lugar, coube ao Rio de Janeiro. O desfile dos blocos, a ornamentação pitoresca, a distribuição de prêmios, a profusão de carros alegóricos, a vibração nos clubes, a movimentação nas ruas, a iluminação feérica, tudo enfim, que contribuiu para o êxito dos festejos momescos, alcançou dos estados do sul através da cadeia formada por emissoras daquela parte com a Rádio Nordeste.[256]

Nas festas de São João, os bairros de Ponta Negra, Quintas, Alecrim, Rocas e Areia Preta e no Canto do Mangue eram instalados palcos para a apresentação das danças populares como os bambelôs, os congos, os cocos de roda, as capelinhas de melão e vários outros tipos de folguedos, além das quadrilhas. E nas comemorações de Natal, os bairros da Cidade Alta, Alecrim e Rocas eram ornamentados com árvores de natal e presépios.

Negreiros em seu depoimento saudosista nos relata:

---

[255] Jornal *A República*, Natal, 01 dez. 1957.
[256] Jornal *A República*, Natal, 22 fev. 1958.

> O que mais me dá saudade daquele tempo era o tempo natalino. Você não pode calcular, nem imaginar. Então, para quem conheceu Natal no mês de Natal, o ciclo natalino que Djalma fazia, realmente, era uma das coisas mais bonitas. Eu não sei, Natal era envolvida numa atmosfera, numa época, que ali na av. Rio Branco, todas as noites, aquela multidão indo e voltando na av. Rio Branco. Cada esquina tinha um, não tem aquela famosa [trova]: Cada esquina, Natal, capital, "Rio Grande do Norte, capital Natal. Cada esquina, em cada rua, em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal. Então ali na av. Rio Branco eram 15 dias, um mês, à noite, aqueles grupos folclóricos se apresentando. Uma das coisas mais bonitas que tinha era os pastoris. Pastoris era o momento, era o êxtase da poesia ingênua e transcendente.[257]

4.3 A PRAÇA DE CULTURA COMO REALIZAÇÃO DE UM TEMPO-ESPAÇO DETERMINADO

As praças de cultura surgem no Movimento de Cultura Popular de Recife, idealizadas pelo professor Paulo Rosas. A proposta das praças de cultura de acordo com a documentação do MCP era a criação de espaços culturais de arte, cinema, teatro, etc. que estariam localizados em bairros populares com o objetivo de reunir a população para atividades educativas, culturais e recreativas. [258]

Esses lugares apresentavam objetivos específicos, espaços determinados e um público alvo, composto em sua maioria de estudantes e trabalhadores. Pretendiam "favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, através de debates políticos que, quando possível, dever[iam] ser feitos com a participação dos núcleos populares; desenvolver a capacidade cultural do povo através de: exposições de arte, teatro, programas de TV, cineclubes, clubes de leitura, esportes, etc".[259]

Para que esses objetivos fossem atingidos eram desenvolvidas atividades que se caracterizavam pela utilização de meios de comunicação como rádio, televisão, cinema, teatro, imprensa, biblioteca, música popular e folclórica [260] As atividades eram realizadas com o objetivo de instruir, de educar os freqüentadores na busca de uma consciência crítica. Consideramos que a praça era um espaço estratégico e de instrução, na medida em que havia o propósito de instruir os freqüentadores com valores e idéias defendidos pelo MCP.

---

[257] Sanderson Negreiros em entrevista concedida à autora em 17 de outubro de 2006.
[258] FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.p.231.
[259] Id. Ibid.
[260] Id. Ibid. p.236.

A equipe do MCP responsável pelo trabalho nas praças era constituída de animador de debates, bibliotecário, recreador e do organizador de grupos que ficava encarregado do planejamento das atividades. [261] Em 1963, existiam cinco praças de cultura em Recife e estavam localizadas nos bairros Casa Amarela, Iputinga, Várzea, Beberibe e Torres. Em Recife, de acordo com o Relatório do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (Recife – 1963) nas praças de cultura foram desenvolvidas atividades junto com a população, num trabalho integrado entre o MCP, agremiações, associações e instituições de comunidade.[262]

O MPC também desenvolveu atividades no campo das artes plásticas e do artesanato. Para o MCP "as artes plásticas podem contribuir na formação da consciência popular, sufragando os elementos da cultura do povo, e preservar a cultura nacional contra a alienação e o cosmopolitismo", tendo ainda um papel complementar através da confecção de capas e ilustrações de livros, cartazes, murais, cenários para o teatro, etc.[263] Realizou cursos de desenho, pintura, gravura, cerâmica, fantoches, tapeçaria, tecelagem, promoveu feiras de artesanato, manteve cooperativas de artesãos. Esses trabalhos eram divulgados na Galeria de Arte do Recife.[264] As primeiras experiências de praças de cultura se deram em Recife, posteriormente em Natal e Belo Horizonte.

Na segunda administração Djalma Maranhão, educação e cultura foram as metas principais. Os trabalhos de urbanização iniciados na primeira gestão continuaram a ser executados, mas foi no campo da educação e da cultura as iniciativas mais significativas. Em 1961 teve início a campanha de alfabetização *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*[265], promovida pela prefeitura de Natal. Várias atividades aconteciam articuladas à campanha e fora do espaço escolar. Acontecia na praça pública.

As praças de cultura em Natal eram de dois tipos: periódicas e permanentes. A praça de cultura periódica funcionava apenas para eventos como Feira de Livros e Festivais de Folclore e estava localizada na praça Kennedy, na Cidade Alta. Foi onde aconteceu a I Praça de Cultura. As praças de cultura permanente eram três ao todo. As primeiras, inauguradas em 1962, estavam localizadas no bairro das Rocas e no Bairro das Quintas. A terceira, instalada

---

[261] Id. Ibid.

[262] COELHO. Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. In: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação. p.435.

[263] FÁVERO, Osmar. Cultura popular e educação popular: memórias dos anos 60. p.228.

[264] Id. Ibid.

[265] CF. GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo***:** a campanha de pé no chão.; SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*;CARVALHO, Maria Elizete Carvalho. *Memórias da campanha de pé no chão...1961-1964***:** o testemunho dos participantes.;MOURA, Francisca Zuilma Rocha de. *Mensageiros da transformação*: a educação popular no Rio Grande do Norte (1960-1964)..

em 1963, estava localizada na Praça André de Albuquerque. O que caracterizava uma praça de cultura permanente eram seus equipamentos, especialmente a Biblioteca Popular, presente nas três praças e as atividades organizadas pela DDC.

Em Natal, a primeira experiência de Praça de Cultura se deu em 1961. Assessores do prefeito Djalma Maranhão foram a Recife para conhecer o trabalho do professor Paulo Rosas e da equipe do MCP. Tendo como referência o MCP, a Prefeitura de Natal trouxe a idéia das praças, da Galeria de Arte e das bibliotecas e adaptou a realidade da cidade. [266]

4.3.1 I Praça de Cultura

Moacyr de Góes informa que a primeira experiência de Praça de Cultura foi no segundo semestre de 1961. Durante uma semana, uma praça da cidade foi ocupada com barracas para feira de livros, de discos e artes plásticas, artesanato, publicações, noite de autógrafos [...] [267]. Foi Praça da Kennedy que essa experiência aconteceu. Nesta praça era instalado o que se chamou de Praça de Cultura Periódica que funcionava apenas em eventos maiores.

A 1ª Praça de Cultura aconteceu na primeira semana de outubro e sua programação contou com a presença de escritores e artistas populares. A cada noite do evento era prestada homenagem a um artista local, escritores lançavam seus livros em noite de autógrafos, exposições das esculturas de Chico Santeiro e dos quadros dos pintores Newton Navarro e Dorian Gray, apresentação do Coral da Cidade e apresentação dos grupos folclóricos. O artista popular Chico Santeiro e o escritor Luís da Câmara Cascudo foram alguns dos homenageados durante toda semana do evento que foi animado pelo Coral da Cidade sob a regência do maestro Garibaldi Romano.[268]

O Jornal *Folha da Tarde* trouxe toda a programação fazendo a cobertura completa do evento. Estiveram presentes na 1ª Praça de Cultura o professor Paulo Freire, representante do Prefeito de Recife, Miguel Arraes. e um dos dirigentes do MCP, o livreiro Luís Gonzaga Dantas, o Secretário de Educação da Prefeitura, professor Moacyr de Góes e o Professor Herly Parente, Diretor do primeiro Acampamento Escolar.[269]

---

[266] SILVA, Maria da Guia de Souza. Op.cit. ,p.97.
[267] GÓES, Moacyr de. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio.* p.100.
[268] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 02 out. 1961.
[269] Jornal *Folha da Tarde,* Natal, 02 out. 1961.

Todas as noites escritores norte-riograndenses e de outros estados se revesaram durante o evento. Na primeira noite estiveram presentes os escritores pernambucanos Bandeira de Melo e Vanildo de Brito e o paraibano Jomar Matos foram apresentados pelo crítico literário Vírginio Gama e Melo. No segundo dia do evento foi a vez do Monsenhor Alves Landim – Presidente da Academia Potiguar de Letras na época - , apresentando seu livro *Perene Arrebol*, cuja apresentação foi feita pelo poeta Antídio Azevedo. [270]

Outros escritores estiveram presentes como Newton Navarro, apresentando seu livro intitulado *Solitário Vento de Verão*, segundo a matéria do jornal *Folha da Tarde* "um dos mais brilhantes talentos da nova geração intelectual de nossa terra"; Jaime dos G. Wanderley com seu livro de poemas sertanistas *Macambira*; o poeta Luis Rabelo com *O caminho dos mortos*; e Francisco Amorim, autor de *Eu conheci Seyson*.[271]

FIGURA 02 - I Praça de Cultura. O educador Paulo Freire discursa ao lado do prefeito Djalma Maranhão. Na primeira fila da esquerda para direita: o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, Zila Mamede, Moacyr de Góes, Paulo Freire, Djalma Maranhão, Dária Maranhão (esposa do prefeito) e o desembargador Wilson Dantas.
Fonte: Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

FIGURA 03 – I Praça de Cultura. Os livros eram expostos nas lojas de livros.
Fonte: Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

[270] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 02 out. 1961.
[271] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 04-08 out. 1961.

Finalizando a semana da 1ª Praça de Cultura, um grupo de escritores do estado da Paraíba ofereceu à Biblioteca Municipal diversos livros e revistas de autores paraibanos. A entrega foi feita pelo jornalista e poeta Waldemar Dutra. A relação dos livros foi a seguinte: *Retratos da Vida*, de José Leal; *A religião e o progresso social*, do Monsenhor Pedro Anísio; *Vultos da Paraíba* e *Medicina na Paraíba*, de Oscar Castro; *Idéias, pessoas e cousas*, do Padre Batista Medeiros; *A Tragédia do Major* e *Quadras da minha infância*, do Padre Luíz Gonzaga Oliveira; *Paralelo da instrutora*, de Juarez Macedo; e *Aspectos econômicos da ocupação holandesa na Paraíba*, de Cleandro Santa Cruz Costa. Em relação às revistas foram entregues *Revista da Universidade da Paraíba*; *Revista da Academia Paraibana de Letras*; *Revista do Instituto Histórico Paraibano*; *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba* e *Revista Vida e Cultura*; *Revista Letras do Sertão*.[272]

Em 1962, foram instaladas as praças de cultura ditas de caráter permanente, pois possuíam atividades diárias. Estavam localizadas nos bairros das Rocas e das Quintas. Essas praças de cultura eram constituídas de quadras de esportes, parques e uma Biblioteca Popular. A Praça de Cultura das Rocas localizada no cruzamento com a rua Hildebrando de Góes com a rua São João, foi a primeira a ter instalada, no mês de maio, uma biblioteca, denominada Biblioteca Popular Monteiro Lobato. A segunda, no Bairro das Quintas[273], foi Biblioteca Popular Castro Alves, instalada em junho.

Outro espaço cultural criado pela Prefeitura foi o Teatro do Povo, localizado no bairro do Alecrim, com lotação para 200 pessoas. Foi uma iniciativa dos presidentes dos grêmios teatrais de Natal (do Teatro Experimental de Amadores, do Teatro de Natal, do Grupo Cênico Paulo de Tarso, do Teatro de Amadores Unidos, do Teatro de Cultura de Natal e do Teatro Universitário), liderados por Clarice Palma, Sandoval Wanderley, Meira Pires, Sebastião Carvalho e outros. O Teatro seria destinado a espetáculos de grupos amadores e os jograis constituíam o ponto alto do movimento teatral da prefeitura.[274]

4.3.2 Bibliotecas Populares

As Bibliotecas Populares construídas pela Prefeitura nas praças eram na verdade postos de empréstimo de livros, barracas de madeira abertas diariamente à tarde, das 15 às 18

[272] Jornal *Folha da Tarde,* Natal, 10 out. 1961,
[273] Não conseguimos informações sobre a localização exata desta praça, nem nas pesquisas com os jornais e nem nas entrevistas coletadas.
[274] Jornal *Folha da Tarde*, Natal, 16 mar.1962**.**

horas, e à noite das 19 às 21horas.[275] Dentro da proposta de valorização do nacional e de democratização da cultura essas bibliotecas receberam nomes de escritores nacionais. A Biblioteca Popular das Rocas recebeu o nome de Monteiro Lobato, e a das Quintas, Biblioteca Popular Castro Alves.

A organização das bibliotecas ficava por conta de Zila Mamede[276], profissional pioneira no Estado na organização de bibliotecas. Zila Mamede foi Diretora da DDC antes de Mailde Pinto e foi ela quem organizou as bibliotecas populares e deixou seu irmão Elifá Mamede, já falecido, responsável pelo setor de biblioteca da prefeitura. O trabalho nos postos de empréstimos das Rocas e das Quintas não era realizado por bibliotecários, mas por funcionários da prefeitura que recebiam uma formação básica de biblioteconomia.[277]

O acervo das bibliotecas foi sendo constituído através de campanhas populares. Transmitia-se a seguinte mensagem: *O livro que está sobrando na sua estante é o livro que está faltando nas mãos do povo*. Uma caminhonete equipada com alto-falantes percorria as ruas da cidade pedindo à população a doação de livros para compor o acervo das bibliotecas. Obras de Graciliano Ramos, Carlos Drumond de Andrade, Geroge Eliot, Joseph Conrad, Michael Gold, Robert Nathan, Vasco Patrolini, Saint Exupéry, Morris West, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Castro Alves, Monteiro Lobato, entre outros, constituíam o acervo das bibliotecas.[278] O escritor mais lido era Monteiro Lobato.[279]

Cada uma delas contava com um acervo de aproximadamente 2000 livros, ou mais, precisamente o posto Monteiro Lobato dispunha, em setembro de 1963 de um acervo de 1784 volumes, enquanto a Castro Alves contava, no mesmo período, de 2360 volumes em suas estantes. Eram emprestados cerca de 80 a 120 livros diários, somando mensalmente uma média de 3000 livros. O público em sua maioria era infanto-juvenil.

Paulo de Tarso descreve as Bibliotecas como barracões de madeira. E esses barracões de madeira com acervo de livros eram ao lado de quadra de esportes.[280]

---

[275] GÓES, Moacyr. *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. p.150.
[276] Zila Mamede, entre 1955 e 1956, cursou biblioteconomia no Rio de Janeiro e fez ainda uma especialização nos Estados Unidos. No Rio Grande do Norte, O Curso de Graduação em Biblioteconomia foi criado pela Resolução n.º 002/96 - CONSUNI, de 10 de maio de 1996.
[277] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.
[278] GALVÃO, Mailde. 1964: *Aconteceu em abril.* p.106 e 119.
[279] GERMANO, Willington. *Lendo e aprendendo*: a campanha de pé no chão. p.118.
[280] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.

FIGURA 04 – Biblioteca Popular Monteiro Lobato.
Fonte: Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

FIGURA 05 – Biblioteca Popular Castro Alves. Na lateral da biblioteca estava o mural.
Fonte: Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

Em 1963, na praça André de Albuquerque foi instalada a Biblioteca Popular José de Alencar, entretanto, nesta não eram efetuados empréstimos de livros, havia em frente a biblioteca mesas ao ar livre para a prática de leitura. Segundo Moacyr de Góes, as homenagens prestadas a José de Alencar, Castro Alves e Monteiro Lobato, como patronos das bibliotecas populares, tinham suas raízes nas lutas de emancipação da cultura do povo brasileiro. José de Alencar, o nativismo; Castro Alves, o social; Monteiro Lobato, o econômico. "Eram os alicerces do Plano de Democratização da Cultura ganhando profundidade na consciência[281] do povo".

[281] GÓES, Moacyr de. *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. p.151.

Relatórios sobre os serviços da Prefeitura eram elaborados periodicamente. Os relatórios sobre as Bibliotecas Populares nos mostram, através dos números de empréstimos diários a circulação da população nesses locais.

> **Estatísticas das Bibliotecas Populares – Relatório**
> **Posto de Empréstimo "Monteiro Lobato" – Bairro das Rocas**
> Inauguração: 1° de maio de 1962
> Acervo inicial: 1600 livros
> Período: de 1°.05.1962 a 30.09.1963
> Empréstimo mensal: são emprestados cerca de 80 a 120 livros diários, somando mensalmente uma média de 3000 livros. No período de 1° de maio de 1962 até setembro de 1963, foram emprestados 50.450 livros.
> Livros estragados: 148
> Livros extraviados: 167
> Livros adquiridos: 499
> Acervo atual: 1784
> Reivindicação: O posto de empréstimo continua em bom estado de conservação, necessitando apenas de uma nova pintura.
> Observação: as estatísticas referentes a novembro e dezembro a ao primeiro trimestre de 1964 elevou-se para mais de 5000 livros. Natal, 23 de outubro de 1963.
>
> **Posto de Empréstimo "Castro Alves" – Bairro das Quintas**
> Inauguração: 23 de junho de 1962
> Acervo inicial: 1600 livros
> Período: 23.06.1962 a 30.09.1963
> Empréstimo mensal: são emprestados cerca de 50 livros diários, somando uma média de 2000 livros. No período de 23.06.1962 até setembro deste ano, foram emprestados cerca de 28.000 livros.
> Livros estragados: 243
> Livros extraviados: 141
> Acervo atual: 2360
> Observação: verificou-se o mesmo fenômeno do Posto Monteiro Lobato. As estatísticas referentes a novembro e dezembro a ao primeiro trimestre de 1964 demonstram que a média mensal de empréstimos também se elevou para mais de 5000 livros.[282]

Cada biblioteca contava com um jornal mural, afixado na parte externa das barracas. Esses murais eram constituídos de recortes de jornais locais e do Rio de Janeiro, substituídos dia sim dia não, o que possibilitava à população pobre acesso à leitura dos jornais. Na época se colocava também uma televisão e havia também projeções de filmes nas quadras.[283]

---

[282] Id. Ibid. p.185-186.
[283] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.

A estratégia da prefeitura para atrair a população era a divulgação dos concursos de miss que na época tinham um apelo popular muito forte. Para atrair as pessoas para a Biblioteca Paulo de Tarso afirma que usava-se de alguns artifícios:

> E nessa época, a gente tinha que usar nesse mural uma espécie de artifício, de coisas que fossem chamativas para o povo. Eu me lembro que na época uma coisa muito, que tinha um apelo popular muito grande, era os concursos de *miss,* e então, nós colocávamos no mural os concursos de *miss*, as *miss*, porque tinha um apelo popular muito grande e as pessoas vinham ler o jornal-mural interessadas no concurso de *miss* e a partir dali, digamos, se interessavam de leituras mais importantes e etc. e tal, porque nesses barracões havia um acervo de livros de alta cultura, tanto brasileira quanto universal, ou de alto interesse cultural. E então se fazia isso. A idéia da praça era a cultura chegar ao povo sem problema nenhum, haver acesso de qualquer pessoa à cultura.[284]

4.3.3 Praça de Cultura André de Albuquerque

A Praça de Cultura André de Albuquerque foi a última a ser criada pela Prefeitura em 1963, e passaria a ser considera uma praça modelo para as demais praças que viessem a ser construídas. A Praça André de Albuquerque além de ser um ponto central e importante, pois foi ali que se formou o primeiro núcleo de povoamento da cidade, tornou-se um centro cultural expressivo na cidade.

A origem da Praça André de Albuquerque se confunde com a origem da cidade. Antes de ser denominada Praça André de Albuquerque, era a Praça da Matriz. A mudança de nome se deu em 1888, quando a Câmara Municipal de Natal mudou o nome da artéria chamada Rua Grande ou Praça da Matriz, como era conhecida para Praça André de Albuquerque, em homenagem ao líder da Revolução de 1817.

Traçando um quadro histórico da Praça André de Albuquerque perceberemos em diferentes momentos, uma diversidade de práticas, idéias, apropriações, usos, olhares. Sendo local marco de fundação da cidade, essa praça se configura como um espaço importante para a história local. Foi em torno dessa praça que toda administração pública se organizou: o Governo, a Justiça, Assembléia Legislativa, Erário Real e outras repartições públicas. Além

[284] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.

da Igreja, que possuía poder e influência na cidade. Vejamos um pouco sobre a constituição desses elementos.

Cascudo nos dá uma descrição dos limites da cidade de Natal à época de sua origem:

> O alto elevado e firme procurado por Jerônimo d'Albuquerque em dezembro de 1599 era o platô que se estende desde a praça André d'Albuquerque, envolvendo Petrópolis e Tirol, até a praça Pedro Velho, avenidas até Hermes da Fonseca. O cimo onde se construiu a primeira casa, termina, descendo, no Baldo, prosseguindo, em terreno ondulado para Barro Vermelho, Lagoa Seca, Refoles, orla do Potengi, zona de mangues e caranguejos velozes.[285]

Onde hoje está localizada a antiga catedral, a atual está localizada na Av. Deodoro, havia sido construída uma capelinha, que "presidia a praça, ruas, a cidade." Foi a primeira rua, chamada Rua Grande, depois passa a ser chamada Praça Matriz. Em volta ergueram-se os prédios públicos da administração. A cadeia, com o Senado da Câmara no andar superior, desde 1722, o sobrado do Governo; ao sul o edifício da Provedoria da Fazenda, depois o Erário Real e a Delegacia Fiscal.[286]

Cascudo, faz referência ao cronista inglês Henry Koster, que descreveu a cidade, já no início do século XIX, com uma praça (Praça Matriz) cercada de residências, todas com apenas o pavimento térreo, com apenas três igrejas – Igreja Matriz, Igreja do Rosário e Igreja de Santo Antônio -, o Palácio do Governo, a Câmara e a prisão. Existiam três ruas que desembocavam na praça e não havia ruas calçadas. O número de habitantes era de seiscentos ou setecentos habitantes.[287] Com o advento da República, veio a preocupação de modernizar a cidade e, em 1906, houve a primeira tentativa de ajardinamento da praça da Matriz, reforma que só se concretizou em 1909.

Os prédios que foram construídos em torno da Praça André de Albuquerque deram à praça um sentido político e religioso, pois naquele local por muitos anos foi o centro do poder administrativo e religioso.

O primeiro prédio a ser erguido foi a Igreja Mariz, em 1614. Na verdade uma capela que posteriormente foi destruída e construída um igreja em seu lugar. A administração pública funcionava no prédio que hoje abriga a Pinacoteca do Estado. O antigo Palácio Potengi, no século XIX, abrigou a Assembléia Legislativa, a Tesouraria, a Câmara Municipal e o Tribunal

---

[285] CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade de Natal*. Natal: RN Econômico, 1999. p.143.
[286] Id. Ibid. p.143-144.
[287] Id. Ibid.

do Júri e repartição dos correios. O local onde, desde 1897, funciona o Memorial Câmara Cascudo, também localizado na área em torno da Praça André de Albuquerque, foi construído para abrigar a Tesouraria da Fazenda em 1875, em substituição ao primeiro prédio do real Erário edificado no final do século XVIII. Nos primeiros anos do século XX, funcionou como Delegacia Fiscal e posteriormente como sede do Quartel da 7ª RM do Exército. Ao lado do Palácio Potengi, localiza-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. O prédio começou a ser construído em 1906, no governo de Tavares de Lira, para abrigar a Instituição. Porém, na época, o Supremo Tribunal de Justiça não dispunha de uma sede própria, então parte do prédio do Instituto foi cedido ao Tribunal de Justiça. As duas instituições conviveram juntas, desde a inauguração do prédio, em meados de 1908, até maio de 1926. Com as atividades desenvolvidas pelas duas instituições, o Instituto mudou-se para a casa nº 577, na mesma Rua da Conceição, ficando lá até 1938, quando retornou ao prédio.[288]

As intervenções no espaço físico da praça apresentavam intenções políticas, pois a cada administração destruíam-se as intervenções anteriores. E com Djalma Maranhão não vai ser diferente. A primeira intervenção feita na praça foi na administração de Augusto Tavares de Lyra, quando foi colocado um calçamento de granito. Em 1917, em comemoração ao centenário da Revolução de 1817, foram inaugurados dois monumentos em homenagem a André de Albuquerque Maranhão e a Padre Miguelinho, dois personagens importantes daquele evento.[289]

Após 17 anos, veio uma nova reforma, na administração municipal de Miguel Brito, em 1934, com a construção de 12 bancos de cimento. Na década seguinte, houve a Reforma Joaquim Inácio de Carvalho, retirou-se o calçamento de granito, a praça recebeu um novo ajardinamento, pavimento em paralelepípedo e um coreto, considerado uma inovação na época. Em seguida, na prefeitura de Sylvio Pedroza (1946-1950), ergueu-se na praça monumentos em homenagem à cidade: foi colocado o Pelourinho, quatro canhões e uma placa de bronze. Com a introdução desses monumentos, o coreto foi destruído, o que provocou protestos por parte dos habitantes e intelectuais.[290]

Consideramos a reforma empreendida pela administração de Djalma Maranhão a mais radical no sentido da mudança da paisagem. A praça André de Albuquerque dedicada a monumentalização dos grandes heróis e acontecimentos históricos, se transformou num espaço cultural, denominado praça de cultura, que atraía a população em geral. Com a reforma, foram retirados os canhões, o pelourinho e os demais monumentos.

---

[288] Cf. Nesi, Jeanny. *Natal Monumental*. Natal: Fundação José Augusto/IPHAN, 1994.
[289] CF. SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*. Natal: Diário de Natal, 2001.
[290]SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*.

Nesse sentido, a praça ganhou um novo significado ao ser transformada em praça de cultura. Era principalmente nessa praça que aconteciam as atividades organizadas pela DDC. Ali foram instaladas uma Biblioteca Popular denominada José de Alencar, uma Galeria de Arte, próxima ao Tribunal de Justiça, Galeria de Arte Cândido Portinari, uma Concha Acústica.

De acordo com Germano, a transformação da Praça André de Albuquerque em Praça de Cultura deu uma nova dinâmica ao centro da cidade, que ganhou um espaço cultural movimentado e acessível a toda a população. A Galeria de Arte foi inaugurada em 08 de março de 1963, com uma mostra do pintor Francisco Brennand.

PROGRAMA DA GALERIA DE ARTE
08/03/63 Inauguração da galeria com exposição do pintor Francisco Brennand;
20/03/63 Meninos de Recife – Desenhos de Abelardo da Hora
09/04/63 Exposição de pintura de Iaponi Araújo
15/04/63 Misèrere – Promoção do DDC da Secretaria de Educação e Cultura do Município, durante a Semana Santa. A mostra reunia reproduções de quadros célebres, todos inspirados na Paixão de Cristo e tinha como roteiros legendas de Paul Claudel.
23/04/63 Mostra de artistas paraibanos
29/04/63 Exposição de arte popular, pela diretoria de Documentação e Cultura do Município, a cargo de Newton Navarro
08/05/63 Exposição de pintura do Padre Eládio L'Eraistre Monteiro
26/05/63 Exposição da pintura de Tarcísio Maia
07/06/63 Salão de jovens pintores de Instituto de Educação, organizado pelo Diretório Estudantil Professor Celestino Pimentel.
21/06/63 Motivos de São João (arte popular)
06/07/63 Exposição de fotografia das praias da cidade
29/07/63 Desenho e gravuras de Percy Lau
02/08/63Exposição de cerâmica de Lourdes Guilherme/
09/08/63 Exposição de foto-jornalismo de Última Hora (Nordeste)
15/08/63 Exposição de trabalhos da Campanha de Pé no Chão Uma Profissão
20/08/63 Exposição de fotografias de Brasília
04/10/63 Exposição da Campanha De Pé No Chão
04/10/63 Exposição de pintura de Rubens Sampaio
16/10/63 Exposição de desenhos de Maria Santíssimo
25/10/63 Exposição de poesia ilustrada[291]

Todos os dias a Galeria era aberta ao público natalense com mostras de arte popular, com uma exposição permanente de Chico Santeiro, fotografia, desenho, cerâmica. Mailde Pinto contava com o apoio de Newton Navarro e Iaponi Araújo, para manutenção da Galeria

[291] GÓES, Moacyr. *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. p.145-146.

de Arte. Enquanto isso, na praça, diariamente acontecia uma programação cultural diversificada com música popular e erudita, debates políticos, exibição de filmes, leitura de textos selecionados "dentro do nosso plano de conscientização das massas através da Leitura". Esses debates em geral eram conduzidos por universitários.[292]

O historiador potiguar Marcos Silva, em suas memórias, nos dá uma descrição da Galeria de Arte:

> Era um prédio de desenho conciso, com falsas colunas copiando o Palácio da Alvorada (imagem de ousadia arquitetônica e sucesso de um estilo político do final dos anos 50 e início da década seguinte), revestido de azulejos pretos e amarelos, numa face, e com um mural de Newton Navarro, na outra. [por dentro, piso de cerâmica industrial, vitrines para pequenas esculturas e objetos artesanais, estandes para quadros][293]

[292] GERMANO, Willinton. *Lendo e aprendendo:* a campanha de pé no chão. p.119.
[293] SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza e Cia*. (Guerras do Alecrim). p.179.

FIGURA 06 – Galeria de Arte da praça de cultura André de Albuquerque.
Fonte: Foto disponível em http://www.natal.rn.gov.br/semurb

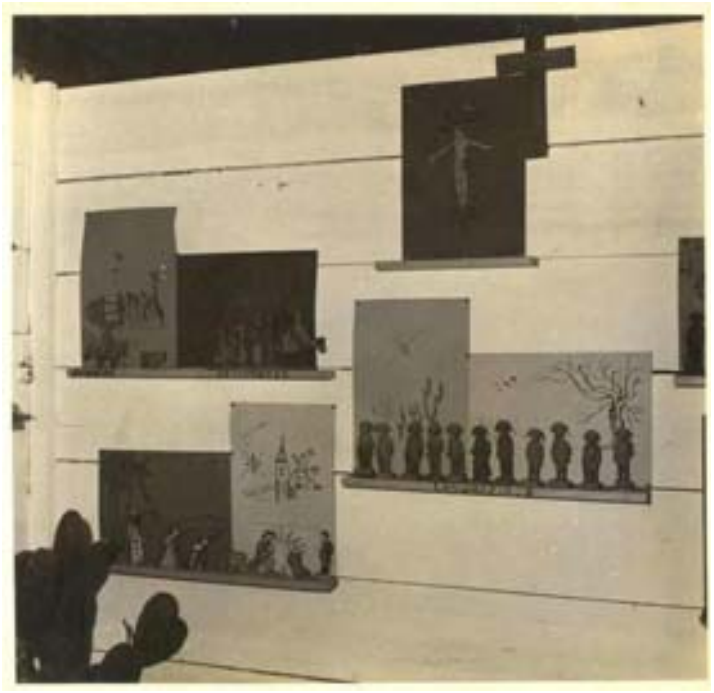

FIGURA 07 – Exposição permanente do artista Chico Santeiro.
Fonte:Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

FIGURA 08 – Interior da Galeria de Arte.
Fonte: Foto do acervo da DDC. Arquivo particular de Mailde Galvão.

As atividades da praça aconteciam articuladas à campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e apresentavam um caráter pedagógico. O setor de artes plásticas constava de um Museu de Arte Popular com acervo de arte popular de todo o Brasil, e da Galeria de Arte da praça André de Albuquerque. Na galeria havia uma exposição permanente de Chico Santeiro, artista popular que trabalhava com escultura em madeira, exposições didáticas, coordenadas por Newton Navarro.

Essas exposições apresentavam como temas as épocas ou os artistas famosos. Temas como o impressionismo, sobre as festas populares, sobre Picasso e outros artistas, eram feitas reproduções das obras. Periodicamente havia exposições de poesia ilustrada, a poesia na medida em que ia sendo lida era feito a ilustração do poema por Newton Navarro. Na praça André de Albuquerque, segundo Melo, era bastante movimentada. Diariamente apresentações musicais, apresentações teatrais, conferências, havia um sistema de som em que eram colocados programas musicais de difusão de discos, de música popular e música erudita, brasileira e internacional. Era realizada diariamente a leitura de um noticiário do dia a dia da Prefeitura. Era comunicado nos jornais pela assessoria de imprensa da prefeitura um noticiário que era chamado "A Prefeitura dia-a-dia". [294]

[294] Paulo de Tarso Correia de Melo em entrevista concedida à autora em 20 de setembro de 2006.

A Galeria de Arte também funcionava como passeio público que ligava dois lados da praça, servindo de acesso a pontos de ônibus, passeio, proteção contra chuva e sol e variação na paisagem (pinturas regionalistas, imagens abstratas, paisagens acadêmicas, etc.).[295]

A intervenção da Prefeitura no espaço físico da cidade incorporou espaços públicos de lazer e de cultura ao cotidiano da população de Natal. A praça pública ganhou novos sentidos ao ser apropriada pela prefeitura e ser transformada em praça de cultura. Transformou a praça André de Albuquerque num centro cultural dinâmico e conseguiu atrair a população para a praça. Ao mesmo tempo em que pode imprimir nesse espaço, nas atividades propostas, em seus equipamentos constitutivos, valores, signos e intenções, dentro do propósito nacionalista de Djalma Maranhão e que norteou todas as ações da prefeitura. A campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e as praças de cultura existiram até abril de 1964, com o regime militar, Djalma Maranhão foi preso e seus assessores foram exonerados dos cargos que ocupavam na administração municipal. Djalma Maranhão passou a viver no exílio, no Uruguai, onde veio a falecer em 1971.

[295] SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza e Cia*. (Guerras do Alecrim). p.179.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformações ocorridas na região Nordeste no que diz respeito ao momento político do final da década de 1950 e dos primeiros anos da década de 1960, favoreceram o surgimento de movimentos de cultura popular. Esses movimentos congregaram experiências do período populista, caracterizado pela ideologia nacional-desenvolvimentista. O pretenso desenvolvimentismo industrial dos anos 1950, os anseios de modernização e progresso inspiraram muitos intelectuais brasileiros à criação de novas formas de expressão artística. Esses intelectuais, de diferentes correntes de pensamento apresentavam um objetivo comum de desenvolver a nação através do povo.

O que se denominou *cultura popular* norteou as discussões da época, trazidas pelos movimentos de cultura popular que surgiam e que em sua maioria eram liderados por intelectuais diretamente ligados a grupos políticos considerados de esquerda ou progressistas. A expressão cultura popular ganhou uma conotação política, a cultura como instrumento de conscientização política e social do povo, e não apenas como expressão de arte. O ISEB foi fundamental nesse processo, pois influenciou os intelectuais brasileiros que participavam desses movimentos, especialmente nos últimos anos de existência da Instituição, quando os isebianos passaram a se envolver com as questões sociais vigentes, mantendo relações com partidos políticos como o PC, os movimentos populares CPCs, MCP. Para os isebianos a cultura seria um elemento de transformação social e os movimentos de cultura popular praticaram a sua maneira os ideais políticos elaborados teoricamente pelo ISEB.

Em Natal, a prefeitura promoveu a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, inspirada no *Movimento de Cultura Popular* de Recife. A organização e práticas desses dois movimentos foram muito semelhantes e através do conhecimento do trabalho desenvolvido pelo MCP foram implantadas em Natal as praças de cultura, as bibliotecas populares e a galeria de arte.

A prefeitura de Natal transformou quatro praças da cidade em praças de cultura, espaços de promoção da cultura popular. Existiram a praça de cultura periódica destinada a eventos e as ditas permanentes, onde diariamente atividades eram organizadas para a população. As praças dos bairros das Rocas e das Quintas eram constituídas de bibliotecas populares e quadras de esporte e, a quarta praça de cultura foi instalada no centro da cidade, na Praça André de Albuquerque, constituída de galeria de arte, biblioteca, concha acústica e

lanchonete. As atividades culturais do município contavam com a colaboração de intelectuais da cidade como Newton Navarro e Câmara Cascudo.

Consideramos que a praça de cultura foi uma extensão das atividades desenvolvidas pela campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, pois as atividades realizadas na praça apresentavam um caráter educativo, dentro do que era concebido como cultura popular pelo movimento, ou seja, a cultura como veículo de conscientização e de transformação social, ao mesmo tempo em que se buscava a preservação das tradições populares.

Dentro da orientação nacional desenvolvimentista do período, a cidade também se modificou. Djalma Maranhão durante as duas administrações esteve em sintonia com as novas questões urbanísticas do período. O desenvolvimentismo propagado pelo governo federal influenciou outro olhar para as cidades brasileiras, pois era preciso modernizar, dotar a cidade de infra-estrutura visando à industrialização. Nesse sentido, a prefeitura de Natal através de ações sistematizadas adotou obras de pavimentação, calçamento de ruas e praças, reforma e construção de passeios públicos, ações relativas à questão habitacional, ao mercado imobiliário, obras de assistência à população como a criação de mercados e lavanderias públicas, à atividade turística e iniciativas com relação à criação de órgãos especializados nas questões urbanísticas. Essas iniciativas demonstram um posicionamento positivo frente às novas demandas que surgiam, entretanto, essas iniciativas não foram suficientes para atender o crescimento físico de Natal e os problemas decorrentes dessa expansão.

Por fim, consideramos que as relações do prefeito Djalma Maranhão com setores conservadores da sociedade, e as ações desenvolvidas pela prefeitura não refletem, na prática, o caráter "revolucionário" que a literatura local atribui a Djalma Maranhão. Demonstram um político que esteve em sintonia com as questões políticas e sociais da época, de orientação política voltada para defesa de reformas sociais.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Jornais:

JORNAL A REPÚBLICA. Natal: DEI, 1956-1959.

JORNAL FOLHA DA TARDE. Natal, 1960-1962.

JORNAL DIÁRIO DE NATAL. Natal, 08 out. 1960.

Entrevistas:

Mailde Galvão. Diretora da DDC em 1960. 14/05/03.

Omar Pimenta. Diretor do Ensino municipal em 1956.16/05/03.

Roberto Furtado. Secretário de Negócios Internos e Jurídicos da prefeitura em 1956. 19/05/03.

Ticiano Duarte. Chefe de Gabinete da prefeitura em 1960. 21/05/03.

Paulo de Tarso Correa de Melo. Assessor cultural da DDC. 20/09/06

Sanderson Negreiros. Jornalista e amigo de Djalma Maranhão. 17/10/06

Cornélio Campina da Silva. Artista popular. 25/10/07
.

Vídeo:

PEDREIRA, Flávia (roteiro e direção). ... *de outros carnavais*. Vídeo documentário VHS (12’57’’ duração). Natal: EDUFRN, 2005. DEH-CCHLA – TV Universitária – UFRN, 1996.

Endereço eletrônico:

http://www.natal.rn.gov.br/semurb/bairros.php

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ALBERTI, Verena. *Ouvir e contar:* textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, Alenuska. À luz da modernização a modernidade da luz: a introdução da energia elétrica em Natal. In: FERREIRA, Angêla Lúcia e DANTAS, George (Orgs.). *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUUFRN, 2005.

ARRAIS, Raimundo. A capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: _____. *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUUFRN, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rebelais. 3.ed. São Paulo: UNB,1993.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano XI. nº 34, 1991 (Cidade e História) apud SANTIAGO, Carla Ferreti. *O lugar de morar*: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (O Bairro Dom Cabral, 1959/1981). 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 1999. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/VCSA-6UZM9G. (www.bibliotecadigital.ufmg.br). Acesso em 05/02/08.

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CALAZANS, Fernandes, TERRA, Antônia. *40 horas de esperança*: o método Paulo Freire, política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Ática, 1994.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta (Org.). *História Oral.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CARVALHO, Maria Elizete Carvalho. *Memórias da campanha de pé no chão ...1961-1964***:** o testemunho dos participantes. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade de Natal*. Natal: IHGRN, 1999.

CASSIER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. Campinas/SP: UNICAMP, 1992.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1.artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

_____. *A cultura no plural***.** Campinas/SP: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

_____. *A beira da falésia*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COELHO. Germano. *Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular*. In: ROSAS, Paulo (Org.). Paulo Freire: educação e transformação. Pernambuco: UFPE, 2002.

CORADINE, Lisabete. *Praça XV*: espaço e sociabilidade. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *Golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DANTAS, Caroline et al. Uma cidade sem planos? Gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia e DANTAS, George (orgs.). *Surge et Ambula*: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola. São Paulo: T.A. Queiróz, 1979.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix*, Mil Platôs*: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. v.5

FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar*: os Rosados e o "País de Mossoró". João Pessoa: Grafiset, 2001.

SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão de. A abordagem sobre a cultura popular utilizada no Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Disponível em: HTTP://www.eca.usp.br Acesso em: 05/07/2007.

FERREIRA, Ângela Lúcia et al. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para Natal dos anos 1930. In: _____ e DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula*: A construção de uma cidade moderna: Natal (1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

FERRETI, Carla Santiago. *O lugar de morar:* Estado, Igreja e Moradores na produção da Habitação popular em Belo Horizonte (O bairro Dom Cabral, 1959/1981). 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, [1999].

FOULCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 3.ed. Rio de Janeiro:Graal, 1981.

GALVÃO, Cláudio (Org.) *Esquina da Tavares de Lira com a Dr. Barata, centro convergente e irradiante da vida natalense*. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. 2.ed. Natal: EDUFRN, 2004.

GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo***:** a campanha de pé no chão. São Paulo: Cortez, 1982. (Coleção teoria e práticas sociais).

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luíz Ignácio Maranhão Filho*: cristãos e comunistas na construção da utopia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Revan, 1999.

GÓES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964):* uma escola democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artprint, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HOLANDA, Heloísa Buarque. *Impressões da viagem*: CPC, vanguarda e desbunde (1960-1970). São Paulo: Brasiliense, 1980.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A formação do estado populista na América Latina.* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 2005.

LUCENA, Maria Diva de Salete. *Livro de Leitura De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.* Natal: Prefeitura de Natal, 1963.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. A cidade grega e os modos urbanos da política. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo.* Franca, UNESP, São Paulo, Olho d'Água, 2005.

MAGNANI, José Guilherme. *Festa do Pedaço*: cultura popular e lazer na cidade. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARANHÃO, Djalma. *Cascudo*: mestre do folclore brasileiro. 3.ed. Natal/RN: Sebo Vermelho, 1999.

MARANHÃO, Marcos. *Pensamento político***:** discursos parlamentares. Natal: CERN, 1985.

MAURÍCIO, Ivan; CIRANO, Marcos; ALMEIDA, Ricardo de. *Arte Popular e dominação popular* – o caso de Pernambuco – 1961/77. Recife: Alternativa, 1978.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte, 1907-1987*. São Paulo: Cortez, 1987.

MENJOT, Denis, BOUCHEREON, Patrick. O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano. In: CARVALHO, Margarida Maria de (org.). *As cidades no tempo*. Franca, UNESP, São Paulo, Olho d'Água, 2005.

MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*: 1933-1974. 5.ed. São Paulo: Ática, 1985.

MOURA, Francisca Zuilma Rocha de. *Mensageiros da transformação*: a educação popular no Rio Grande do Norte (1960-1964). 2002. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NAVARRO, Newton. Minha época, meu povo, minha geração (depoimento). In: SILVA, Marcos. Câmara, *Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia*.- Guerras do Alecrim. Natal: EDUFRN, 2007.

NESI, Jeanny. *Natal Monumental*. Natal: Fundação José Augusto/IPHAN, 1994.

OLIVEIRA, Giovana Paiva. *A elite política e as transformações no espaço urbano:* Natal-1889-1913. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIVA, Vanilda. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 1980.

_____. *Educação popular e educação de adultos*: contribuição à história da educação brasileira. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história*: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: EDUFPR, 1996.

PECAUT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PECHMAN, Robert Moses. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: _____. RIBEIRO, Luíz César de Queiróz. *Cidade, povo e nação*: gênese do urbanismo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1996.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana*: carnaval e cotidiano de guerra em Natal: 1920-1945. Natal: EDUFRN, 2005.

PEREIRA, Alexandro Eugênio. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro. *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.p.254.

Plano de Ação do MCP. In: FÁVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular*: memória dos anos 1960.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RAMOS, Isabel Tebyriça (Bolsista de Iniciação Científica do Projeto Modernos Descobrimentos - PUC-Rio). Câmara Cascudo e o pensamento conservador. Disponível em http:www.historiae cultura.pro.br/modernosdescobrimentos. Acesso em 05/07/08.

RIBEIRO, Isa Paula Z. *Prefeitura e classes populares*: um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964). 2003. Monografia (Graduação em História – UFRN). Natal. 2003.

RIBEIRO, Luíz César de Queiróz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert e _____. *Cidade, povo e nação*: gênese do urbanismo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RUFINO, Joel. O Ultimo ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil*: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

SCHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: Jardins do Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política*: estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social***.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.

SOARES, Joanilson Azevedo. *Fragmentos do passado* - uma releitura do urbano em Natal na década de 20. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 1999.

SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*. Natal: Diário de Natal, 2001.

SOUZA, Kelma Fabíola Beltrão. A abordagem sobre a cultura popular utilizada no movimento de cultura popular de Pernambuco. In: Alaic, 2002, Santa Cruz de La Sierra. Anais do Alaic, 2002. Disponível no site: http://www.eca.usp.br Acesso em 05/02/2007.

SPINELLI, José Antônio. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas***:** 1930/1935. 1989. Dissertação – UNICAMP. São Paulo.1989.

_____. *Da Oligarquia Maranhão à política do Seridó*: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992. (Coleção Humanas Letras, 5).

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB*: fábrica de ideologias. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Aluízio Alves*: populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

_____. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte***.** Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1985.

VELLOSO, Mônica. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela da Castro Gomes (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WEHLING, Arno. *A invenção da história*: estudos sobre historicismo. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1994.